

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

Elivélton Assis Krümmel

**TRAVESSIAS PELOS CORREDORES DA MEMÓRIA: O MUSEU DO  
HOLOCAUSTO NA SUA CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA E POLÍTICA**

Santa Maria, RS  
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Krümmel, Elivélton Assis

Travessias pelos corredores da memória: o Museu do Holocausto na sua constituição discursiva e política / Elivélton Assis Krümmel.- 2023.

176 p.; 30 cm

Orientador: Verli Fátima Petri da Silveira  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2023

1. História 2. Memória 3. Museu 4. Holocausto 5. Testemunho I. Silveira, Verli Fátima Petri da II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da unam. dados fornecidos pelo autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt vatta cma 10/1720.

Declaro, ELIVÉLTON ASSIS KRÜMMEL, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Elivélton Assis Krümmel

**TRAVESSIAS PELOS CORREDORES DA MEMÓRIA: O MUSEU DO  
HOLOCAUSTO NA SUA CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA E POLÍTICA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Orientadora: Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS  
2023

**Elivélton Assis Krümmel**

**TRAVESSIAS PELOS CORREDORES DA MEMÓRIA: O MUSEU DO HOLOCAUSTO NA SUA CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA E POLÍTICA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Letras**.

Aprovado em 17 de março de 2023.

---

**Verli Fátima Petri da Silveira, Dra. (UFSM) – Google Meet  
(Presidente/Orientadora)**

---

**Maria Cleci Venturini, Dra. (UNICENTRO) – Google Meet**

---

**Lucília Maria Abrahão e Sousa, Dra. (USP) – Google Meet**

---

**Larissa Montagner Cervo, Dra. (UFSM) – Google Meet**

---

**Lucas Martins Flores, Dr. (IFFar) – Google Meet**

---

**Marilda Aparecida Lachovski de França, Dra. (UNICENTRO) – Google Meet**

---

**Adilson Carlos Batista, Dr. (SEED/PR) – Google Meet**

Santa Maria, RS  
2023

Este texto é dedicado aos sobreviventes do Holocausto, com o desejo de que suas histórias e suas memórias sejam sempre (re)lembradas.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio concedido.

À Universidade Federal de Santa Maria, pelas oportunidades conferidas em meu processo de formação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM), pelas assistências prestadas ao longo do período de doutoramento.

Ao Centro de Documentação e Memória da UFSM – Silveira Martins, pelo espaço concedido na Sala de Exposições Nelson Ellwanger para a organização, em parceria com o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, da Exposição Itinerante “Entre Aspas”, em 2019.

Ao Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria (CAL/UFSM), pela concessão dos recursos financeiros que subsidiaram minha viagem ao Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

À Amanda Eloina Scherer, Eliana Rosa Sturza, Evellyne Patricia Figueiredo de Sousa Costa, Larissa Montagner Cervo e Taís da Silva Martins, que integram do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM), pelas significativas contribuições, essenciais para o desenvolvimento do texto apresentado.

À Verli Fátima Petri da Silveira, minha imensa gratidão: não há palavras que produzam os efeitos de sentido pretendidos como forma de agradecimento. Há boniteza no que não está posto.

Aos professores Maria Cleci Venturini, Lucília Maria Abrahão e Souza, Larissa Montagner Cervo, Viviane Teresinha Biacchi Brust, Lucas Martins Flores, Marilda Aparecida Lachovski e Adilson Carlos Batista, pela leitura atenciosa e sensível de meu trabalho e pelas valiosas contribuições.

Aos colegas do Grupo de Estudos Palavra, Língua e Discurso (PALLIND/UFSM) e do Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem (CORPUS/PPGL/UFSM), pelas discussões empreendidas.

Ao Adilson Carlos Batista, pela recepção e pelo acolhimento durante os dias em que estive em Curitiba – PR.

À minha família, pelo incondicional apoio e pela compreensão nos momentos em que estive ausente.

Ao meu pai, Inésio Armando Krümmel, pelos ensinamentos no decorrer de minha vida e pelo exemplo de dedicação e doação ao próximo.

À minha mãe, Maria Lenir da Rosa Krümmel, pelas conversas e valiosíssimas lições, grande mulher com quem aprendi o que é força e determinação.

Ao meu irmão, Everton Luís Krümmel, pelo incondicional suporte prestado e pela crença em minha potencialidade.

Ao meu irmão, Eduardo Vinícius Krümmel, pelas palavras de encorajamento e pelo companheirismo.

Ao meu querido Jorge Luís Silveira Marques, pelos incontáveis dias em que se fez presença indispensável.

Aos meus amigos, pelos momentos de descontração, preciosos para acalmar o tumulto dos dias.

*Não tenho bens de acontecimentos.  
O que não sei fazer desconto nas palavras.  
[...] Pensar é uma pedreira. Estou sendo.  
[...] Concluindo: há pessoas que se compõem de atos, ruídos, retratos.  
Outras de palavras.  
(BARROS, 2010, p. 263)*

*[...] Um verso se revela tanto mais concreto quanto seja  
seu criador coisa adejante  
(Coisa adejante, se infira, é o sujeito que se quebra  
até de encontro com uma palavra.)  
- E sobre a palavra, ela?  
- Mexo com a palavra  
como quem mexe com pimenta  
até vir sangue no órgão [...].  
(BARROS, 2010, p. 179)*

*[...] A gente gostava das palavras quando elas perturbavam  
o sentido normal das ideias.  
Porque a gente também sabia que só os absurdos  
enriquecem a poesia.  
(BARROS, 2010, p. 450)*

*Falar a partir de ninguém faz comunhão com as árvores  
Faz comunhão com as aves  
Faz comunhão com as chuvas  
Falar a partir de ninguém faz comunhão com os rios,  
com os ventos, com o sol, com os sapos.  
Falar a partir de ninguém  
Faz comunhão com borra  
Faz comunhão com os seres que incidem por andrajos.  
Falar a partir de ninguém  
Ensina a ver o sexo das nuvens  
E ensina o sentido sonoro das palavras.  
Falar a partir de ninguém  
Faz comunhão com o começo do verbo.  
(BARROS, 2010, p. 384)*



## RESUMO

### TRAVESSIAS PELOS CORREDORES DA MEMÓRIA: O MUSEU DO HOLOCAUSTO NA SUA CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA E POLÍTICA

AUTOR: Elivélton Assis Krümmel  
ORIENTADORA: Verli Fátima Petri da Silveira

A presente pesquisa, intitulada “Travessias pelos corredores da memória: o Museu do Holocausto na sua constituição discursiva e política”, tem como objetivo compreender como se dá a constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Para tanto, atento ao discurso, na sua materialidade que é linguística, associando a língua à própria construção da história da sociedade (ORLANDI, 2009), de modo a explicitar um ponto de vista teórico e analítico que parte do museu como um lugar construído a partir de sujeitos, com vistas às demandas que emanam do social e do cultural (VENTURINI, 2017), considerados os atravessamentos da (res)significação da(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e da (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto. Sendo assim, em função das condições de produção de minha pesquisa, realizada em grande parte durante a pandemia, proponho observar como há um movimento de desfronterização dessa instituição para sublinhar como as incursões/travessias à instituição convocam o batimento entre os espaços digital e físico, os quais conferem uma possibilidade de reinvenção do Museu do Holocausto de Curitiba – PR por meio de reivindicações sócio-históricas que direcionaram transformações museais. Nesse empreendimento, o digital (res)significa determinadas práticas de relação do sujeito com o mundo, do sujeito com a história, do sujeito com a memória, do sujeito com a linguagem e do sujeito com o próprio museu, e, como resultado de minhas travessias, entendo que, na contemporaneidade, há um movimento de desfronterização dos museus, o que é potencializado via rede mundial de computadores. Diante de aparentes fronteiras, os sentidos do/sobre o Holocausto também são construídos no/pelo discurso digital, mas também pelos objetos que são expostos pelo museu, e são essas relações que permitem, em meu gesto de leitura e de interpretação, a compreensão de que, na sua incompletude, a instituição museal extravasa seus próprios limites, promovendo derivas para diferentes espaços de significação, os quais colocam em movimento novos/outros sentidos entre o mesmo e o diferente. São nas/pelas (re)invenções e (re)dizeres do/sobre os museus, devido aos efeitos do tempo e espaço e dos batimentos entre a história e a memória, que emerge uma nova configuração museológica, produzindo sentidos e também constituindo o museu em (dis)curso no espaço digital, promovendo um transbordamento desses espaços, desfronterizando-os. Então, no/pelo efeito de estruturação do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, explícito como o(s) museu(s) contemporâneos, especificamente aqueles que estão incumbidos de representar a história e a memória dos genocídios, organizam discursos para promoverem e veicularem um discurso sobre o passado, o presente e o devir, em suas incidências sobre as práticas sociais.

**Palavras-chave:** Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Constituição discursiva e política. História. Memória. Digital.

## ABSTRACT

### TRAVELING THROUGH THE CORRIDORS OF MEMORY: THE HOLOCAUST MUSEUM IN ITS DISCURSIVE AND POLITICAL CONSTITUTION

AUTHOR: Elivélton Assis Krümmel  
ADVISOR: Verli Fátima Petri da Silveira

This research, entitled “Traveling through the corridors of memory: the Holocaust Museum in its discursive and political constitution”, aims to understand how the discursive and political constitution of the Holocaust Museum in Curitiba - PR takes place. Therefore, attentive to the discourse, in its linguistic materiality, associating language with the very construction of the history of society (ORLANDI, 2009), in order to explain a theoretical and analytical point of view that starts from the museum as a place built by from subjects, with a view to the demands that emanate from the social and cultural (VENTURINI, 2017), considering the crossings of the (re)signification of the story(s) of/about the historical event and the (re)construction of the memory(s) of/about the Holocaust. Therefore, depending on the production conditions of my research, carried out in large part during the pandemic, I propose to observe how there is a movement of (de)borderization of this institution, in order to highlight how the incursions/crossings to the institution summon the beat between the digital and physical spaces, which confer a possibility of reinvention of the Museu do Holocausto de Curitiba – PR through socio-historical claims that directed museum transformations. Thus, I explain that the digital (re)signifies certain practices of the subject's relationship with the world, between the subject and history, between the subject and memory, between the subject and language and between the subject and the museum itself. As a result of my crossings, I understand that, in contemporary times, there is a movement of (de)borderization of museums, which is potentialized via the worldwide computer network. Faced with apparent frontiers, the meanings of/about the Holocaust are also constructed in/by the digital discourse, but also by the objects that are exposed by the museum, and it is these relationships that allow, in my gesture of reading and interpretation, the understanding of that, in its incompleteness, the museum institution goes beyond its own limits, promoting drifts to different spaces of meaning, which set in motion new/other meanings between the same and the different. It is in/by (re)inventions and (re)sayings by/about museums, due to the effects of time and space and the beats between history and memory, that a new museological configuration emerges, producing meanings and also constituting the museum in (dis)course in the digital space, promoting an extension of their physical spaces, taking them out of frontiers. So, in/by the *structuring effects* of the Museu do Holocausto de Curitiba – PR, I explain how the contemporary museum(s), specifically those that are responsible for representing the history and memory of the genocides, select the vestiges of the past and organize discourses to promote and convey a discourse about the past, the present and the future, in their impact on social practices.

**Keywords:** Museum of the Holocaust of Curitiba – PR. Discursive and political constitution. History. Memory. Digital.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – A memória como arquivo e o arquivo como memória .....	95
Figura 2 – Formas de direcionamento das seções para as subseções no site do Museu do Holocausto de Curitiba – PR .....	99

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Etimologia da palavra museu .....	39
Imagem 2 – Exposição Itinerante “Entre Aspas” .....	52
Imagem 3 – O Museu do Holocausto de Curitiba – PR .....	71
Imagem 4 – Rede LAES .....	76
Imagem 5 – Site do Museo del Holocausto de Buenos Aires .....	77
Imagem 6 – Site do Museo Interactivo Judío de Chile.....	78
Imagem 7 – Site do Museo Memoria y Tolerancia de México .....	78
Imagem 8 – Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As: seções .....	80
Imagem 9 – Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As: subseção Patrimonio .....	81
Imagem 10 – Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As: subseção Cronología de la Shoá .....	83
Imagem 11 – Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As: subseção ¿Qué fue la Shoá? ..	84
Imagem 12 – Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As: Recorrido 360° .....	85
Imagem 13 – Museo Interactivo Judío de Chile - CHI: seções .....	86
Imagem 14 – Museo Interactivo Judío de Chile - CHI: subseção Recorrido Historia Judía....	89
Imagem 15 – Museo Interactivo Judío de Chile - CHI: subseção Recursos con testimonios de sobreviventes .....	90
Imagem 16 – Museo Memoria y Tolerancia de México - MEX: seções.....	92
Imagem 17 – Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX: subseção Sección Memoria	92
Imagem 18 – Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX: subseção Sección Tolerancia .....	93
Imagem 19 – Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX: subseção Holocausto.....	94
Imagem 20 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: Seções .....	98
Imagem 21 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (1) .....	101
Imagem 22 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (2) .....	101
Imagem 23 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (3) .....	102
Imagem 24 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (4) .....	102
Imagem 25 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (5) .....	103
Imagem 26 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (6) .....	103
Imagem 27 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (7) .....	104
Imagem 28 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (8) .....	104
Imagem 29 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (9) .....	105
Imagem 30 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (10) .....	105
Imagem 31 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (1) .....	108
Imagem 32 – Luz sobre o caos (You Tube) .....	109
Imagem 33 - Subseção Nosso Acervo .....	111
Imagem 34 – Seção O Holocausto .....	113
Imagem 35 – Subseção Depoimentos.....	114
Imagem 36 – Subseção Registro de Sobrevivente.....	117
Imagem 37 – Seção Visitas .....	118
Imagem 38 – Subseção Agendamento.....	119
Imagem 39 – Subseção Making Of .....	120
Imagem 40 – Subseção Avaliação Trip Advisor .....	120
Imagem 41 – Seção Educação .....	121

Imagem 42 – Subseção Cursos .....	122
Imagem 43 – Subseção Material para Educadores .....	122
Imagem 44 – Subseção Exposições .....	123
Imagem 45 – Seção Biblioteca .....	124
Imagem 46 – Seção Biblioteca .....	125
Imagem 47 – Seção Imprensa.....	125
Imagem 48 – Subseção Museu na Mídia.....	126
Imagem 49 – Subseção Amigos do Museu .....	126
Imagem 50 – Subseção Amigos do Museu .....	127
Imagem 51 – Seção Contato .....	128
Imagem 52 – Seção Contato.....	134
Imagem 53 – Testemunho de Marian Grynbaum Burstein .....	137
Imagem 54 – Testemunho de Marian Grynbaum Burstein .....	141
Imagem 55 – Testemunho de Alexander Liberman .....	143
Imagem 56 – Testemunho de Andor Stern.....	143
Imagem 57 – Testemunho de Bunia Finkiel.....	144
Imagem 58 – Testemunho de Henry Katina.....	144
Imagem 59 – Testemunho de David Lorber Rolnik .....	145
Imagem 60 – Testemunho de Ernesto Strauss.....	145
Imagem 61 – Apesar de tudo, ainda acredito na bondade humana .....	149
Imagem 62 – Cronologia do Holocausto.....	152
Imagem 63 – Cabines telefônicas.....	155
Imagem 64 – Documentos.....	156
Imagem 65 – Nomes e sobrenomes .....	157
Imagem 66 – Objetos de sobreviventes do Holocausto.....	159
Imagem 67 – Uma boneca .....	160

## Sumário

<b>TRAVESSIAS PRELIMINARES – RASTROS E TRAÇOS DOS PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO À HISTÓRIA, À MEMÓRIA E À CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>13</b>
<b>PRIMEIRA TRAVESSIA – 1 UM EFEITO DE PARTIDA DIANTE DO (DES)LUGAR: LINHAS QUE TRAÇAM UM PERCURSO E(M) TRAVESSIAS .....</b>	<b>31</b>
<b>SEGUNDA TRAVESSIA – 2 DO TEMPO QUE CERCEIA AS (DIS)JUNÇÕES: A CONSTITUIÇÃO DO(S) MUSEU(S) E(M) SUA(S) HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S) ..</b>	<b>36</b>
2.1 MUSEOLOGIA E(M) HISTÓRIA: PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DOS MUSEUS .....	38
2.1.1 A constituição dos museus no Brasil: mo(vi)mentos de institucionalização e circulação do discurso museológico .....	45
2.2 O(S) MUSEU(S) NA CONTEMPORANEIDADE: ATRAVESSAMENTOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA EM SEU PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO .....	49
2.3 A INSURGÊNCIA DE TEMPOS PANDÊMICOS NA PESQUISA DISCURSIVO-MUSEOLÓGICA: (TRANS)FORMAÇÃO E(M) NOVOS PERCURSOS .....	59
<b>TERCEIRA TRAVESSIA – 3 O MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA – PR: (RE)EXISTÊNCIA, (RES)SIGNIFICAÇÃO E (RE)CONSTRUÇÃO DA(S) HISTÓRIA(S) E DA(S) MEMÓRIA(S) DO/SOBRE HOLOCAUSTO .....</b>	<b>66</b>
3.1 PELO CAMINHO DA ANÁLISE DE DISCURSO: GESTOS E OLHARES SOBRE O MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA – PR .....	67
3.2 O(S) MUSEU(S) DO HOLOCAUSTO: TRAVESSIAS VIRTUAIS PELO ESPAÇO DIGITAL .....	71
3.3 ENSINO SOBRE O HOLOCAUSTO NA AMÉRICA LATINA: INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM NA/PELA MEMÓRIA DA SHOÁ NO/PELO ESPAÇO DIGITAL .....	74
3.4 TRAJETO(S) DE VISITAÇÃO VIRTUAL NO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA – PR .....	96
<b>QUARTA TRAVESSIA – 4 ENTRE O DISCURSO MUSEAL E O DISCURSO TESTEMUNHAL: A (RES)SIGNIFICAÇÃO DA(S) HISTÓRIA(S) E A (RE)CONSTRUÇÃO DA(S) MEMÓRIA(S) DO/SOBRE O HOLOCAUSTO.....</b>	<b>131</b>
4.1 TESTEMUNHAS E TESTEMUNHOS EM EVIDÊNCIA: A(S) HISTÓRIA(S) E A(S) MEMÓRIA(S) NA/PARA A PRODUÇÃO DE (EFEITOS DE) SENTIDO .....	134
4.2 “APESAR DE TUDO, AINDA ACREDITO NA BONDADE HUMANA”: UMA TRAVESSIA NO/PELO ESPAÇO FÍSICO DO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA – PR .....	149
<b>TRAVESSIA FINAL – UM EFEITO DE PARADA: TRACEJOS DOS RASTROS E(M) CAMINHOS PROSPECTADOS AO DEVIR .....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>166</b>

## **T**RAVESSIAS PRELIMINARES

### **RASTROS E TRAÇOS DOS PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO À HISTÓRIA, À MEMÓRIA E À CONTEMPORANEIDADE**

Coloquei três pedacinhos de casca de árvore sobre uma folha de papel. Olhei. Olhei, julgando que olhar talvez me ajudasse a ler algo jamais escrito. Olhei as três lascas como as três letras de uma escrita prévia a qualquer alfabeto. Ou, talvez, como o início de uma carta a ser escrita, mas para quem? Percebo que as dispus sobre o papel branco involuntariamente na mesma direção que segue minha língua escrita: toda “carta” começa à esquerda, ali onde enfiei minhas unhas no tronco da árvore para arrancar a casca. Em seguida, desdobra-se para a direita, como uma corrente funesta, um caminho acidentado: desdobramento estriado, tecido da casca precocemente rasgado.

Vemos aqui três lascas arrancadas de uma árvore, há algumas semanas, na Polônia. Três lascas de tempo. Meu próprio tempo em lascas: um pedaço de memória, essa coisa não escrita que tento ler; um pedaço de presente, aqui, sob meus olhos, sobre a branca página; um pedaço de desejo, a carta a ser escrita, mas para quem?

Três lascas cuja superfície é cinza, quase branca. Já idosa. Características da bétula<sup>1</sup>. Esfiapa-se em volutas, como os restos de um livro queimado. Na outra face, continua – no momento em que escrevo – cor-de-rosa feito carne. Aderia perfeitamente ao tronco. Resistiu à agressão de minhas unhas. As árvores também prezam a própria pele. Imagino que, com o passar do tempo, as três lascas ficarão cinzentas, quase brancas, de ambos os lados. Conservarei, guardarei, esquecerei? E, em caso afirmativo, em que envelope de minha correspondência? Em que prateleira de minha estante? Eu morto, o que pensará meu filho quando topar com esses resíduos? (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 9-10).

Os rastros e traços bosquejam os primeiros passos de minhas travessias. Estão atravessados pelos gestos que demandam o rasgamento das “lascas de tempo”. A escrita na primeira pessoa do singular, para mim, demarca um espaço de legitimidade do pesquisador na/para a produção do conhecimento linguístico, uma vez que está atravessada pelas condições sócio-históricas que atravessam a pesquisa apresentada. Conforme proposto por Silva (2018, p. 7), nessa posição-sujeito, “[...] minhas palavras representam não só o modo como significo no discurso, mas também o modo como o meu discurso significa”. Ao dizer EU, outras vezes também atravessam o meu discurso, porque as marcas de subjetividade não estão presas

---

<sup>1</sup> As bétulas são árvores que deram nome ao lugar (*Birkenwald* – Bosque de Bétulas) que os dirigentes do campo de concentração de Auschwitz elegeram para dedicar ao extermínio das populações judaicas da Europa.

somente no pronome ou na desinência verbal, posto que a ideologia está em funcionamento muito mais no interior do processo discursivo, “[...] na seleção de palavras e nos modos de dizer e/ou de não dizer” (SILVA, 2021, p. 13).

O texto que apresento é constituído pelos fragmentos de passado e de presente que, na sua conjuração, representam um “pedaço de desejo” compartilhado: que a(s) história(s) e memória(s) dos sobreviventes do Holocausto jamais seja(m) esquecida(s). Na contemporaneidade, contudo, emergem inúmeras exigências em relação aos modos como o Holocausto é discursivizado, sobremaneira nos espaços que se dedicam ao processo de (res)significação e de (re)construção dessa(s) história(s) e memória(s).

De fato, é necessário escapar à espetacularização desse acontecimento histórico e, concomitantemente, aos lugares que pretendem legitimá-lo e/ou problematizá-lo sem demonstrar as dimensões desse genocídio. Na contemporaneidade, muitos pesquisadores defendem a concepção de que o Holocausto é um evento sem testemunha. Como justificativa, afirmam que os horrores em Auschwitz foram verdadeiramente testemunhados por aqueles que morreram. Entretanto, assim como o Bosque de Bétulas, há restos. Apesar de tudo, os sobreviventes do Holocausto são restos desse acontecimento histórico. São como as Bétulas que contrariam o esquecimento apenas por existirem. Indubitavelmente, é preciso focalizar naquilo que restou, nos testemunhos de sobreviventes que enfiam suas unhas no tronco da árvore da memória para arrancar dele os pedaços e os farrapos de lembranças daqueles que resistiram, sobretudo, ao tempo.

Nos espaços públicos contemporâneos, tais como os museus, deve haver o investimento e o esforço para que esses testemunhos sejam recuperados, mas não sem resgatar “[...] a história de cada ser humano, seu nome e os detalhes de sua vida” (REISS, 2018, p. 180). Entendo que essa preocupação está atrelada ao processo de (re)construção da(s) história(s) e memória(s) do passado no presente para (res)significá-las com vistas ao devir. Há potência nos testemunhos dos sobreviventes porque também constituem, por meio da palavra, os restos. Afirmo isso porque, na própria tradição judaica, a palavra não é compreendida como desvelamento, mas como produção de sentidos. Tal como as Bétulas, esses sentidos estão presos como cascas ao corpo dos sobreviventes: é “[...] pela casca que a árvore [...] se exprime” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 132).

À vista disso, quando menciono as relações de tensão produzidas pela(s) história(s) e a(s) memória(s) do Holocausto na contemporaneidade, entendo que é essencial a compreensão de que ainda há muito a saber. Em outras palavras, jamais conseguiremos dizer que não há mais nada para ver: é preciso “[...] desconfiar do que vemos, devemos saber mais”, “[...] apesar da



supressão de todas as coisas”, o que demanda uma prospecção ao passado “[...] a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados” (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 61). Contudo, esse passado não é livre (ROBIN, 2016, p. 214) e, conforme sublinha Huyssen (2000), desde as primeiras décadas da modernidade do século XX, a emergência da legitimação da memória institui uma das principais preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais.

Na contemporaneidade, há uma focalização na memória e na temporalidade (HUYSSSEN, 2000). Sem dúvidas, “[...] o mundo está sendo musealizado” (HUYSSSEN, 2000, p. 15) por meio de um processo que pretende presentificar o passado e, dessa forma, “[...] as nações lutam para criar políticas democráticas no rastro de histórias de extermínio em massa” (HUYSSSEN, 2000, p. 66), como é o caso da Segunda Guerra Mundial. Com a metáfora proposta, pretendo explicitar que há uma movimentação dos processos de produção de sentidos, em determinados momentos sociais e históricos. As cascas arrancadas do tempo podem sempre significar diferentemente, posto que o tempo não é um lugar de paragem, sendo no/pelo seu movimento que há (re)atualizações nas práticas sociais.

O Museu do Holocausto de Curitiba – PR<sup>2</sup>, em seu funcionamento, instaura a possibilidade de (re)construir a memória do/sobre o vivenciado e, concomitantemente, (res)significar a história do passado no tempo presente, com vistas ao devir, porque são essas lacunas que assinalam o contemporâneo (ARENDDT, 1987). Esse passado pode ser conservado, é verdade, mas ele não incide no presente de forma homogênea (BOSI, 1994). No entanto, ênfase que é ilusório acreditar na plena preservação, no controle e no domínio desse real, isto é, das práticas sociais experimentadas, quase que em uma tentativa de linearização e espetacularização dessa(s) memória(s). Contrariamente, na instituição museológica referida, é verificada uma investida em escapar disso.

“Quem não se comove diante das narrativas dos que sobreviveram a Auschwitz? Quem não fica indignado ao presenciar as imagens de corpos de seres humanos mortos-vivos em decomposição?” (ARBEX JÚNIOR, 2018, p. 260, grifos nossos). Não são esses questionamentos que precedem a constituição do Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Apesar de reconhecer que “[...] a depravação, a humilhação e o sofrimento humano fazem inegavelmente parte do registro histórico” (REISS, 2018, p. 112), essa instituição concentra-se em empreender “[...] uma reumanização da vítima”, de modo a promover “[...] uma obrigação moral diante do sofrimento humano” (REISS, 2018, p. 203) e, por isso, são prezadas as histórias de vida e de superação.

---

<sup>2</sup> O Museu do Holocausto está localizado na cidade de Curitiba – PR. Foi inaugurado em 20 de novembro de 2011 e, no Brasil, é o primeiro que apresenta uma forma de abordagem do Holocausto.

O Bosque de Bétulas, em Auschwitz, revela uma floresta clandestina, o passado que habita o presente como uma presença incômoda. Contradição instalada como protesto no tempo linear da história. No Museu do Holocausto de Curitiba – PR, também há um funcionamento similar, pois os testemunhos dos sobreviventes estão atravessados e constituídos de uma “memória clandestina” (POLLAK, 1989) que, devido à posição-sujeito de testemunha, transforma o tempo passado em sempre tempo presente, que não pode ser entendido como a passagem do tempo, mas um lugar de paragem, porque “[...] a história e a memória têm suas próprias temporalidades que se cruzam, se chocam e se entrecem constantemente, sem que, no entanto, cheguem a coincidir inteiramente entre si” (TRAVERSO, 2012, p. 55).

Entretanto, dadas as relações entre a história, a memória e a contemporaneidade, o presente também é sempre já passado. Funciona como lugar de paragem, mas é fugidio e, justamente devido a essa movimentação, sobretudo de construção do saber histórico, podemos explicitar como funcionam os processos de produção de sentidos em dados momentos sócio-históricos. Enquanto espaço discursivo, está em funcionamento a rememoração, constituída pela memória discursiva e que dá visibilidade, pela formação discursiva, ao sujeito que é interpelado pelo inconsciente e atravessado pela ideologia (VENTURINI, 2009). Em outras palavras, os sobreviventes do Holocausto ocupam a posição-sujeito de testemunha<sup>3</sup> e, desse lugar, discursivizam sobre as suas experiências de superação, conforme é verificado no Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Esse espaço só pode ser concebido como “lugar de memória” porque “[...] é material, funcional e simbólico” (VENTURINI, 2009, p. 71), constituído pelo desejo de “fazer memória” que se dá pelas repetições. Como resultado, despertam os efeitos de verdade que decorrem da legitimação que é conferida aos testemunhos dos sobreviventes e pela sustentação institucional dessa(s) história(s) e memória(s) que, quando testemunhadas, estão atravessadas pelo passado que é sempre já presente e este, por sua vez, contraditoriamente, é sempre já passado. À vista disso, no Museu do Holocausto de Curitiba – PR, há um processo de organização dos discursos *sobre* que, por sua vez, são constituídos pelos discursos *de*. O discurso *sobre* (enquanto o discurso que advém de um sujeito ou lugar determinados) abarca o discurso *de* (enquanto memória), que comporta outros dizeres possíveis – ou mesmo impossíveis – de serem ditos,

---

<sup>3</sup> Conforme propus em minha Dissertação de Mestrado, quando empreendi uma análise discursiva do documentário *Survivors of the Holocaust* (“Sobreviventes do Holocausto”), uma produção realizada nos Estados Unidos, em 1996, com 70 minutos de duração, por Steven Spielberg, June Beallor, James Moll e Jacob Atlas, com direção de Allan Holzman. Trata-se do resultado, em parte, de uma gama de testemunhos ouvidos por Steven Spielberg enquanto estava filmando “A Lista de Schindler”, momento em que documentou centenas de dramáticos relatos de sobreviventes do Holocausto.

visto que o discurso, em sua materialidade, “[...] funciona como ‘lugar de memória’, como dispositivo que organiza a repetição e as lembranças do passado” e, por isso, o discurso *sobre* “organiza também os esquecimentos, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, apagado” (VENTURINI, 2009, p. 40, grifos da autora).

Consideradas as sociedades ocidentais, conforme sublinhei anteriormente, essa emergência da memória provoca a movimentação de preocupações alicerçadas no retorno ao passado, o que impugna a obsessão diante do futuro, caracterizada pelas primeiras décadas da modernidade do século XX (HUYSSSEN, 2000). Quando problematizo o funcionamento do tempo e do espaço, que estão ligados entre si de maneira complexa, proponho compreender que as relações entre o passado e o presente, ou melhor, entre os efeitos do passado no presente perturbam a memória e desacomodam a história.

Posto isso, não há como escapar de um processo de constituição museal que também é “[...] pleno em esburacamentos e saturações”, dado que é justamente essa particularidade que permite com que sejam construídos “[...] os sentidos, as interpretações possíveis, reiterando aquilo que já está posto, mas também se abrindo para que o novo possa se construir entre os sujeitos do discurso” (MUÑOZ; PETRI; BRANCO, 2017, p. 48), como o sujeito que recolhe e observa as cascas de uma árvore para empreender um gesto de leitura e de interpretação. São, pois, os “[...] laços identitários e de representação entre sujeitos de uma formação social” (VENTURINI, 2009, p. 72) que atualizam os sentidos, escapando, às vezes, à própria vontade do sujeito. São necessários espaços como o Museu do Holocausto de Curitiba – PR porque “[...] o nazismo, com certeza não se esgotou no Holocausto [...] e as consequências dessa tragédia ainda não foram totalmente avaliadas, dada a dimensão de sua monstruosidade, até hoje incompreensível” (TUCCI CARNEIRO, 2000, p. 7).

Nesse limiar, compreendo que as práticas de musealização visam, nessa instituição, ao comprometimento da produção de conhecimento em relação Holocausto enquanto acontecimento histórico. Elas são privilegiadas porque colocam em funcionamento essa(s) memória(s), como estratégia de transmissão da superação em detrimento da espetacularização do horror. Essa(s) memória(s), ao invadirem os espaços públicos contemporâneos das sociedades ocidentais (TRAVERSO, 2012), estão atravessadas pelos fatos do passado, mas também pelos fatos do presente. Dessa dualidade, como aquele que se depara com os vestígios do passado e observa-os com um olhar do presente, resultam os silêncios e contradições que, no entanto, não apontam para a não confiabilidade dessa(s) memória(s).

De modo mais ou menos parecido, também há “[...] um trajeto de leitura” (PÊCHEUX, [1969] 1993, p. 55) no Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Embora essa instituição não

consiga escapar à estabilidade da história e à instabilidade de memória, porque é também responsável por “fazer-história”, jamais fechada em si mesma, mas aberta à interpretação, à alteração, esse lugar é constituído e atravessado pela errância de sentidos (PETRI, 2017a, p. 88), já que os fatos do passado esbarram nos fatos do presente e, assim, produzem efeitos de sentido no/para o acontecimento histórico.

Em meu empreendimento de reflexão acerca da constituição discursiva e política desse espaço, assumo também uma posição em relação ao presente (AGAMBEN, 2010, p. 58), dado que as condições de produção exigem (re)tomadas em relação ao que está posto e, concomitantemente, possibilitam proposições relacionadas à contemporaneidade. Quando Agamben (2010) retoma Nietzsche para formular a sua compreensão sobre o que é contemporâneo e ao (res)significar o seu entendimento a partir de minha prática, posso afirmar que a exigência de “atualidade” posta em meu trabalho coloca em funcionamento essa concepção de contemporaneidade nas intersecções entre diferentes temporalidades que se atravessam constantemente.

Enfatizo que não há uma tentativa de linearização da história ou um gesto de controle sobre a memória. Mas, de outra forma, há um esforço pela desconexão daquilo que é institucionalizado pela história e uma dissociação do que é construído via memória (AGAMBEN, 2010) no tempo presente. Nessa presentificação, quando considero o Holocausto enquanto uma das maiores catástrofes da história da (des)humanidade, há que se destacar os rastros que são deixados sobre os “tempos desjuntados” (SCHERER; TASCETTO, 2005, p. 122), e, por isso, mantenho o(s) meu(s) olhar(es) sobre o tempo, “[...] para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEN, 2010, p. 62). O que faço, então, a partir disso, é compreender como, discursivamente, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR realiza essa prospecção ao passado de uma forma muito particular, pois

[...] perceber esse escuro não é uma forma de inércia ou passividade, mas implica uma atividade e uma habilidade particular que [...] equivalem a neutralizar as luzes que provêm da época para descobrir as suas trevas, o seu escuro especial, que não é, no entanto, separável daquelas luzes (AGAMBEN, 2010, p. 62).

Na organização de um acervo museológico, há uma voz institucional em funcionamento. Há uma colagem de heterogeneidade. Por isso, depreende a constatação de que pensar na contemporaneidade viabiliza cindi-la em mais tempos, introduzindo nessa brecha o que é da ordem do heterogêneo. Quando considero a lacuna entre a história e a memória, a contemporaneidade não tem o seu lugar apenas no tempo cronológico porque, na constituição

do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, há algo que urge no tempo cronológico e nele exerce formas de transformação compromissadas com o devir. Em razão disso, é o anacronismo que permite asseverar essa compreensão do tempo em suas nuances grudadas<sup>4</sup> ao presente, que é o tempo da paragem, quase que um tempo inexistente, posto que é sempre derradeiro.

Diante disso, trabalho com a possibilidade de funcionamento da história vista por meio do presente, nessa incidência, com o intuito de entender as suas relações com a memória e com a contemporaneidade a partir de uma perspectiva de tempo histórico latente e inacabado. Os próprios museus históricos constituem esse lugar de apreensão e (res)significação do passado no/para o presente. Entretanto, de maneira geral, os museus estão relacionados com tipologias que apresentam características muito particulares, diferenciando-os uns dos outros. As especificidades estão concentradas nos seus acervos, compostos por meio de objetos/documentos que proporcionam às instituições museológicas, por exemplo, a preservação, a pesquisa e a interlocução com o público. Por isso, os acervos representam as formas e estratégias pelas quais os museus constroem as suas especificidades<sup>5</sup>.

Esses são alguns dos aspectos que permitem explicitar que a contemporaneidade coloca em funcionamento tensões no que concerne à (re)construção de uma memória. É, pois, pela formação do Comitê de História da Segunda Guerra Mundial que o presente adquire o *status* de fonte de inspiração para a análise histórica (OJEDA, 2014) e a intersecção com o passado começa a ser (re)pensada no presente. É nesse limiar que a história acaba “[...] por fazer da memória um dos seus domínios de investigação” (TRAVERSO, 2012, p. 22). Nesse funcionamento, na constituição do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, há “[...] um trabalho educativo estruturado numa concepção histórica e teórica bem definida sobre o ensino do tema” (REISS, 2018, p. 113) que estabelece uma interlocução com a sociedade e as práticas sociais.

Diferentemente dos museus históricos, que evocam e celebram o passado visando à consciência histórica, essa instituição preocupa-se com a herança da *Shoá*<sup>6</sup> para que a(s) história(s) e memória(s) desse acontecimento não sejam mobilizadas de modo semelhante como foram em outros eventos históricos que, por vezes, foram esquecidos, menosprezados,

---

<sup>4</sup> Permanecem grudadas porque “[...] a distância – e, ao mesmo tempo, a proximidade – que define a contemporaneidade tem o seu fundamento nessa proximidade como a origem, que em nenhum ponto pulsa mais do que no presente” (AGAMBEN, 2010, p. 69).

<sup>5</sup> Nessa direção, podem ser mencionados os museus de história nacional, cujo acervo busca representar a história de uma nação, de maneira que o discurso veiculado corrobore em sua construção, enquanto instituição da história, ou mesmo os museus cidades, que surgem com o objetivo de apresentar um acervo que possa ser explorado pela perspectiva das narrativas históricas nacionais e, assim, voltam-se para a construção de uma memória da cidade em que estão localizados (GOUVEIA; DODEBEI, 2007, p. 94).

<sup>6</sup> O termo *Shoá* advém da língua iídiche e é comumente utilizado pela comunidade judaica para designar o Holocausto Judeu. A busca de tal vocábulo diz respeito a um retorno à língua “originária” desse grupo e significa, em sua origem hebraica, “calamidade”, “a catástrofe”, evocando sentidos voltados ao genocídio judeu.

mitificados, sacralizados ou simbolizados ao extremo (REISS, 2018). Trata-se de uma política de memória que colabora com a movimentação de discursos que coloquem em funcionamento “[...] um real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos (PÊCHEUX, [1988] 1990, p. 43).

À vista disso, retomo algumas das proposições de Henry (2014, p. 53) quando, com vistas aos estudos de Popper (1966) e sua crítica ao historicismo, afirma que embora a história não tenda a nada, “[...] nós podemos lhe conferir finalidades”; apesar de ser desprovida de sentido “[...] nós podemos lhe atribuir uma significação” (HENRY p. 53, grifos do autor). São, pois, nossas decisões que conferem a abrangência das “realidades objetivas”. Em suas problematizações<sup>7</sup>, Henry (2014) assevera que é possível aos homens conferir sentidos à história, de maneira que deem conta das realidades e, por isso, similarmente ao que compreendo, conclui que “[...] não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação” (HENRY, p. 55, grifos do autor).

Em função disso, proponho uma interessante interlocução entre Henry (2014) e Rancière (1994) que colabora nesses traços primeiros de minha escrita: o que é próprio da história é sempre poder tanto ser quanto não ser uma história. E, indubitavelmente, isso também depende de um gesto de interpretação, desde as tarefas conferidas aos historiadores. A história incorpora – institucionaliza – aqueles acontecimentos que sejam significativos mediante sua valoração. Por isso, Rancière (1994) insiste, muitas vezes, em retomar o fato de que a história não abarca os desconhecidos, similarmente ao que aconteceu com os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto. Não obstante, o que a história faz é escolher contar (ou não contar) um acontecimento. O que há, independente do embate tomado em sua constituição, são versões do acontecimento.

Conforme Rancière (1994, p. 26), “[...] os pobres são os que falam às cegas, ao nível do acontecimento, porque o próprio fato de falar é para eles um acontecimento”. Não pretendo fazer aproximações perigosas ou mesmo simplistas demais, no entanto, entendo que no processo de institucionalização da história do acontecimento histórico, há um período de espera daqueles que não puderam discursivizar sobre as experiências vivenciadas. Há que se destacar que esse intervalo – o espaço intervalar compreendido entre o tempo cronológico do acontecimento e o tempo em que as narrativas desses sobreviventes emergem na/para a história

---

<sup>7</sup> Essas problematizações são constantemente lançadas para refletir sobre uma questão primordial: “A história não existe?”.

– demanda atenção. Essa é umas das questões que me instigam, sobretudo quando proponho (re)pensar nas relações entre a história, a memória e a contemporaneidade.

Para focalizar nisso, destaco como Levi<sup>8</sup> (2004, p. 9, grifos do autor) descreve a propagação das primeiras notícias sobre os campos de extermínio nazistas no ano de 1942, momento em que

[...] eram notícias vagas, mas convergentes entre si: delineavam um massacre de proporções tão amplas, de uma crueldade tão extrema, de motivações tão intrincadas que o público tendia a rejeitá-las em razão de seu próprio absurdo. É significativo como essa rejeição tenha sido prevista com muita antecipação pelos próprios culpados; muitos sobreviventes (entre outros, Simon Wiesenthal, nas últimas páginas de *Gli assassini sono fra noi*, Milão, Garzanti, 1970) recordam que os SS se divertiam avisando cinicamente os prisioneiros: “Seja qual for o fim desta guerra, a guerra contra vocês nós ganhamos; ninguém restará para dar testemunho, mas, mesmo que alguém escape, o mundo não lhe dará crédito. Talvez haja suspeitas, discussões, investigações de historiadores, mas não haverá certezas, porque destruiremos as provas junto com vocês. E ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança: dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager*” – campos de concentração.

A legitimidade e a importância que os testemunhos dos sobreviventes adquirem para a escrita dessa história fez com que, definitivamente, a narração fosse para eles um acontecimento. E para nós, que não somos sobreviventes, haveria esse funcionamento de acontecimento? Acredito que sim. Pêcheux ([1988] 1990, p. 55) discorre sobre o acontecimento discursivo e explicita a sua relação com a memória e com a “[...] discursividade como estrutura ou acontecimento”, assim como a relação do real no acontecimento, esse real que não descobrimos. Quando considero o Holocausto enquanto acontecimento, entendo a partir de Pêcheux ([1988] 1990, p. 29) que “[...] a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Em outras palavras, esbarramos nesse acontecimento, mesmo sem haver ainda uma interpretação. Quando acessamos esse(s) saber(es), há também um funcionamento de acontecimento, porque esse real é o impossível da morte e do horror. Particularmente, no Museu do Holocausto de Curitiba – PR, há um trabalho sobre esse real para além dessa simbolização, visto que a memória pode absorver e regularizar também outros saberes, estabilizando-os.

No entanto, para que se instaure o acontecimento – para os sobreviventes (quando começam a narrar) e, mais tarde, para nós (quando temos acesso a esses saberes) –, há um espaço intervalar do qual ecoam os sentidos de intervenção que significam na/para a memória

---

<sup>8</sup> As narrativas de Primo Levi, em “Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades” (2004), lhe conferem um lugar de legitimidade na (res)significação da história e na (re)construção da memória do/sobre o Holocausto, sobretudo porque ocupa essa posição-sujeito de testemunha.

dos sobreviventes, que se sentiram fadados ao esquecimento e ao negacionismo de outrem. Não pretendo adentrar ao campo psicanalítico, mas destaco que nas narrativas de muitos dos sobreviventes do Holocausto são descritos sonhos bastante recorrentes enquanto estavam presos nos campos de concentração: sonhavam que estavam voltando para as suas casas. Nesse abrigo onírico, contavam com alívio os sofrimentos para as pessoas mais próximas, mas não obtinham atenção, ninguém ouvia seus testemunhos.

Com isso, pode-se observar como “[...] a narrativa dos sobreviventes testemunha esses momentos de invasão, de confronto, de uma estranheza inquietante” (ROBIN, 2016, p. 247), momentos de contradição ideológica do sujeito em relação às posições que ele ocupa (KRÜMMEL, 2019). Conforme afirma Orlandi (2012, p. 153), “[...] alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente”. Há, no dizer desse sujeito, uma “voz sem nome” (COURTINE, 1999, p. 19). Os saberes, mediante a intervenção, retornam e significam, contraditoriamente, em um presente que é sempre já passado e em um passado que é sempre já presente, dada a posição-sujeito que ocupam para (res)significar essa(s) história(s) e (re)construir essa(s) memória(s).

É nesse mesmo espaço intervalar que práticas nazistas<sup>9</sup> são exercidas em sua potencialidade, sendo que os arquivos dos campos de concentração “[...] foram queimados nos últimos dias da guerra, e esta foi verdadeiramente uma perda irremediável, tanto que ainda hoje se discute se as vítimas foram quatro, seis ou oito milhões: mas sempre de milhões se fala” (LEVI, 2004, p. 10). Além disso, é nesse mesmo espaço intervalar que há a emergência do medo, pois as vítimas permaneceram, por algum tempo, silenciadas, justamente em decorrência do terror causado pela possibilidade de retorno das práticas coercitivas. Embora o Museu do Holocausto de Curitiba – PR não se ocupe dos números, mas das histórias de vida de cada um dos sobreviventes, de modo a escapar da espetacularização desse acontecimento histórico por meio da musealização, está demarcada nessas práticas a tentativa de apagamento de alguns dos rastros da história do Holocausto.

Contrariamente, no espaço intervalar em que os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto não são ouvidos, a história institucionalizada reforça a história dos vencedores, pois “[...] o vencedor é dono também da verdade, pode manipulá-la como lhe convier” (LEVI, 2004,

---

<sup>9</sup> No que concerne às práticas nazistas, “[...] antes que os nazistas recorressem aos gigantescos fornos crematórios múltiplos, os números de cadáveres das próprias vítimas, assassinadas deliberadamente ou destruídas pelos padecimentos e pelas doenças, poderiam constituir uma prova e deviam ser eliminados de algum modo. A primeira solução, tão macabra que é difícil falar dela, foi a de empilhar simplesmente os corpos, centenas de milhares de corpos, em grandes fossas comuns, o que foi feito particularmente em Treblinka, em outros Lager menores e nas retaguardas russas. Era uma boa solução provisória, tomada com uma negligência bestial quando os exércitos alemães triunfavam em todas as frentes e a vitória final parecia certa [...]” (LEVI, 2004, p. 10-11).



p. 11). Foram impostas muitas políticas que assegurassem o esquecimento dessa história. Com o intuito de implementar o “[...] plano de extermínio das raças impuras, Hitler contou com a estrutura do Estado totalitário que lhe garantiu o monopólio da verdade, ou seja, só era possível a veiculação de uma única versão dos fatos que, tornada oficial, deveria ser aceita por todos” (TUCCI CARNEIRO, 2000, p. 11). Nesse ínterim, o apagamento das histórias das vítimas e as tentativas de silenciamento daqueles que resistiram e sobreviveram, já nos últimos anos em que estava em vigor o Regime Nazista, estão atreladas também às medidas<sup>10</sup> que objetivavam consumir os seus rastros, conforme ocorreu quando os prisioneiros eram obrigados a desenterrar os mortos nos campos de concentração e queimá-los.

Quando alertei sobre uma aproximação perigosa, anteriormente, é porque recupero, mais uma vez, a noção de “acontecimento discursivo”, proposta por Pêcheux ([1988] 1990). De antemão, é urgente lembrar que “[...] a memória tende a absorver o acontecimento” (PÊCHEUX, [1988] 1990, p. 52). Assim, quando Pêcheux ([1988] 1990, p. 52, grifo do autor) afirma que “[...] haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ [...] se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”, observo que, no trabalho de (re)construção dessa(s) memória(s) do Holocausto (quando são valorizados os testemunhos), está imbricado o fato de que o acontecimento discursivo vem perturbar a memória dos sobreviventes. Em razão disso, a memória pode desarranjar a história e, se existem tantas versões quanto são possíveis dessa história, há também a versão do discurso testemunhal do Holocausto, que é uma possibilidade de imaginário em relação ao acontecimento (KRÜMMEL, 2019).

Nesses movimentos entre o lembrar e o esquecer, emerge uma importante constatação: “[...] aqueles que conheciam a horrível verdade por serem (ou terem sido) responsáveis tinham fortes razões para calar; mas, como depositários do segredo, mesmo calando não tinham a vida segura” (LEVI, 2004, p. 12). Temos, então, na história, um espaço intervalar marcado pelo medo. Liberdade nada tinha a ver com possibilidade de vida. Os sobreviventes, por muito tempo, não se sentiram seguros. Esse intervalo é importante de ser considerado porque a defesa dos sobreviventes manifestava-se pela tentativa de evitar a invasão dessa(s) memória(s) difíceis, impedindo o seu regresso. Para muitos deles, era “[...] mais fácil vetar o ingresso de uma recordação do que dela se livrar depois que foi registrada” (LEVI, 2004, p. 25).

---

<sup>10</sup> As medidas que faço menção ocorreram após a virada de Stalingrado.

Esses dizeres estão, no presente, atravessados pelas marcas do passado. Há uma equívocidade no lembrar que presentifica algo que não pode ser recuperado e, dessa forma, o discurso testemunhal também é crivado de equívocos. Trata-se de uma memória traumática da qual lembranças dolorosas são recuperadas, de modo que, nessa presentificação, está imbricado o desejo de esquecer os horrores. Com isso, a equívocidade é constitutiva dos dizeres que simbolizam as experiências vivenciadas e apresenta uma oscilação entre a saturação do que é discursivizado, em razão de promover a ausência necessária de dizeres no quais estão assentadas as marcas dos horrores, o que assinala o esquecimento como também constitutivo do discurso testemunhal.

Observo, assim, nesse espaço intervalar, o funcionamento de uma verdadeira guerra<sup>11</sup> contra a memória, uma luta pelo apagamento desses rastros das lembranças. Além disso, o que há também nesse espaço é “[...] o choque contra a barreira linguística”. Para os sobreviventes, “[...] saber ou não o alemão era um divisor de águas” (LEVI, 2004, p. 79). O problema linguístico e, mais precisamente, as dificuldades na comunicação, geraram muitos obstáculos após a libertação dos prisioneiros dos campos de concentração, sobretudo porque a grande maioria deles não conhecia o idioma alemão e, por isso, morreram nas primeiras semanas após a sua libertação (em função da fome, do frio, das doenças, entre outros fatores que abateram os seus já fragilizados corpos).

Diante disso, emerge uma problemática caracterizada por dois aspectos. O primeiro está relacionado ao fato de que havia políticas que primavam pelo uso da língua alemã, principalmente impondo isso aos jovens, de maneira que, à época, quem não conseguia se comunicar nessa língua era considerado um “bárbaro” e, conseqüentemente, a escória da sociedade, sendo colocado à sua margem. O segundo, intrínseco ao primeiro, está relacionado aos sobreviventes do Holocausto que migraram para inúmeros países espalhados por todo o mundo: em suas práticas sociais, dadas as condições de produção, muitos conheciam apenas a língua alemã, de forma que não conseguiam se comunicar em outras línguas e, com isso, enfrentavam muitas dificuldades, de várias ordens, inúmeras vezes sucumbindo. Nas palavras de Levi (2004, p. 83), “[...] saber o alemão era a vida”. Desse modo, como questão de sobrevivência, surgiu um importante sujeito ocupando a posição de intérprete: “[...] aquele que se fazia compreender por todos” (LEVI, 2004, p. 80).

---

<sup>11</sup> Isso pode ser afirmado, por exemplo, com base em toda a história (curta) do chamado “Reich Milenar”, que “[...] pode ser relida como guerra contra a memória, falsificação orwelliana da memória, falsificação da realidade, negação da realidade, até o ponto de fuga definitiva da realidade mesma” (LEVI, 2004, p. 26).

Recupero, a seguir, dois trechos da narrativa de Primo Levi, sobrevivente ítalo-judeu que registrou seus testemunhos sobre a vida – e a morte – nos campos de concentração e para além deles, apesar da onipresença da dor. Acredito que tais palavras podem fornecer pistas que auxiliam na compreensão de como esse espaço intervalar pode ser compreendido de maneira mais ampla, sobremaneira devido à emergência da revalorização desses testemunhos, tanto pelos historiadores quanto pelas próprias vítimas.

Na memória de todos nós, sobreviventes, sofrivelmente políglotas, os primeiros dias de *Lager* ficaram impressos sob a forma de um filme desfocado e frenético, cheio de som e de fúria, e carente de significado: um caleidoscópio de personagens sem nome nem face, mergulhados em um contínuo e ensurdecedor barulho de fundo, sobre o qual, no entanto, a palavra humana não aflorava. Um filme em cinza e negro, sonoro, mas não falado. [...] Esses sons estrangeiros se inscreveram em nossas memórias como sobre uma fita magnética vazia, em branco. [...] O sentido deles não nos ajudou a recordá-los, porque para nós não tinham sentido (LEVI, 2004, p. 81-82, grifo do autor).

Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram: mas tem sido um discurso “em nome de terceiros”, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém a narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar sua morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque sua morte começara antes da morte pessoal. Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos nós em lugar deles, por delegação. (LEVI, 2004, p. 73).

De fato, há também a dor pela sobrevivência do eu em detrimento do outro. Nessas narrativas, está atrelado o registro da culpabilidade pela vida. Circulam e ressonam as lembranças aterrorizantes que produzem o sentido de que o sobrevivente está vivo porque foi mais forte, porque também lutou com/contra os demais sobreviventes para permanecer vivo. Não poderiam e não tinham condições de arquitetar um movimento de rebelião contra o dominador. Lutavam entre dominados. Contudo, eles veem na “sorte” pela vida a importância de falarem pelos outros, de narrarem sobre a(s) história(s) e memória(s) de todos que ocuparam e ocupam essa posição de testemunha. Seu discurso testemunhal é, pois, um “[...] véu postiço que recobre o silêncio existencial” (LEVI, 2004, p. 78). Quando proponho e mobilizo essa noção de espaço intervalar, compreendo que, indubitavelmente, “[...] o material mais consistente para a construção da verdade sobre os campos seja constituído pelas memórias dos sobreviventes” (LEVI, 2004, p. 13).

Em outras palavras, é testemunha também aquela que não padece, “[...] que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente

a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível” (GAGNEBIN, 2006, p. 57). Por isso, sublinho tantas vezes que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR não pretende realizar uma espetacularização do sofrimento, mas, de outra forma, por meio dos testemunhos dos sobreviventes, objetiva produzir perspectivas de um devir mais comprometido com as práticas sociais, afinal, “[...] somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Nesse ínterim, via testemunhos, o acontecimento discursivo é que vai provocar as interrupções, conforme o curso da história. Nessa instituição, prevalece o rompimento da aparente regularização e são produzidos efeitos de sentidos outros, como produto de um “[...] jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 53). Então, considerar os efeitos do tempo e do espaço é também compreender como, na escrita dessa história, houve embates que, de uma forma ou outra, exerceram sua influência sobre como ela é contada, e isso, inevitavelmente, está sobreposto na contemporaneidade, pois as versões testemunhais persistem e implicam na/para a história, em sua constituição.

Seguindo as proposições de Rancière (1994, p. 53), “[...] uma nova espécie de documento vem assim presentificar esse acontecimento: a entrada dos anônimos do povo no universo dos seres falantes”. Dessa forma, o documento, na forma de testemunho, adquire a mesma importância e o mesmo estatuto do acontecimento (não o discursivo, mas o histórico), de modo que os escritos, prioritariamente, caracterizem “[...] a constituição de uma memorialidade e de uma historicidade novas” (RANCIÈRE, 1994, p. 53). Dito de outro modo, o que passa a significar na história são os “anônimos” que falam e, assim como o acontecimento na/para a história, o seu discurso não para de significar de muitas e diferentes maneiras (ORLANDI, 2017).

O Museu do Holocausto de Curitiba – PR dá visibilidade aos tantos anônimos que discursiviza(ra)m sobre o acontecimento e que narram sua(s) história(s) de vida(s) e sua(s) memória(s). São expostos os nomes e sobrenomes dos sobreviventes e, por meio de suas narrativas, é assegurada a particularidade de cada indivíduo enquanto testemunha. Com essa individuação, outros efeitos de sentido se constituem na/pela legitimidade que é conferida aos sobreviventes. Nomeá-los provoca um efeito de verdade necessário aos seus testemunhos. Seguramente, essa instituição pode funcionar como ferramenta histórica, posto que está em funcionamento um mecanismo capaz de “fazer-ver” e “fazer-crer” nesse acontecimento histórico. Uma instituição museológica como essa, na contemporaneidade, também reivindica o seu lugar de importância.

À medida que os testemunhos dos sobreviventes começam a apresentar sua relevância para a (re)construção da história do/sobre o acontecimento histórico, assim como para a (re)construção de uma memória do/sobre o Holocausto, é demarcado um papel fundamental no presente: “[...] aconteceu, logo pode acontecer de novo” (LEVI, 2004, p. 172). O esquecimento, no caso da escrita da história, está marcado por propósitos específicos. Trata-se de um passado que muitos não queriam/não querem lembrar, como se pudesse ser apagado. Houve/há o interesse pelo apagamento/negacionismo desse episódio, entendido contemporaneamente como uma das maiores catástrofes do século XX.

Em função disso, para Huyssen (2000), discursos da memória de um novo tipo – por ser pensado na sua relação com a contemporaneidade – surgiram no Ocidente a partir da década de 1960 e garantiram sua proficuidade em 1980, na Europa e nos Estados Unidos, pela emergência acelerada de discussões sobre o Holocausto. Em vista disso, são impulsionadas a restauração e a criação de museus, embora essa emergência seja acompanhada pelo esquecimento, dado que “[...] muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são ‘memórias marginalizadas’ e, portanto, muito mais esquecíveis do que as memórias vividas” (HUYSSSEN, 200, p. 18, grifos do autor). Não obstante, a memória e o esquecimento são indissolúveis, funcionam paradoxalmente em concomitância: a “[...] memória é apenas uma forma de esquecimento e que o esquecimento é uma forma de memória escondida (HUYSSSEN, 2000, p. 18).

Concordo, mediante uma perspectiva discursiva, que a memória e o esquecimento funcionam concomitantemente. Todavia, o esquecimento pode ser tomado como uma forma de memória escondida? E, dentre as várias possibilidades, o que esquecer? Por que esquecer? Por ora, dadas as relações entre a história, a memória e a contemporaneidade, posso afirmar que há, exercendo sua força sobre a memória, o político, visto que sua primazia pode ditar o que deve ser esquecido e o porquê esquecer. Quando colocadas em relação a Análise de Discurso e a História, percebo que são as relações entre os sujeitos as responsáveis pela possibilidade de construção do saber histórico, resultado da produção da escrita da história, designada por Catroga (2009) como “convencimento” ou “veracidade”, podendo ser compreendida “através do tempo”.

Nesse limiar, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR também está imbricado pelos “[...] sentidos, significados, silêncios, lacunas” (KRÜMMEL, 2019, p. 82). A história, constitucionalmente, a exemplo do que explicitam Henry (2014) e Rancière (1994), é lacunar. Por causa disso, é necessário à instituição criar determinados efeitos de sentido por meio da (res)significação dessa história desse acontecimento, na medida em que são desprendidas

significações atreladas ao já-posto, na intersecção da tridimensionalidade do(s) tempo(s). Institucionalmente, há uma partilha desses acontecimentos que se faz de forma sensível para falar do/sobre o Holocausto.

Em referência à “partilha do sensível”, conforme sublinha Rancière (2005, p. 15, grifo do autor), há um “[...] sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”. É a condição de sobrevivente e a posição-sujeito de testemunha que fixam, ao mesmo tempo, “[...] um *comum* partilhado e partes exclusivas”, o que “[...] se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outras tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p. 15, grifos do autor).

No Museu do Holocausto de Curitiba – PR, o acontecimento histórico é apreendido a partir da(s) história(s) e da (s) memória(s) que são partilhadas por sobreviventes que resistiram, permanecendo vivos à época. Concomitantemente, esse funcionamento confere a “parte exclusiva” de que fala Rancière (2005) quando, nessa instituição, são veiculados os testemunhos de sobreviventes que imigraram para o Brasil para estabelecer morada. Eles também compartilham dessa tentativa de (re)existir. De fato, há o que é “exclusivo” porque o Holocausto é (res)significado de modo muito particular para cada uma dessas testemunhas, e, assim, são tecidos os efeitos de sentido no discurso testemunhal.

Ademais, em função da (res)significação dessa(s) história(s) e (re)construção dessa(s) memória(s) estarem sustentadas pelos testemunhos, “[...] a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (RANCIÈRE, 2005, p. 16). Essa partilha garante que sejam organizadas, a exemplos das exposições, determinados trajetos de leitura que visem à transformação das práticas sociais por meio da incidência do passado no presente como forma de projeção ao devir. Contudo, é preciso ressaltar, essa(s) história(s) e memória(s) não são contadas sem que os sobreviventes, ao ocuparem a posição-sujeito de testemunha, inconscientemente deformem, transformem e reescrevam sentidos outros, que não cessam de produzir efeitos, pois, como sublinha Halbwachs (1990, p. 25), “[...] fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma maneira, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”.

À vista disso, o testemunho não representa apenas uma forma simbolização do passado, porque está atravessado pelas diferentes temporalidades. Não obstante, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR é também atravessado pelas diferentes temporalidades como, por exemplo, a temporalidade do testemunho. Isso demanda considerar, assim como proposto por Robin (2016,

p. 238) “o que é representar? E, antes de tudo, a quem dar a palavra? Quem são as testemunhas?”. Uma resposta às questões postas seria evidente: “[...] todos aqueles que, tendo conhecido os campos da morte, tiveram a sorte de sobreviver e retornaram ao mundo dos vivos depois da guerra” (ROBIN, 2016, p. 238). Mais especificamente, quando há o testemunho, ou seja, quando o sobrevivente narra sobre o acontecimento,

ele adenda [...] ao fluxo dos demais fatos da vida. [...] Ao invés da imagem calcada e decalcada, chata, advinda do choque traumático, a cena simbolizada adquire tridimensionalidade. A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de suas metáforas, tudo trabalha no sentido de dar a esta nova dimensão aos fatos antes enterrados. Conquistar essa nova dimensão equivale a conseguir sair da posição do sobrevivente para voltar à vida. Significa ir da sobre-vida à vida (SELIGMANN - SILVA, 2008, p. 69).

Tal introjeção depreende um esforço enorme, pois muitas das lembranças são traumáticas. Por isso, mesmo nessas narrativas, as testemunhas são incapazes de apreender o que é impossível de ser construído via discurso: a completude dos fatos. O que há, uma vez mais, é uma versão (ORLANDI, 1996). Além disso, Robin (2016, p. 246-247) assevera que essa narrativa é repleta de espasmos, de incongruências que poderiam corresponder aos espaços de “verdade”. Definitivamente, quando o sobrevivente testemunha, as temporalidades estão em embate. O tempo é quase colocado em suspenso, momentos que resultam de um “[...] absoluto não simbolizável que não possui palavras” (ROBIN, 2016, p. 247). O testemunho, então, também é constituído de ausências, de faltas e de buracos, e a testemunha “[...] vai resistir, hesitar, dizer frases sem sintaxe, voltar sobre suas formulações” (ROBIN, 2016, p. 250). Ao produzir efeitos de sentido do passado no presente, a testemunha também debilita a história que, conforme afirma Veyne (1998), seleciona, simplifica, organiza as narrativas de acontecimentos passados.

Em minha leitura, para que o Holocausto possa ser discursivizado enquanto acontecimento histórico, há a exigência de que a história e a memória sejam sempre postas uma em relação à outra. De um lado, “[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações”. De outro lado, “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. Em razão disso, “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” e a história é “[...] uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9).

Vê-se, assim como endossa Robin (2016, p. 164, grifo da autora), que “[...] a memória é um fenômeno complexo e será preciso muito tempo antes de poder escrever a ‘verdadeira história’ do passado. Convém, modestamente, fazer com que todas as vozes e todas as falas sejam ouvidas”. É isso que sustenta a prática educativa do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, na medida em que pode ser garantida a (re)significação dessa(s) história(s) e a (re)construção dessa(s) por meio dos testemunhos, o que pode romper com o que é institucionalizado acerca desse acontecimento histórico. Definitivamente, há um “dever de memória” que convoca o entendimento de que o museu “[...] é um lugar ‘construído’ dentro de demandas sociais e culturais e, a partir de sujeitos, podendo-se pensar que cada espaço busca a singularidade do que decorre a invenção e dentro dessa invenção a história [...]” (VENTURINI, 2017, p. 63). Então, é na/pela contemporaneidade que Museu do Holocausto de Curitiba – PR pode funcionar também como um espaço de (re)atualização dos sentidos por meio de um planejamento de “controle” de sentidos em que essa(s) história(s) e memória(s) sejam (re)encontradas, apaziguadas ou confrontadas (ROBIN, 2016).



## **P** RIMEIRA TRAVESSIA

### **1 UM EFEITO DE PARTIDA DIANTE DO (DES)LUGAR: LINHAS QUE TRAÇAM UM PERCURSO E(M) TRAVESSIAS**

[...] Sobre o texto, a imagem invertida do tempo [...], na pesquisa, vai do presente ao passado. Segue seu rastro pelo reverso. A exposição histórica supõe a escolha de um novo “espaço vetorial” que transforma o sentido do percurso do vetor tempo e inverte sua orientação. Somente esta inversão parece tornar possível a articulação da prática com a escrita. Ao indicar uma ambivalência do tempo, coloca-se inicialmente o problema de um re-começo: onde começa a escrita? [...] Este não-lugar determina o interstício entre a prática e a escrita (DE CERTEAU, 2002, p. 97).

Os rastros e traços dos primeiros passos e(m) uma travessia preliminar estão atravessados pelas relações intrínsecas entre a história, a memória e a contemporaneidade. Em minha pesquisa, há constantes movimentos entre o passado e o presente e vice-versa. Nessa ambivalência do tempo, conforme menciona De Certeau (2002), proponho um efeito de re-começo porque é de meu (des)lugar que estabeleço deslocamentos necessários para que consiga prosseguir, de modo a considerar a história pelo retorno do(s) dizer(es) em sua dispersão: pontos de (im)possibilidade do dizer, mas também do não-dizer, do já-dito e da projeção do dizer. Pela Análise de Discurso, proponho compreender como se dá a constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, o que demanda investigar como o real da história é constitutivo dos efeitos de sentido enquanto manifestação do pré-construído (PÊCHEUX, [1975] 1997).

Em uma prática de pesquisa, nessa posição-sujeito de pesquisador, também intervêm o real da língua e o real da história. Por isso, quando é considerada uma instituição que (res)significa a(s) história(s) e a(s) memória(s) de sobreviventes do Holocausto, sobretudo a partir dos testemunhos de sobreviventes, é preciso vislumbrar que estão implicados os equívocos, as opacidades e os esquecimentos, os quais podem produzir outros efeitos de sentido sobre o que é institucionalizado, posto que “[...] as palavras têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos” (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 31-32). Desse modo, as relações de poder e saber nas práticas sociais da contemporaneidade, conforme é verificado no Museu do Holocausto de Curitiba – PR, produzem um efeito litigioso entre a história e a memória porque tanto as palavras quanto os sujeitos são clivados em condições sócio-histórica-ideológicas de

instauração dos discursos, dado que as palavras “[...] *mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 160, grifos do autor).

De fato, são essas relações que conferem a mim um (des)lugar. Em minha pesquisa, advêm saberes de outros lugares. É justamente essa posição de (des)lugar que permite o constante atravessamento de um lugar ao outro, por meio de gestos de leitura e de interpretação que, no entanto, não impossibilitam a constituição de um lugar bem definido na Análise de Discurso. Caminho para esse (des)lugar ao mesmo tempo definido e indefinido porque é nele que posso explicitar como se dá a movência dos sentidos, aquilo que significa em outro lugar. É a partir desse (des)lugar que legitimo minha prática. Nesse paradoxo do (des)lugar, direciono a atenção para as discussões acerca do tempo e do espaço porque a sua separação implica na forma como compreendo a contemporaneidade.

As relações entre a história, a memória e a contemporaneidade apontam para um percurso em que há a conjuração de saberes de outras áreas, os quais são imprescindíveis para a pesquisa que apresento. Trata-se de explorar como, afinal, como o discurso museal pode produzir, na incidência do passado no presente, perspectivas de um devir que manifeste maior atenção nas práticas sociais. Enquanto analista de discurso, em função dos objetivos dessa pesquisa, retornar a esses períodos históricos em que o aspecto subjetivo da própria ciência história encontrava-se condenado, com o propósito de descartar o vínculo com fontes que não fossem escritas, colabora na/para a compreensão das relações entre a história, a memória e a contemporaneidade como um contraponto no qual emerge o fenômeno de revalorização das vítimas do Holocausto, que coloca em evidência a necessidade de escuta dos testemunhos de sobreviventes de acontecimentos históricos<sup>12</sup>, tais como o Holocausto.

À vista disso, com a (res)significação da(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto, calcadas no interesse de produzir um dado saber histórico, o que Catroga (2009) entende por “reconhecimento”, explícito como “[...] a história, para a Análise de Discurso (AD), funciona como constitutiva do sujeito e do sentido e é pela noção de historicidade que aquilo que é exterior à língua passa a significar no discurso” (PETRI, 2017a, p. 81). É nesse (des)lugar que tropeço em algo (im)previsto em meu caminho: O Museu do Holocausto de Curitiba – PR, como a pedra que estava no meio do caminho daquele

---

<sup>12</sup> O presente é sempre uma questão delicada quando posta em relação com a história. Se considerarmos a influência historiográfica da Escola dos *Annales*, observamos que há a emergência do aspecto humano da história, bem como a possibilidade de disseminação de fontes e métodos históricos e, mesmo assim, o presente não era considerado como campo de construção para a história, porque o tempo histórico conservado e analisado era o tempo dos mortos (OJEDA, 2014, p. 03).

que seguia sempre em frente, nos versos de Carlos Drummond de Andrade<sup>13</sup>. A pedra que significa. A pedra que implica. A pedra que conduz. A pedra que, estando adiante, sugere uma direção.

De modo similar, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR surge em meus percursos de pesquisa como uma pedra no meio do caminho que não pode ser desprezada, posto que “[...] não podemos ficar calados frente à sua política de memória e sua política de arquivo” (SCHERER, 2017, p. 7). O meu interesse é despertado porque em outro momento, em minha pesquisa de mestrado, empreendi uma análise discursiva do documentário “Sobreviventes do Holocausto”<sup>14</sup>, quando comecei a pensar mais e melhor na simbolização da passagem do tempo, considerando o Holocausto enquanto acontecimento histórico e discursivo, com o objetivo de investigar como as diferentes temporalidades – vistas a partir do testemunho do sujeito velho/idoso<sup>15</sup> – poderiam ser relacionadas aos diferentes objetos simbólicos, e de que forma o sujeito velho/idoso simbolizava isso em seu discurso testemunhal.

À vista disso, vinculado à Linha de Pesquisa Língua, Sujeito e História e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, proponho (per)seguir os traços e rastros já traçados para “[...] compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2009, p. 15), especificamente no espaço museal. O que provocou inquietação em outro momento adquire novas proporções, ainda que mantenha inúmeras relações com o que já está posto, porque o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, em sua constituição, pode apontar outras versões da história, outros funcionamentos da memória e outro imaginário acerca do acontecimento histórico, aquele institucionalizado e em constante tensão entre o político, “[...] lugar de poder [...] que coloca em cena um discurso” (CERVO, 2012, p. 22).

Nessa prática de pesquisa, então, pensar na/sobre a memória em sua tensão com a história adquire tamanha importância porque “[...] é muito mais que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção” (SCHERER; TASCHETTO, 2005, p. 122). Em relação à história, ela pode “[...] deixar marcas nos tempos desjuntados” (SCHERER;

<sup>13</sup> Em referência ao poema “No meio do caminho” (ANDRADE, 2012).

<sup>14</sup> O documentário mencionado uma produção realizada nos Estados Unidos, em 1996, com 70 minutos de duração, por Steven Spielberg, June Beallor, James Moll e Jacoba Atlas, com direção de Allan Holzman, intitulado “Sobreviventes do Holocausto” (“Survivors of the Holocaust”). O documentário é resultado, em parte, de uma gama de testemunhos ouvidos por Steven Spielberg enquanto estava filmando “A Lista de Schindler”, quando teve contato com centenas de dramáticos relatos de sobreviventes do Holocausto. Ainda, cabe ressaltar que nosso *corpus* de pesquisa foi composto por inúmeros recortes dos testemunhos desses sobreviventes. O documentário pode ser localizado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=2ysCr-MoXhI&t=2s>.

<sup>15</sup> Propomos a designação “sujeito velho/idoso” a partir da conjuntura histórico-social, por meio da qual refletimos em como mobilizar, na categoria analítica, essa noção.

TASCETTO, 2005, p. 122), na medida em que depreende do esforço em “[...] armazenar, mobilizar, recuperar e construir algo”, em um gesto concomitantemente retrospectivo e prospectivo: “[...] é voltar e olhar, é repensar, é não somente recordar, mas também construir uma nova recordação” (MUÑOZ; PETRI, BRANCO, 2017, p. 30).

Cada fragmento da composição de um museu é, portanto, resultado do processo de mediação de um sujeito – atravessado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia – que construiu esse lugar a partir de demandas específicas, no encontro/desencontro com a memória histórica (VENTURINI, 2017). É esse direcionamento que estabelece a fixação de minha questão de pesquisa, já mencionada, mas que requer uma retomada: **como se dá a constituição discursiva e política do Museu do Holocausto, sendo a língua a sua materialidade linguístico-histórica e a memória a sua forma de representação?** Para responder a essa questão, empreendo algumas travessias.

Na **Segunda Travessia – Do tempo que cerceia as (dis)junções: a constituição do(s) museu(s) e(m) sua(s) história(s) e memória(s)**, proponho um percurso no qual compreendo como houve um processo de (re)significação dos museus, por meio de um recorte temporal que abrange os eventos desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, atentando para as relações entre a história e a memória. Com isso, adentro o discurso museológico, destacando como é construído ao longo do processo de constituição dos museus – no mundo e, especificamente, no Brasil – e destaco as implicações sobre a história e a memória em seus processos de constituição, sobretudo, no Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Na **Terceira Travessia – O Museu do Holocausto de Curitiba – PR: (re)existência, (res)significação e (re)construção da(s) história(s) e memória(s) do Holocausto**, por meio de uma perspectiva discursiva, explico gestos e olhares sobre o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, de modo a compreender como se dá a constituição discursiva e política dessa instituição a partir de uma incursão sobre alguns dos Museus do Holocausto na América Latina, realizada em travessias virtuais pelo espaço digital, com especial atenção aos *sites* do *Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*, do *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI* e do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*. Em vista disso, aponto como esses museus são estruturados nesse outro espaço e como esse modo de estruturação pode ser relacionado com o *site* da instituição museológica sobre a qual detenho a minha questão de pesquisa. Por conseguinte, então, apresento um trajeto de visita virtual, explicitando os seus diversos percursos significativos, de maneira a empreender uma visão mais abrangente sobre como os museus podem ser estruturados no/pelo espaço digital mediante um “efeito de estruturação”, bem como destacar como eles fornecerem subsídios para que possam ser delimitadas

semelhanças e diferenças, tendo em vista o *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR e como a digitalidade perpassa o meu gesto de leitura e interpretação.

Na **Quarta Travessia – Entre o discurso museal e o discurso testemunhal: a (re)significação da(s) história(s) e a (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto**, focalizo minha atenção nos testemunhos que também são apresentados no espaço digital dessa instituição e, por meio de uma incursão ao espaço físico dessa instituição, compreendo como são desfronteirizados os limites impostos na configuração da museologia ao longo de seus séculos de existência. Destaco, por isso, que é na/pela digitalidade que emerge um movimento de desterritorialização das instituições museológicas que está em funcionamento devido ao “efeito de estruturação” que se dá pela (re)configuração de um espaço pleno de significância, posto que não há uma correspondência entre o que é dado a ver/ler no espaço físico de uma instituição museológica e o que é dado a ver/ler em seu espaço digital. Vislumbro, assim, que há uma amplificação na produção dos sentidos, justamente em função desse efeito de transbordamento que coloca em circulação outros espaços de significação, (re)produzindo discursividades que significam e são significadas no/pelo espaço digital e no/pelo espaço físico.

Após as quatro travessias supracitadas, apresento a **Travessia Final – Um efeito de parada: tracejos dos rastros e(m) caminhos prospectados ao devir**, momento em que explicito alguns dos principais efeitos de conclusão de minha pesquisa e como, no “horizonte de prospecção” – como nos ensina Sylvain Auroux –, podem ser vislumbrados outros rumos de minha caminhada, em um constante movimento que impulsiona a projeção de percursos que podem ser trilhados no devir e as perspectivas de um caminhante que está sempre, assim como o discurso, propenso à movência, em condições sócio-históricas de (re)existência.

## SEGUNDA TRAVESSIA

### 2 DO TEMPO QUE CERCEIA AS (DIS)JUNÇÕES: A CONSTITUIÇÃO DO(S) MUSEU(S) E(M) SUA(S) HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S)

Se pudéssemos conceber um espaço de tempo que não seja suscetível de ser subdividido em mais partes, por mais pequeninas que sejam, só a esse podemos chamar tempo presente. Mas este voa tão rapidamente do futuro ao passado, que não tem nenhuma duração. Se a tivesse, dividir-se-ia em passado e futuro. Logo, o tempo presente não tem nenhum espaço (AGOSTINHO, 1980, n. p.).

As especulações filosófico-teológicas de Santo Agostinho (1980) sobre o tempo expressam a possibilidade desdobramentos de minhas travessias, mas também refletem na prática multifacetada do caminhante, o analista de discurso. Nessa direção, quando apresento algumas considerações acerca da história, da memória e da contemporaneidade, vislumbro a abrangência do presente em seu triplo movimento<sup>16</sup>. Desse modo, o tempo possui relação intrínseca com os percursos empreendidos nas travessias pelos corredores da memória. Entendo conforme previamente abordado, que a posição que assumo frente à produção do conhecimento é realizada de um (des)lugar. Dessa posição, os sentidos estão em movência, em constante interlocução com saberes que são demarcados em um percurso repleto de descobertas, posto que essa posição “[...] implica uma rede complexa de elementos e atributos que vão se entrelaçando e compondo o tecido que veste e reveste a *forma-sujeito do analista de discurso*” (FERREIRA, 2018, p. 89, grifos da autora).

À vista disso, compreendo o tempo presente em seu aspecto material, “[...] o tempo das relações sociais, o tempo em sua historicidade” (DIAS, 2019, p. 37). Isso permite observar o funcionamento das relações sociais contemporâneas com o objetivo específico de explicitar como se dá a constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR. O tempo, nessa instituição, é significado em sua prospecção ao devir, de maneira que seja(m) recuperada(s) a(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e a(s) memória(s) do/sobre o Holocausto, sobretudo de sobreviventes, para problematizar as práticas sociais contemporâneas.

---

<sup>16</sup> Esse “triplo movimento” é fundado a partir das reflexões de Santo Agostinho (1980). No entanto, em vez do termo “futuro”, preferimos utilizar “devir”.

O tempo é pensado, então, em sua movimentação e em seu funcionamento discursivo, que também são responsáveis pela produção de efeitos de sentido que reverberam na constituição do sujeito e da memória (DIAS, 2019). São ilusórios, portanto, o entendimento de que o tempo é passível de controle e as tentativas de manipulação e dominância sobre ele. Ainda que os museus, de maneira geral, possam “guardar” o passado e mesmo (res)significá-lo por meio da exposição de objetos, por exemplo, instala-se apenas um “efeito de”. Especificamente no Museu do Holocausto de Curitiba – PR, o tempo passado é fogado na/pela memória de/em um tempo presente, apoiada nas lembranças dos outros (HALBWACHS, 1990), capaz de resultar em uma complexa rede política de memória.

Nesse ínterim, recupero<sup>17</sup> uma passagem atribuída a Freud, localizada em uma crônica de Contardo Galligaris, na Folha de São Paulo. Nela, diz-se que um menino, angustiado por estar no escuro, chama a tia que está num quarto ao lado. “Tia, fala comigo, estou com medo”. “De que serve que eu fale, se no escuro você não me enxergaria?”, responde a tia. E o menino: “Quando alguém fala, tem sempre um pouco de luz”. A política de memória em funcionamento no espaço museológico também produz luzes no presente, como forma de combater a escuridão do passado que insistentemente acomete as práticas sociais contemporâneas.

De fato, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR pode funcionar como ferramenta histórica, visto que coloca em funcionamento “[...] os efeitos do movimento pendular nas ‘relações de sentido’, enquanto vaivém entre discursos que promove a agregação e o desprendimento de sentidos, reiterando e transformando, via movimento” (PETRI, 2013, p. 37, grifo da autora), pois é próprio da palavra poder ferir ou curar (PETRI, 2020).

Nessa tentativa de construção da (res)significação do passado no presente, há uma forma de contribuição para os desafios memoriais do século XXI que “[...] estruturam o espaço público contemporâneo” (POULOT, 2013, p. 144), e, assim, os museus “[...] criam novos sentidos para as coisas e (re)definem a realidade, razão pela qual são consideradas práticas de significação” (ORLANDI, 2014, p. 11). “Espaço simbólico” (MUÑOZ; PETRI; BRANCO, 2017, p. 26) e “lugar de memória” (NORA, 1993) – mas também de esquecimento – constituído pelos constantes atravessamentos de saberes e poderes, por meio dos quais estão em funcionamento os processos de produção de sentidos em dados momentos histórico-sociais, mediados pelas relações entre sujeito-discurso-ideologia. Por conseguinte, o discurso, na sua materialidade linguística, impede que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR seja concebido como espaço de análise sem associar a língua à própria construção da história e da sociedade

---

<sup>17</sup> Essa passagem é mencionada por Maria Cristina Leandro Ferreira, em seu artigo intitulado “Os desafios de um analista de discurso: um processo sem início em fim”.

(ORLANDI, 2009), uma vez que é um lugar construído a partir de determinadas “[...] demandas sociais e culturais e, a partir de sujeitos” (VENTURINI, 2017, p. 63).

## 2.1 MUSEOLOGIA E(M) HISTÓRIA: PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DOS MUSEUS

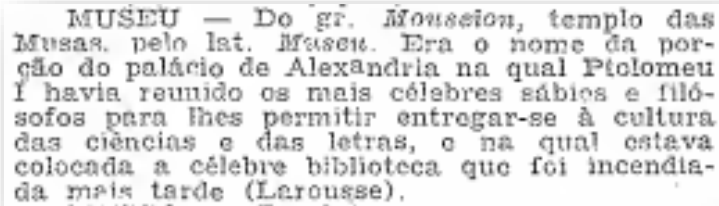
Esse batimento [...] entre o presentificado e o ausente dá-se a ver na/pela constituição de arquivo(s) que os museus [...] produzem e fazem circular sob a forma de uma ordenação, composição e montagem de exposições [...] com o preenchimento de dados, relatos, documentos e dizeres sobre um tema [...], deixando aparecer um gesto de leitura institucionalizado (SOUSA, 2017, p. 77).

Há uma definição hegemônica de museu, dada a sua globalização, veiculada ao Conselho Internacional dos Museus (ICOM). No entanto, essa definição é constantemente objeto de reformulações porque está vinculada aos pressupostos da disciplina acadêmica da museologia, por sua vez fundados pela perspectiva da semiologia ou das ciências da comunicação e, ainda, pela cultura profissional da conservação. À vista disso, essa definição assume uma dupla representação: aquela de conservatório do patrimônio de uma civilização ou de escola das ciências e das humanidades (POULOT, 2013).

Desde a sua concepção primária, quando seus propósitos convergem para a formação de uma determinada consciência social, em uma posição monumental que garante a construção de uma nação, a fim de que seja assegurada a identidade nacional, entendo que é exercido um empreendimento, como menciona Sousa (2017), entre a lembrança e o esquecimento. Esse batimento é passível de observação justamente na/pela constituição de arquivo(s) que são produzidos e colocados em circulação, sendo atravessados pelo gesto de interpretação que é institucionalizado.

Conforme afirmei em outro texto, são pelos efeitos do tempo e espaço que “[...] os sentidos de museu se repetem, se (re)dizem: ilusoriamente parecem provocar a emersão do já-conhecido” (KRÜMMEL, 2021, p. 253). O que há nessa história de constituição são, pois, as recorrentes (re)invenções do que (re)conhecemos contemporaneamente como um museu. Em sua etimologia clássica, a palavra “museu” faz referência ao o templo das nove musas, local que era dedicado, sobretudo, “[...] ao saber e ao deleite da filosofia (VASCONCELLOS, 2006, p. 13). A partir de Nascentes ([1955] 2005), estendo um pouco mais como os museus estão associados a determinados arquétipos antigos que colocam em funcionamento o tempo e o espaço para a sua institucionalização, primordialmente como um lugar de contemplação e reflexão.



Imagem 1 – Etimologia da palavra *museu*


MUSEU — Do gr. *Mousson*, templo das Musas, pelo lat. *Museu*. Era o nome da porção do palácio de Alexandria na qual Ptolomeu I havia reunido os mais célebres sábios e filósofos para lhes permitir entregar-se à cultura das ciências e das letras, e na qual estava colocada a célebre biblioteca que foi incendiada mais tarde (Larousse).

Fonte: Nascentes ([1955] 2005).

Conforme é dado a ler, além dessa leitura possível sobre o mito, as musas podem ser interpretadas como personificações do imaginário museal, posto que eram preservadoras da memória e cantavam para manter as lembranças – do passado – vivas. Nesse efeito quase metafórico, percebo que há um retorno de saberes que estão relacionados com a importância que os gregos atribuíam à memória, denominada de *Mnemosine*, a deusa que “[...] lembra aos homens a recordação dos heróis e de seus altos feitos” e que é designada como “[...] o antídoto do esquecimento” (LE GOFF, 2003, p. 433). Esse passado, que é personificado, estabelece uma referência aos “velhos”, isto é, àqueles que eram valorizados pela sua sabedoria, decorrente dos fatos vividos e das informações acumuladas, cujas histórias adquirem importância para a manutenção de uma memória, visto que a lembrança é a sobrevivência do passado (BOSI, 1994).

Esse rápido recorte sobre a Antiguidade, que é arbitrário, fornece pistas de como surgiram as primeiras manifestações do que conhecemos contemporaneamente como o museu. Na passagem da Antiguidade – considerando a história da Europa –, que se estende aproximadamente até o século VII a.C., com o surgimento da poesia grega de Homero e se prolonga até a queda do Império Romano no ocidente (século V d.C.), Grécia e Roma demarcam o seu lugar na história de constituição dos museus. Esse fato colabora com o entendimento de como, no século VIII, durante o Renascimento Carolíngio, Carlos Magno (747-814) estabeleceu uma série de leis que assegurassem a lembrança da cultura romana, com o objetivo de que fosse preservada, recolhida e recuperada.

Essa atividade cultural demarca um espaço de importância na história de constituição dos museus. Nota-se como a influência do passado legitima o presente e o futuro. No Império Romano do oriente – o Império Bizantino –, já eram comuns as exposições de coleções reais nas festas religiosas, militares ou políticas. No século X, o Imperador Constantino VII Porfirogêneto (905-959) realizava anualmente essas exposições (CARLAN, 2008). Nesse

movimento de valorização da cultura de um povo, mais tarde, no século XIV, o poeta e célebre humanista italiano, Francesco Petrarca (1303-1374), já pensava sobre a organização de exposições e a sua significação. Conhecido como um dos precursores da numismática na Península Itálica, Constantino tinha como objetivo compreender a história de cada civilização por meio das suas moedas. Desse modo, por meio da composição e da manutenção do seu acervo, defendia que esses objetos arqueológicos deveriam ser utilizados como forma de conhecer a história e, por isso, desenvolveu métodos próprios que foram, mais tarde, adaptados pela metodologia científica (CARLAN, 2008, p. 76).

Contudo, até a Idade Média, o termo “museu” foi pouco usado e reapareceu somente por volta do século XV, período em que o colecionismo foi disseminado por toda a Europa. Com a Modernidade (historicamente compreendida a partir do surgimento da cidade de Constantinopla pela ação dos Turco-Otomanos, em 1453), o século XV passa a ser marcado pelas grandes navegações e pela integração dos povos no mundo. Nesse momento, o homem estava vivendo “[...] uma verdadeira revolução do olhar” (JULIÃO, 2006, p. 20) em função do Renascimento e da expansão marítima, e, com isso, o espírito científico e humanista apresentou um “mundo novo” à Europa. Desse modo, houve um movimento em que

[...] as coleções principescas, surgidas a partir do século XIV, passaram a ser enriquecidas, ao longo dos séculos XV e XVI, de objetos e obras de arte da antiguidade, de tesouros e curiosidades provenientes da América e da Ásia e da produção de artistas da época, financiados pelas famílias nobres. [...] Além das coleções principescas, símbolos de poderio econômico e político, também proliferaram nesse período os Gabinetes de Curiosidades e as coleções científicas, muitas chamadas de museus. Formadas por estudiosos que buscavam simular a natureza em gabinetes, reuniam grande quantidade de espécies variadas, objetos e seres exóticos vindos de terras distantes, em arranjos quase sempre caóticos (JULIÃO, 2006, p. 20).

Como é verificado, o museu compreendia uma coleção acerca de algo que fosse relevante para determinado segmento social e esteve intimamente ligado (em seus primórdios) ao ato de colecionar. Coleções que, naquela época, podiam ser classificadas como de ordem religiosa ou de ordem profana, em um processo no qual a prática de colecionismo era “[...] movida pela busca do objeto raro que completaria uma série, e esteve voltada tanto para as obras-primas como para os objetos mais simples, ou mesmo para aqueles considerados exóticos” (VASCONCELLOS, 2006, p. 15). Em função disso, a necessidade de adquirir e apresentar exposições cresceu:

[...] essa revolução do olhar, acompanhada pela Expansão Marítima, leva as realezas europeias dos séculos XVI e XVII a adquirirem suas próprias coleções. O modelo da

Vila Albani, em Roma, onde os intelectuais europeus se encontravam para discutir suas ideias e achados (entre eles o alemão Johann Winckelmann, 1719 – 1768, um dos fundadores da arqueologia científica). A vila pertencia ao cardeal Albani, sobrinho do Papa Clemente XI (1649 – 1721), grande protetor das artes, ordenou as primeiras escavações arqueológicas nas catacumbas romanas. A construção da vila levou aproximadamente 20 anos. Nela, havia uma rica coleção greco-romana, hoje pertencente ao Museu do Louvre (CARLAN, 2008, p. 77).

Tais coleções foram especializadas com o tempo e, assim, organizadas a partir de critérios que obedeciam a uma ordem cuja determinação era atribuída à natureza e aos progressos sob os quais avançavam as concepções científicas nos séculos XVII e XVIII. Aos poucos, então, as práticas museológicas passaram a condenar a função dos museus como espaços procurados apenas para que curiosidades fossem respondidas, como se pudesse haver, nesses espaços, um efeito de completude. Nessa abertura, os museus voltaram-se para as pesquisas e para a ciência pragmática e utilitária, em um processo no qual as coleções formadas através dos séculos XV e XVIII puderam assumir a função de museus, tal como são concebidos na contemporaneidade.

A exemplo do que ocorreu na Europa no século XVII, a preocupação com as ciências e as humanidades emergiu devido ao período em que a burguesia estava em ascensão, e os objetos de coleções raras passaram a constituir os museus que se tornaram espaços públicos (VASCONCELLOS, 2006). É preciso destacar que também houve movimentos que buscavam melhorar o acesso à arte para que ela estivesse à disposição de toda a sociedade, e é por isso que os museus se tornaram públicos. Assim, ao mesmo tempo em que possuíam a vocação de “fazer história”, os museus também se inscreviam na história, pertenciam à história. Nesse viés, eles “[...] caracterizavam-se por coletar objetos que não pertenciam à compreensão da vida, estranhos ao tempo e à história que envolve” (SANTOS, 2003, p. 111).

Ao projetar novos objetivos e no esforço de segui-los, os museus tornam-se instrumentais e atuaram enquanto lugares que estiveram a serviço da educação e do conhecimento, porque não houve somente a necessidade de expor, mas, sobretudo, de que os grupos sociais pudessem atribuir significação ao que lhes era intrínseco, ou seja, aquilo que fazia parte de seu contexto social. Com isso, em cada exposição museológica eram traçados objetivos que visavam ao direcionamento de compreensão daquilo que construía, ou melhor, do saber que era construído e inserido nesses espaços por meio de pressupostos ideológicos e políticos.

Contudo, a partir da evolução de seus modos de concepção, esses lugares não escaparam das interrogações constantes, do gesto de leitura daqueles que ocupavam a posição de visitantes em contato com uma instituição social pública. Não obstante, aos poucos, os museus teceram e

aprimoraram seus métodos, pautados por esse contato do/com o público e pelas estratégias desenvolvidas a partir da organização da instituição, com vistas aos seus interesses. Então, mais tarde, já no século XVIII, emergiu a possibilidade do acesso público às coleções museológicas, o que marcou o surgimento dos museus nacionais. Com a Revolução Francesa, foram criados métodos de proteção ao patrimônio francês, o que se deu por meio de um aparato técnico e jurídico, cujos decretos e instruções foram posteriormente desenvolvidos no século XIX. Nessas condições de produção, foram propostos os procedimentos de preservação, dada a política de conservação do patrimônio monumental e a criação do termo “monumento histórico”, que amplificou o que era entendido até o período – considerado como Antiguidade.

Posteriormente, com a Revolução Francesa, em 1792, o Comitê de Salvação Pública instituiu os primeiros decretos e aparatos jurídicos para garantir a proteção do Patrimônio Histórico Francês. À vista disso,

[...] os bens da Igreja, realeza e nobreza passam a pertencer ao Estado. Os revolucionários tentam acabar com uma ideologia imposta pela elite, proprietária desses objetos. Em 1793, Louvre é transformado em museu, com o objetivo de instruir a Nação, difundir o civismo e a história. Os cidadãos teriam conhecimento do passado e, ao mesmo tempo, ocorria uma legitimação ideológica dos Estados Nacionais (CARLAN, 2008, p. 77-78).

Em função da Revolução Francesa, até os fins do século XVIII, foram traçadas algumas práticas que influenciam na estruturação da acepção contemporânea de museu, consolidada no século XIX com a Pós-Modernidade, fundada pela Revolução Industrial e pelos ideais do Iluminismo. Por conseguinte, algumas instituições museológicas da Europa passaram a ser o centro de novas concepções museológicas. Concebidos dentro de um “espírito nacional”, esses museus “[...] nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica – formar o cidadão, através do conhecimento do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades”, e, por isso, “[...] conferiram um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados Nacionais emergentes” (JULIÃO, 2006, p. 21).

É apenas no século XVIII que houve a criação de um método científico para essa área do conhecimento. Por meio do advento da Revolução Industrial, o que era entendido como “memória individual” passou a receber pouco foco e a “memória coletiva” pôde receber destaque em função dos acontecimentos que mudaram a sociedade, sobretudo pelo viés da Revolução Francesa e dos seus desdobramentos, os quais apontaram outros rumos para a civilização, fazendo com que historiadores passassem a escrever sobre os fatos de um modo

geral, focalizando o princípio da coletividade, ao contrário do que ocorreu nos séculos antecedentes (LE GOFF, 1996).

Esse rompimento com as perspectivas fundadoras dos museus da Antiguidade e a importância atribuída à memória coletiva “[...] ocorre porque se passa a perceber a ligação intrínseca entre a memória individual<sup>18</sup> e a memória coletiva, sendo que a partir do momento em que se vive numa sociedade, sofre-se influência desta, de sua cultura e de todos os calores que se adquire” (ABREU; SANTOS, 2015, n. p.). É em decorrência dessa forma de compreensão, em grande parte, que começaram a ser criados os espaços públicos, tais como os museus, para que as pessoas pudessem exercer seu senso crítico sobre a memória que era construída institucionalmente (LE GOFF, 1996).

Há que se destacar a importância da historiografia, pois essa ciência apresenta traços interessantes para a contemporaneidade. A partir dos objetivos dos historiadores, em especial nos séculos XVI ao XVIII, houve a demarcação de um discurso em que a força de mudança exerceu seu poder sobre a cultura, mas também uma tentativa de prospecção na qual o passado era responsável pelo funcionamento desse poder. A historiografia não opunha sujeitos e objetos, mas, em função de suas próprias condições de produção, mobilizou um efeito de verdade, ou melhor, uma possibilidade pela qual houve o vínculo entre a história, o discurso e a realidade, de maneira que surgisse

[...] a interrogação sobre o real em duas posições bem diferentes do procedimento científico: o real enquanto *é o conhecido* (aquilo que o historiador estuda, compreende ou ‘ressuscita’ de uma sociedade passada) e o real enquanto *implicado* pela operação científica (a sociedade presente a qual se refere a problemática do historiador, seus procedimentos, seus modos de compreensão e, finalmente, uma prática de sentido (DE CERTEAU, 2002, p. 45, grifos do autor).

Trata-se de efeitos. Na constituição dos museus, como explicito nas seções que seguem, os efeitos de sentido estão entrelaçados não só pela relação entre a sua organização, mas também em função do gesto de leitura diante de suas exposições. Esses efeitos criam, portanto, possibilidades de realidade que não podem ser reduzidas ou eliminadas porque a ciência histórica existe na/pela relação entre o que é “conhecido” e o que é “implicado”. O discurso da história está, portanto, ligado estreitamente a sentidos moventes e sujeitos à atualização. Se inúmeras vezes os testemunhos de sobreviventes do Holocausto desaparecem da história institucionalizada, científica, ou mesmo se a ficção é um aspecto do seu discurso, ainda assim

---

<sup>18</sup> Nesse ponto, preciso ressaltar que compreendo a memória como coletiva, mas trago à baila essa forma de entendimento porque foi fundante dos pressupostos assumidos pelos museus na contemporaneidade.

há referência ao real, no entanto, uma referência deslocada. Nessas relações de poder, está em jogo o duplo caráter do saber histórico (PÊCHEUX, [1975] 1997), como aquilo que está posto. É por isso que os museus são espaços não-unívocos: há disputas e são seletivos à medida em que se estreita a relação dialética entre a memória e o esquecimento.

Nos fins do século XIX, instaurou-se uma preocupação com a preservação da memória, momento em que o discurso nacionalista procurou recuperar os vínculos com o passado (VASCONCELLOS, 2006), de maneira que as relações entre a história e a memória intensifiquem-se, ao ser proposta uma “cultura de memória” calcada na “musealização da realidade” ou, em outras palavras, no resgate do passado (PIO, 2006). Nesse limiar,

[...] durante o século XIX, para muitos intelectuais o século das ciências, os primeiros conceitos de patrimônio e restauração são lançados. O arquiteto, arqueólogo e escritor francês Eugène Viollet-le-Duc (1814 – 1879), pertencente à escola revivalista, precursor da moderna arquitetura, definiu as primeiras teorias da restauração e preservação patrimonial. Na realidade, Viollet-le-Duc, influenciado pelo romantismo, baseou grande parte do seu trabalho no imaginário medieval, valorizando o Gótico. Seus estudos realizados em Carcassonne foram considerados pioneiros (CARLAN, 2008, p 78).

Vê-se, em razão disso, que a memória construída pelos museus esteve ligada ao conhecimento, à aprendizagem, em um processo de atribuição das experiências apreendidas do passado. Nesse viés, essa relação é dada, primordialmente, na relação entre a memória e o arquivo. Os acervos, “[...] transformados em documentos, guardiões de uma memória coletiva”, (CARLAN, 2008, p. 83) começaram a ser guardados e protegidos, sem que, no entanto, passassem por uma constante renovação de estudos e de práticas científicas que colaborassem com os posteriores estudos acerca da museologia. Dadas essas relações, na passagem do século XIX para o século XX, emergiram as práticas de poder sobre a memória. Os museus foram, por isso, em qualquer tempo, herdeiros de memória e poder, características estruturantes das instituições museológicas que relacionam a memória e o esquecimento, legitimando objetos simbólicos por meio de lutas e conflitos (BOURDIEU, 2008).

Com isso, já no século XIX, estava em funcionamento uma percepção da memória enquanto instrumento de poder e de constituição da identidade (ANDREONI, 2011, p. 170). Esse período esteve atravessado pelas formas com que “[...] os poderes fomentaram várias liturgias de recordação, tendo em vista socializar e enraizar (a)s nova(s) memória(s) em construção ou em processo de refundação” (CATROGA, 2001, p. 57). Desse modo, o processo de constituição do(s) museu(s), desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, constrói redes de significação que (entre)tecem sentidos que (des)prendem-se de sua história de constituição,

e, assim, os saberes do/sobre o museu são institucionalizados e postos em circulação. Em razão disso, como prática de significação que envolve o sujeito em sua materialidade, nos/pelos efeitos do tempo e do espaço e nos/pelos batimento entre a lembrança e o esquecimento, os museus (re)existem em (dis) curso (KRÜMMEL, 2021).

### **2.1.1 A constituição dos museus no Brasil: mo(vi)mentos de institucionalização e circulação do discurso museológico**

No processo de constituição dos museus, há sempre uma disputa de interesses que norteiam os objetivos singulares de cada instituição, fundados em princípios e práticas construídas historicamente, principalmente com o advento no interesse pela memória coletiva. No entanto, é necessário estreitar a compreensão de como se deu a constituição dos primeiros museus no Brasil. Surge a necessidade de pensarmos em como isso procedeu no território nacional para expandir o entendimento de como se dá a constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, pois as relações entre o passado, o presente e o devir estão entrelaçadas nesse espaço, estabelecendo também um intrínseco funcionamento com a (res)significação da(s) história(s) e a (re)construção da(s) memória(s) dos mo(vi)mentos de institucionalização e circulação do discurso museológico.

Quando houve, no Brasil, a emergência de questões relacionadas às práticas museológicas, elas estiveram intimamente relacionadas às inúmeras influências advindas de outros espaços e tempos. Concomitantemente ao processo de institucionalização dos museus no século XIX, no país, foram esboçadas as primeiras tentativas de sua inserção na sociedade, a partir das iniciativas culturais de D. João VI, responsável pela criação do Museu Real (Museu Nacional), em 1818, cujo acervo era composto por uma pequena coleção de história natural, doada pelo monarca (JULIÃO, 2006, p. 21). Com isso, já na segunda metade do século XIX, a ideologia do progresso conquistava associados no Brasil, a começar pelo imperador D. Pedro II que, “[...] personificando a unidade e a tradição do Estado nacional brasileiro, vinculou sua imagem também à introdução da modernidade nos trópicos” (ABREU, 1996, p. 42).

Em função disso, o país conseguiu assegurar a sua participação assídua nas exposições universais, que eram precedidas, por exemplo, “[...] por exposições nas províncias, seguidas por exposições nacionais, onde um levantamento sistemático das forças produtivas e dos bens produzidos na nação era efetuado” (ABREU, 1996, p. 42). Até o final da monarquia, devido ao acelerado processo de criação desses espaços, o governo imperial havia promovido a realização de diversas exposições, e o Brasil “[...] já havia participado das exposições universais mais

importantes ocorridas no Ocidente, como a de 1862, em Londres, a de 1867, em Paris, a de 1873, em Viena, a de 1876, na Filadélfia, e a de 1889, em Paris” (ABREU, 1996, p. 42).

Dadas as condições de produção dessas exposições universais, como é observado, a história nacional ocupou um lugar de destaque, sendo altamente valorizada. Os países participantes e aqueles que organizavam essas exposições “[...] elegiam e celebravam efemérides de suas respectivas histórias nacionais” (ABREU, 1996, p. 42), quando ressaltavam as preocupações de valorização da nação, conferindo à história o papel pedagogizador de uma nacionalidade, promovendo um verdadeiro culto aos heróis nacionais.

Entretanto, após a sua criação, o Museu Real apresentou uma modesta atuação e adquiriu seu caráter científico somente no final do século XIX, seguindo os avanços na área da museologia. Com essa efervescência, nas últimas décadas de 1800, foram criados diversos museus: o do Exército (1864), o da Marinha (1868), o Paranaense (1876), o do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), além de dois museus etnográficos, a saber: o Paraense Emílio Goeldi, constituído em 1866, por iniciativa de uma instituição privada e transferido para o Estado em 1871, sendo reinaugurado em 1891, e o Paulista, popularmente reconhecido como Museu do Ipiranga, em 1894 (JULIÃO, 2006).

O modelo de museu etnográfico alcançou as nações de todo o mundo nas décadas de 1870 e 1930. A exemplo do Museu Nacional, muitos das instituições do país seguiram suas proposições. Na época, esses espaços foram caracterizados pelas pretensões enciclopédicas e, em função do avanço da cientificidade, estiveram voltados à pesquisa em ciências naturais (para a coleta e a exibição das coleções naturais de etnografia, paleontologia e arqueologia). Juntamente com o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista atuaram enquanto grandes agentes de propulsão para as práticas intelectuais<sup>19</sup> voltadas à área das ciências naturais, no final do século XIX. Por essa configuração, o museu do tipo enciclopédico conseguiu atingir o seu apogeu no período entre o final do século XIX e meados do século XX, cumprindo um relevante papel no ensino e na produção científica.

Ainda no final do século XIX, foram constituídos inúmeros acervos locais e especializados, dentre os quais podem ser mencionadas as seguintes inaugurações e avanços:

[...] no Museu do Pará, criado em 1868, havia coleções de plantas, animais e objetos de comunidades culturais da Amazônia, e, no Museu Paulista, inaugurado em 1893, objetos da elite local. Além dos museus Paulista e Paraense, podemos nos lembrar de

---

<sup>19</sup> De acordo com Julião (2006, p. 22), esses museus tinham “[...] como paradigma a teoria de evolução da biologia, a partir da qual desenvolviam estudos de interpretação evolucionista social, base para a nascente antropologia. Ao buscarem discutir o homem brasileiro, através de critérios naturalistas, essas instituições contribuíram, decisivamente, para a divulgação de teorias raciais no século XIX”.



inúmeros outros museus criados no início do século: o Museu Mineiro, os Museus Anchieta e Júlio de Castilhos, do Rio Grande do Sul, o Museu do Instituto Butantan e o Museu de Zoologia, de São Paulo, ou o Museu de Ciências da Terra, do Rio de Janeiro. O acervo voltava-se sempre ou para um ramo especializado das ciências naturais ou para especificidades regionais. Em nenhum destes museus, o acervo remetia à história da civilização como o acervo do Museu Nacional e, mesmo neste museu, algumas mudanças ocorreram a partir das últimas décadas do século dezanove (SANTOS, 2002, p. 125-126).

Nesse percurso de desenvolvimento da história dos museus brasileiros, a criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, que se constituiu como um “[...] divisor de águas entre os museus enciclopédicos, que deveriam dar mostras de todo o conhecimento humano [...] e um conjunto de museus criados posteriormente, vinculados à temática da brasilidade, especialmente da História e da Arte nacionais” (ABREU, 1996, p. 43). O Museu Histórico Nacional representa um marco no movimento museológico brasileiro, posto que rompeu “[...] com a tradição enciclopédica, inaugurando um modelo de museu consagrado à história, à pátria, destinado a formular, através da cultura material, uma representação da nacionalidade” (JULIÃO, 2006, p. 22).

Criado com o objetivo de estabelecer uma matriz de sentido para os outros museus, essa instituição assumiu também o objetivo de ensinar à população sobre os personagens e os fatos marcantes do passado, como forma de incentivar a tradição e um meio de formar civicamente a população para o progresso do coletivo. Seus objetos “[...] deveriam documentar a gênese e evolução da nação brasileira, compreendida como obra das elites nacionais, especificamente do Império, período cultuado pelo Museu” (JULIÃO, 2006, p. 22).

À vista disso, os séculos XIX e XX foram catalisadores de avanços na área da museologia, de maneira que o Museu Histórico Nacional compreendeu um importante propulsor dos museus brasileiros. Seu modelo foi transplantado para outras instituições e contribuiu significativamente para a instalação do curso de museologia, que funcionou no interior de suas dependências entre 1932 e 1979, sob orientação de Gustavo Barroso, sendo formados inúmeros profissionais que, concomitantemente, atuaram em todas as regiões do país (JULIÃO, 2006, p. 22).

A partir de 1990, com a implementação de novas diretrizes nos museus brasileiros, guiadas principalmente pelos diretores do Museu Nacional, Museu Paulista e Museu Emílio Goeldi, os seus representantes procuraram inserir em suas instituições o caráter de cientificidade em todas as práticas que eram desenvolvidas nesses espaços. Por isso, eles estabeleceram um estreito contato “[...] com a comunidade acadêmica internacional, através de um intercâmbio contínuo em que pesquisas e relatórios científicos eram atualizados”

(SANTOS, 2002). Nesse período, “[...] estudos em botânica, zoologia, arqueologia e linguística, entre outros, procuravam traduzir produtos nacionais em termos de um saber científico e universal” (SANTOS, 2002, p. 126).

Com o apoio intelectual profícuo ao desenvolvimento museológico, houve a incorporação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937. O SPHAN representa o marco do processo de institucionalização dos museus, apoiado numa política para o patrimônio cultural do país, calcado na necessidade de construção da identidade e da cultura nacionais (JULIÃO, 2006, p. 23). Desde então, o patrimônio nacional passou a ocupar o espaço central nas discussões museológicas, como promessa de possibilidade da retrospectão ao passado e da prospecção ao futuro. À época, nas práticas exercidas pelos museus, todos os acervos disponíveis permaneceram no país, e, desse modo, os responsáveis pelas instituições criaram, aos poucos, uma política de criação dos museus nacionais.

Em razão dos avanços e das repercussões<sup>20</sup> no campo museológico brasileiro, sobremaneira a partir da democratização da concepção museológica e do acesso ao patrimônio cultural, o SPHAN passou por uma reformulação enquanto órgão de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, sendo instituído como IPHAN<sup>21</sup> (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 13 de janeiro de 1937. Com a promulgação da Lei nº 378, assinada por Getúlio Vargas (que ocupava o posto de Presidente da República), o IPHAN estabeleceu os conceitos que orientaram a sua atuação, de modo a reconhecer a diversidade cultural do país, bem como os produtos do fazer popular como horizontes de sua atuação (JULIÃO, 2006, p. 26).

Além disso, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, com os crescentes debates em torno da questão do patrimônio, muitos reflexos incidiram sobre as instituições museológicas devido à formulação de novos princípios e novas práticas que buscavam conferir aos museus um caráter dinâmico, prezando pela informação e pela educação do público. Concomitantemente, então, em 1946, houve a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM) – na esfera da UNESCO. Em função da necessidade de inserção do Brasil nesse cenário internacional, com o intuito de compreender como a museologia e os museus eram entendidos em todo o mundo, o país elegeu representantes capazes de estabelecer uma interlocução diante

---

<sup>20</sup> Nessa tentativa de circunscrever o que marcou o processo de institucionalização dos museus no Brasil, bem como as principais instituições que exerceram seu papel na história museológica brasileira, não menciono especificamente como foram empreendidas as discussões em torno da política para o patrimônio cultural do país.

<sup>21</sup> O IPHAN, inclusive, no ano de 2020, sofreu ataques do governo, na figura do Ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, durante a reunião ministerial, em 22 de abril. Prefiro não destacar aqui a linguagem utilizada pelo então presidente para referir-se ao órgão, mas destaco que o Instituto sofreu alguns ataques, os quais questionavam sua relevância no/para o país.

das discussões e das transformações exercidas sobre as instituições museológicas (CHAGAS; GODOY, 1995).

Pela irrupção das tendências internacionais, a década de 1980 representou um momento de grande movimentação do que concerne às práticas museológicas nacionais. A partir dessas condições de produção,

[...] a ampliação da noção de patrimônio e o processo de globalização, em escala mundial, e o movimento de redemocratização do país contribuem para que diferentes movimentos da sociedade passassem a se ocupar da questão do patrimônio, identificando como campo propício à afirmação de novas identidades coletivas. Resultado de uma crescente segmentação da sociedade, os museus se especializaram, se tornaram temáticos, atendendo à demanda progressiva de segmentos e grupos sociais – indígenas, negros, imigrantes, ambientalistas, moradores de bairro, etc. – que reivindicavam o direito à memória (JULIÃO, 2006, p. 28).

Compreendo, assim, como esse recorte sobre a história de constituição e de institucionalização dos museus no Brasil, que houve um movimento de especialização dessas instituições para que pudessem atender aos diversos segmentos da sociedade. Ainda que não tenha abarcado todos os processos e todas as discussões que culminaram nessas que julgo serem as principais fases de desenvolvimento museológico, percebo que posso localizar no percurso traçado o que Poulot (2011) menciona sobre as tarefas de um museu: colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor. Todas elas perpassaram os movimentos de (re)atualização dos museus a serviço da sociedade e trouxeram à baila uma necessidade de conservação (do patrimônio público), do estudo e da investigação, primordiais para que as aquisições museológicas tivessem, efetivamente, uma determinada finalidade.

## 2.2 O(S) MUSEU(S) NA CONTEMPORANEIDADE: ATRAVESSAMENTOS DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA EM SEU PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

Atualmente, um museu não é designado apenas como um espaço determinado, embora a sociedade contemporânea seja constituída primordialmente pelo esforço de tornar material o que não se pode “usar”, “habitar” e “experimentar” (AGAMBEN, 2007). Especificamente na constituição do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, os atravessamentos dos processos de institucionalização e (re)atualização dos museus estão em pelo funcionamento. A(s) história(s) e memória(s) do/sobre o Holocausto advêm de maneira imperativa e colaboram para a tentativa de desfazer a mistificação que, por muito tempo, circunscreveu o acontecimento histórico, visto

que ainda “[...] é comum ouvirmos que [...] é um fenômeno enigmático e inexplicável em sua essência” (REISS, 2018, p. 98).

Todavia, é a partir da emergência do interesse conferido aos testemunhos dos sobreviventes que os historiadores e os especialistas em museologia se concentram na tarefa de (re)pensar o que é da ordem histórico-temporal, responsável pela criação de uma dimensão universalizante da *Shoá*. Em razão disso, enquanto acontecimento histórico, o Holocausto é desconstruído/construído/reconstruído constantemente, posto que não há nada de inexplicável. Trata-se de um acontecimento desencadeado pela vontade de homens, contra homens.

Quando foram empreendidas as primeiras narrativas dos sobreviventes, conforme já mencionei, houve um enfoque para o caráter “mítico” e “inexplicável” do Holocausto, o que contribuiu para uma visão “misteriosa” e “ritualizada” da *Shoá* (REISS, 2018). Outrossim, é pela “contradição” e pela “universalidade” que os museus, sobretudo aqueles que se dedicam às grandes guerras e catástrofes, podem constituir-se enquanto espaço de significação pelas diferentes representações das práticas histórico-sociais. Talvez, na contemporaneidade, estejam em funcionamento alguns desses aspectos, o que pode ser assinalado por meio de dois litígios: o primeiro relacionado com a história (em seus embates) e a memória (em seus conflitos), já que a heterogeneidade é constitutiva do processo de institucionalização dos museus, e o segundo relacionado com o interior da própria história (em suas versões) e da própria memória (em seu movimento entre a saturação e a falta).

Não há um funcionamento que estabeleça as relações necessárias para garantir uma pretensa homogeneidade, posto que “fazer-memória”, nessas instituições, depreende dos embates constantes com a história, institucionalizada ou não, o que permite com que o Holocausto seja comparado com outros acontecimentos históricos, em suas semelhanças e diferenças. Referenciar esse acontecimento histórico exige que ele seja considerado como genocídio e, assim, afastado de quaisquer especulações míticas e afirmações categóricas daqueles que insistem em classificá-lo como um evento inexplicável, como se implodisse em uma determinada região uma catástrofe que deveria, em função de seu aspecto devastador, provocar um efeito dizimador.

Quando (re)afirmo a compreensão de que a constituição dos museus, com enfoque no Museu do Holocausto de Curitiba – PR, se dá pela contradição (e, por isso, pela heterogeneidade), considero a teoria dialética materialista<sup>22</sup> que sustenta o pressuposto de que

---

<sup>22</sup> Sendo assim, devemos lembrar que “(...) a perspectiva do mundo da dialética materialista sustenta que, para entender o desenvolvimento de uma coisa, devemos estudá-la internamente e em suas relações com outras coisas; em outras palavras, o desenvolvimento das coisas deve ser visto como seu automovimento interno e necessário,

“[...] o desenvolvimento surge das contradições dentro de algo” (TSÉ-TUNG, 2008, p. 85). Desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, como procurei explicitar, a causa do desenvolvimento dos museus é interna, isto é, diz respeito às práticas histórico-sociais em vigência em um determinado tempo e espaço: essa contradição se localiza no “[...] aspecto contraditório interior à coisa” (TSÉ-TUNG, 2008, p. 86), posto que existe e determina o movimento e o desenvolvimento das coisas, sendo o aspecto contraditório a sua causa fundamental. Em outras palavras, a contradição interna existe e determina o movimento e desenvolvimento das coisas.

À vista disso, o aspecto que é contraditório – dentro de uma coisa – sempre é a causa fundamental de seu próprio desenvolvimento, visto que as (inter)relações com as outras coisas são causas consideradas secundárias. Esses elementos contraditórios também constituem sentidos na constituição do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, o que pode ser exemplificado pelo movimento entre o “mostrar” e o “não mostrar”, entre a “vida” e a “morte”, o que dá a conhecer o processo de construção de uma narratividade do/sobre o Holocausto na voz do “um” e do “múltiplo”.

Esse funcionamento pode ser explicitado na Exposição Itinerante “Entre Aspas”<sup>23</sup>, em que os testemunhos dos sobreviventes respingam sentidos de vida sobre a morte e, assim, rompem com a saturação da memória do horror em detrimento da celebração da vida (KRÜMMEL; PETRI, 2020). Trata-se de um exemplo que demonstra como os museus passaram por grandes transformações, isto é, mudanças internas, no interior dessas instituições, as quais colocam em movimento – via contradição – novas formas de institucionalização. Não obstante, é necessário destacar que considero essas mudanças internas como a base da própria mudança causada, visto que não são descartadas as causas externas, pois são elas que propiciam as condições para as modificações. Os princípios basilares dos museus são mantidos, mas as suas bases, sob condições outras, provocam deslocamentos e mudanças com vistas às práticas sociais, sendo que “[...] é precisamente na particularidade da contradição que reside sua universalidade” (TSÉ-TUNG, 2008, p. 89).

---

enquanto cada coisa em seu movimento está inter-relacionada e interage com as coisas a sua volta” (TSÉ-TUNG, 2008, p. 86).

<sup>23</sup> Conforme Krümmel e Petri (2020, p. 41), essa exposição esteve disponível na Sala de Exposições Nelson Ellwanger, localizada no Centro de Documentação e Memória da UFSM – Silveira Martins. Em suas palavras, essa exposição, que é organizada “[...] por meio dos testemunhos de sobreviventes do Holocausto, constrói uma memória sobre o acontecimento, posta sempre em relação à história”, de modo que haja “[...] uma politização das lembranças (o que determina o que se deve lembrar e o que se deve esquecer”.

Imagem 2 – Exposição Itinerante “Entre Aspas”



Fonte: Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Há um princípio de universalidade nesse funcionamento da contradição porque ele permeia o processo de desenvolvimento das coisas, o que não é indiferente aos museus, já que atravessa, desde o início, os processos de constituição e institucionalização museológicas. Entretanto, como aparece e significa um novo processo? Acredito, dado o percurso histórico supracitado, que os museus, em sua unidade antiga, com esses “contrários constituintes”, observados principalmente no desenvolvimento de suas identidades, passam a admitir a uma nova unidade que, no entanto, implica em novos contrários constituintes, a exemplo da passagem da escrita da história do/sobre o acontecimento histórico para a construção de uma memória do/sobre o Holocausto por meio dos testemunhos dos sobreviventes, conforme é proposto na Exposição Itinerante “Entre Aspas”. São novos processos que substituem os velhos, mas sem invalidá-los, visto que começam “[...] sua própria história do desenvolvimento das contradições (TSÉ-TUNG, 2008, p. 93).

A história da museologia aponta que os museus são instituídos, ao longo do tempo, como espaços de disputas, sendo seletivos e capazes de abrigar a contradição, em função do trabalho que considera a relação dialética entre a memória e o esquecimento. De modo geral, concordo com a afirmação de Chagas (2005 p. 24) quando infere que “[...] se engana quem pensa que há humanidade possível fora da tensão entre o esquecimento e a memória”. Quando abordo, a partir de Agamben (2007), as questões que envolvem “usar”, “habitar” e “experimentar”, de acordo com o que já mencionei, preciso destacar que essas práticas estão

permeadas pela contradição, pela seleção, em suma, pela consideração de “x” em detrimento de “y”. Afinal, principalmente por meio da legitimidade conferida aos testemunhos dos sobreviventes, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR assume um lugar pleno de memória e de significação.

De certa forma, através do percurso de compreensão construído sobre os processos de constituição dos museus, o que faço é entender determinadas particularidades dessas contradições em cada etapa dos processos de desenvolvimento dos museus, além de observá-las na sua interlocução constitutiva, mesmo sem atingir a sua completude. Desse modo, pode ser apontada a existência de, pelo menos, dois aspectos de cada contradição (quando, por exemplo, a história é tomada pela memória que lhe é sempre constitutiva e, de certa forma, legitimada via testemunhos), embora ainda existam “[...] dois pontos na questão da particularidade da contradição que devem ser separados para a análise, a saber, a contradição principal e o aspecto principal de uma contradição” (TSÉ-TUNG, 2008, p. 107), sendo que a contradição principal ocupa um lugar de destaque (as outras são secundárias e subordinadas).

Entendo, à vista disso, que há um equívoco em considerar todas as contradições implicadas em um processo como se elas fossem iguais, visto que devem ser distinguidas a contradição principal e as contradições secundárias, de modo a prestar especial atenção à principal, pois, em uma contradição dada (seja ela principal ou secundária), os dois aspectos contraditórios são desiguais e não podem ser abordados de outra forma, mesmo que aparentemente possam estar em equilíbrio (o que é temporário e relativo). Esse funcionamento se dá por meio de dois processos contraditórios em qualquer contradição que são desiguais entre si: um funciona como principal (que toma a posição de dominante) e o outro funciona como secundário. Em razão disso, em determinado estágio de uma dada contradição, um acaba se transformando no outro, isto é, os “papéis” podem ser invertidos, pois a mudança é “[...] determinada pela extensão do aumento ou diminuição na força de cada aspecto, em sua luta contra o outro, no curso do desenvolvimento de algo” (TSÉ-TUNG, 2008, p. 110).

Concentrando-se, assim, na contradição principal, podem ser compreendidos dois (outros) aspectos contraditórios, sendo o principal “[...] aquele que desempenha o papel de liderança na contradição” (TSÉ-TUNG, 2008, p. 111) e que pode ocupar a posição de dominante em um processo dado ou em um estágio determinado do desenvolvimento de uma contradição. Em outras palavras, “[...] *A* é o aspecto principal, e *B*, o aspecto não-principal; em outro estágio ou em outro processo, os papéis são invertidos – mudança determinada pela extensão do aumento ou diminuição na força de cada aspecto, em sua luta contra o outro, no curso do desenvolvimento de algo (TSÉ-TUNG, 2008, p. 110, grifos do autor). Por isso, se o

museu é um espaço pleno de memória e de significação, as constantes tensões e os recorrentes embates são constitutivos.

Isto posto, pergunto-me: como esses embates se inscrevem no Museu do Holocausto de Curitiba – PR? Para problematizar essa questão, retomo algumas considerações apontadas por Veyne (1998, n. p.) em relação ao que é institucionalmente aceito pela história como sendo a Batalha de Waterloo<sup>24</sup>:

Especular sobre a defasagem que sempre separa a experiência vivida da reflexão sobre a narrativa levaria, simplesmente, à constatação de que Waterloo não foi a mesma coisa para um soldado e um marechal, que é possível narrar essa batalha na primeira ou na terceira pessoa, referir-se a ela como uma batalha, como uma vitória inglesa ou uma derrota francesa, que se pode deixar entrever, desde o início, o seu epílogo ou simular descobri-lo; essas especulações podem dar ocasião a experiências estéticas divertidas; para o historiador, são a descoberta de um limite. Esse limite é o seguinte: em nenhum caso, o que os historiadores chamam um evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre, incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, [...] por indícios. Ainda que eu tivesse sido contemporâneo e testemunha de Waterloo, ainda que tivesse sido seu principal ator, Napoleão em pessoa, teria apenas uma perspectiva sobre o que os historiadores chamarão o evento Waterloo; só poderia deixar para a posteridade o meu depoimento que, se chegasse até ela, seria chamado indício.

Com isso, quero ilustrar que há sempre versões, mesmo que elas estejam referenciando o mesmo acontecimento histórico: há um limite, porque nada é apreendido de maneira completa. Desse modo, se nessa instituição museológica há a tentativa de (re)construção de uma memória do/sobre o Holocausto, isso se dá principalmente por meio de um mecanismo de antecipação (PÊCHEUX, [1969] 1993), justamente devido às suas condições de produção. Está em funcionamento um modo de representação do público que estabelece um gesto de leitura e de interpretação sobre o que é dado a ver, uma vez que o próprio discurso é produzido em um determinado tempo e espaço, na sua relação com outros discursos produzidos em outros tempos e espaços, determinados social e historicamente, e, assim, o saber discursivo é constituído ao longo da história, produzindo dizeres (ORLANDI, 2009).

Esse mecanismo de antecipação permite ao Museu do Holocausto de Curitiba – PR o regulamento das posições do sujeito no discurso, isto é, o processo de interlocução com o público visitante, de maneira que sejam previstos os efeitos de sentido produzidos (ORLANDI, 1999), embora sejam inalcançáveis em sua completude, pois “[...] todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade

---

<sup>24</sup> A Batalha de Waterloo ocorreu na Bélgica, a partir do dia 18 de junho de 1815. Trata-se de um combate decisivo, empreendido entre as forças francesas, britânicas, russas, prussianas e austríacas, nas proximidades da aldeia de Waterloo.



(formulação) (ORLANDI, 2009, p. 33). Conforme menciona Pêcheux ([1969] 1993), o discurso não apresenta rigorosamente um início e, em função disso, está sustentado no já-dito que permite experimentar antecipadamente os efeitos produzidos no/pelo interlocutor.

Desse modo, assim como é verificado nessa instituição museológica, “[...] essa antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso” (PÊCHEUX, [1969] 1993, p. 77). É na/pela antecipação que são estabelecidas determinadas estratégias discursivas. Um verdadeiro jogo dos sujeitos (entre si, com os lugares ocupados na formação discursiva) com os discursos já-ditos e com os discursos imaginados, de maneira que essas formações imaginárias funcionem como projeções necessárias aos objetivos de (re)significação da(s) história(s) e (re)construção da(s) memória(s) dos sobreviventes do Holocausto. Nesse limar, uma voz institucional aponta para uma direção que se torna natural porque há uma política de memória em pleno funcionamento. Os efeitos de sentido são (re)construídos a partir de um lugar imaginário em que está localizado o sujeito do discurso<sup>25</sup>, isto é, o sujeito discursivo dotado de inconsciente e atravessado pela ideologia (PÊCHEUX, [1975] 1997). Por conseguinte, devido ao mecanismo de antecipação, a ideologia colabora com a naturalização do sentido, como se pudesse ser o único possível, produzindo evidências e, conseqüentemente, exigindo ao sujeito uma relação imaginária com as suas condições materiais de existência.

Essa explicitação demonstra como são tensionadas também as relações de intersecção entre a história e a memória, dado que não podemos ficar alheios ao fato de que o gesto de leitura e de interpretação é responsável pela forma com que, no interior do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, são postos em circulação determinados efeitos de sentido, em percursos projetados antecipadamente. Nessa configuração, é na/pela projeção que são silenciados alguns sentidos em detrimento de outros. Apesar de não carregarem o “já-dado”, ele irrompe sem que os sujeitos possam controlar. Por esse motivo, tanto a leitura quanto a interpretação do que é dado a ver depende da posição-sujeito de visitante, em um processo de interlocução no qual há espaço para o diferente, mas a memória (como pré-construído) está sempre em funcionamento. Dessa maneira, conforme supracitado, os litígios entre a história e a memória resultam em versões acerca do/sobre o Holocausto, (de)marcadas pela saturação, pela ausência e pelo esquecimento, devido aos conflitos do indizível horror das experiências vivenciadas.

---

<sup>25</sup> Que pode ser concebido a partir das posições-sujeito que ocupam os profissionais atuantes no interior dos museus, desempenhando determinadas funções.

Veyne (1998, n. p.) afirma que “[...] a história é filha da memória”. Então, como o acontecimento histórico pode ser individualizado na (res)significação da(s) história(s) e na (re)construção da(s) memória(s) dos sobreviventes para que sejam abordados historicamente? No Museu do Holocausto de Curitiba – PR, esse acontecimento pode ser localizado em um determinado tempo e espaço: é isso que permite uma abordagem histórica e, concomitantemente, a (re)construção de uma memória. É isso que provoca a tensão entre a história e a memória, sendo que a primeira não é individualizada, mas pautada no acontecimento e na exigência de datas e documentos que o comprovem e, não obstante, que tenham valor na/para a história, quer dizer, que pertençam a uma coletividade. Compreendo, por conseguinte, que o aspecto de ordem individual não desperta o interesse histórico, com restrição ao sujeito que implique de alguma forma no acontecimento histórico e desempenhe, portanto, alguma relevância na escrita dos fatos do passado.

O percurso memorial que é apresentado nessa instituição exige, por isso, o destaque de uma outra importante questão: se há versões da história, há também versões da memória (ORLANDI, 2017). Por quê? Conforme destaquei, os efeitos de sentido produzidos sempre implicam outros modos de significação, “[...] sua opacidade, ou seja, sua não transparência, não evidência (ORLANDI, 2017, p. 36). Para o sujeito que ocupa a posição de visitante, a interpretação não é reveladora, mas, ao contrário, ela é parte constitutiva dos sujeitos com os sentidos – seus modos de produção, seus efeitos. Logo, “[...] nunca se tem uma versão só. Sua incompletude – há silêncios significando – apela para um trabalho da memória, na tensão máxima entre língua e história” (ORLANDI, 2017, p. 51).

Nesse limiar, a Exposição Itinerante “Entre Aspas” parece indicar como esse funcionamento pode ser observado no Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Quando os testemunhos de sobreviventes do Holocausto apresentam seus nomes e sobrenomes, sua(s) história(s) e memória(s) adquirem relevância na/para a coletividade. Há sujeitos que estão imbricados por tantos outros. A própria nomeação da exposição produz efeitos legitimadores do dizer, no qual ressonam também as outras vozes, de modo a “fazer-creer” no acontecimento histórico, pois há sujeitos que assumem a posição de testemunhas, constituindo efeitos de verdade no/pelo testemunho.

Entendo, por conseguinte, que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR é primordialmente constituído por meio de versões da(s) história(s) e da(s) memória(s). Com o mecanismo de antecipação, a instituição constrói um protocolo necessário à mediação das relações sociais que “[...] se inscrevem na história, sendo regidas” (ORLANDI, 1999), mas não sem haver confrontos, disputas de sentidos, posto que “[...] as lacunas da história se fecham

espontaneamente a nossos olhos” (VEYNE, 1998, n. p.), assim como a memória, que é esburacada em sua constituição, preenchida pelo dizer (PETRI; SCHERER, 2016, p. 23). Sempre há aquilo que não se sabe: a história “[...] tal como é escrita em qualquer época, não passa de uma clareira no meio da imensa floresta” (VEYNE, 1998, n. p.). A exemplo da emergência dos testemunhos de sobreviventes do Holocausto que conferiram à história uma possibilidade de aparar as arestas, preencher algumas das lacunas – sem, é claro, superar a incompletude que lhe é constitutiva –, quando o Museu do Holocausto de Curitiba – PR oferece o contato com alguns dos testemunhos de judeus que vieram para o Brasil, institucionalmente, essas versões da memória também fazem parte da história, elas significam. História que é, portanto, também subjetiva, porque depreende de escolhas que constituem “[...] a história em suas fronteiras” (VEYNE, 1998, n. p.).

Os museus contemporâneos, especificamente aqueles que estão incumbidos de representar a história e a memória das grandes guerras, dos genocídios, selecionam os vestígios do passado e organizam discursos para promoverem e veicularem as suas representações sobre o passado, o presente e o que deverá permanecer para o devir (ANDREONI, 2011, p. 158), mesmo sem garantias dessa permanência. Nesse aspecto, juntamente com Poulot (2013, p. 42), entendo que

[...] da noção simples de um museu como conjunto coerente de coleções, delimitadas e hierarquizadas com toda a clareza, organizadas com objetivos nítidos e unívocos, passamos no decorrer do século XX para uma imagem simultaneamente mais imprecisa e mais complexa, a serviço de uma multiplicidade de interesses divergentes, para não dizer contraditórios [...]” (POULOT, 2013, p. 142).

Há, afinal, um processo de ressignificação sócio-histórica dos museus. Com a movimentação dos discursos, por meio dos efeitos contraditórios que estão em funcionamento no interior dessas instituições, as transformações não podem ser suspensas, posto que esses espaços estão, desde a sua criação, atravessados pelas (re)atualizações e disputas constantes. O Museu do Holocausto de Curitiba – PR assume um interesse particular que é de personificar a *Shoá* (REISS, 2018) e, assim, contribuir com os desafios memoriais contemporâneos por meio de sua prática educativa, a partir da qual se mantém “[...] como um espaço e um campo para reflexões sobre a temporalidade, a subjetividade, a identidade e a alteridade” (HUYSSSEN, 1996, p. 226). Nessa direção, as práticas museológicas estão atreladas às mudanças histórico-sociais dos/nos museus, em seus laços de significância com as antigas tradições (POULOT, 2013).

Com a passagem do século XX para o século XXI, surgem os avanços mais significativos na museologia. Desde a criação do ICOFOM<sup>26</sup>, em 1977, que segue as linhas conceituais do ICOM<sup>27</sup>, os museus são encorajados a realizar práticas educativas, na medida em que são inseridos efetivamente na sociedade enquanto organizações públicas. Esses saberes, no entanto, são organizados e transformados por meio da constante relação com o interdiscurso, “[...] como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2009, p. 31). Indubitavelmente, há aquilo que retorna, que movimenta os sentidos e, às vezes, promove a sua atualização.

Não obstante, a definição hegemônica de museu, veiculada pelo Estatuto do ICOM, compreende o museu enquanto instituição que “[...] designa uma convenção estabelecida por um acordo mútuo entre os homens, e logo arbitrário, mas também historicamente datado” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 48), porque é um espaço localizado em determinada conjuntura sócio-política. Entendo que há, desse modo, práticas de regularização de discursos que colaboram para a constituição desses lugares, o que aponta para o político em pleno funcionamento, já que o museu se inscreve em um lugar institucional e a(s) história(s) e memória(s) que emergem mostram esse lugar de inscrição.

No Museu do Holocausto de Curitiba – PR também há a regularização de uma determinada memória do dizer, visando à (res)significação da(s) história(s) do acontecimento histórico e da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto, por meio de testemunhos de sobreviventes, o que provoca um processo de interlocução no qual há relações com o pré-construído, com os outros dizeres que retornam, mas também com o intradiscurso (o sistema da língua e a sua discursividade) e o interdiscurso, que vai determinar aquilo que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, [1975] 1997). Está em funcionamento, pois, “[...] o discurso e o sujeito, as

---

<sup>26</sup> O ICOFOM, presidido por François Mairesse, é o principal fórum internacional que estabelece os constantes debates e discussões museológicas na atualidade. Além da tentativa de abranger o campo museológico, desenvolvendo reflexões sobre os museus em todo o mundo, o ICOFOM atua na manutenção do estudo das várias profissões museais.

<sup>27</sup> No site do ICOM-BR, encontrei informações mais detalhadas de como se constitui a instituição. Em sua definição: “[...] é uma associação profissional sem fins lucrativos, financiada predominantemente pela contribuição de seus membros, por atividades que desenvolve e pelo patrocínio de organizações públicas e privadas. Sua sede é junto à UNESCO em Paris (França) e sua diretoria é composta por um Presidente, um Vice Presidente e um Conselho Executivo, integrado por membros eleitos nas Assembleias que se realizam nas Conferências Gerais. Seu Conselho Consultivo é integrado por representantes dos Comitês Nacionais, dos Comitês Internacionais e das Organizações Regionais. Os afiliados participam de atividades de 117 Comitês Nacionais e 31 Comitês Internacionais. Participam ainda do ICOM 15 associações internacionais afiliadas. [...] Seus mais de 30.000 membros, provenientes de 137 países, participam de atividades nacionais, regionais e internacionais promovidas pela organização: oficinas, publicações, programas de formação, intercâmbio e de promoção de museus. [...] O Programa Trienal de Atividades, aprovado pela Assembleia Geral no âmbito das Conferências Internacionais, é implementado pelo Secretariado assim como pelos Comitês Nacionais e Internacionais, que contribuem para o cumprimento de suas metas”.

formações discursivas, ideológicas e imaginárias e a memória [...] em duas instâncias: como interdiscurso (constituição) e como intradiscurso (formulação)” (VENTURINI, 2009, p. 33).

No caso dessa instituição, os saberes que advêm da museologia estão implicados e, por isso, há uma tentativa de regularização de determinada memória do dizer, o que não pode ser verificado na ordem da evidência, dado que se empreende uma contraditória relação entre o real e o simbólico na/pela linguagem, isto é, no possível e no impossível de se dizer, porque a “[...] falta e a falha são constitutivas [...] pela impossibilidade de captar o real pela linguagem” (VENTURINI, 2009, p. 122-123). Os silêncios, portanto, continuam significando no trabalho de memória, nessa tensão máxima entre a língua e a história.

### 2.3 A INSURGÊNCIA DE TEMPOS PANDÊMICOS NA PESQUISA DISCURSIVO-MUSEOLÓGICA: (TRANS)FORMAÇÃO E(M) NOVOS PERCURSOS

Há palavras em excesso, palavras que não designam nada senão precisamente alvos contra os quais elas armam o braço dos assassinos (RANCIÈRE, 1994, p. 27).

É o excesso de vida que provoca a morte. E o excesso de vida nos seres falantes reunidos em sociedade, é, antes de tudo, o excesso da palavra (RANCIÈRE, 1994, p. 31).

Acalmar o tumulto das vozes é acalmar a morte, acalmar a multidão daqueles que estão mortos por não saber e por não saber dizer o que viver quer dizer (RANCIÈRE, 1994, p. 70).

Da obra “Os nomes da História: Ensaio de Poética do Saber” (RANCIÈRE, 1994), selecionei algumas citações que funcionam aqui como epígrafes e conferem significados muito particulares ao meu texto, uma vez que grande parte de minhas travessias estão atravessadas pelas condições de produção pandêmicas e pelos momentos em que irrompeu a necessidade de seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar a contaminação e a propagação do novo coronavírus (SARS-CoV2). Por muito tempo, houve palavras em excesso, as quais eram engatilhadas pela mão de assassinos e atiradas para todos os lados como balas perdidas. Atualmente, no Brasil, há rastros de morte, pois o excesso da vida e a obstinação da fuga da anormalidade fizeram com que os estilhaços das palavras atingissem qualquer um, dado o enfraquecimento e o silenciamento das palavras que, como escudos, protegiam. Em minhas travessias, o esforço em acalmar o tumulto das vozes emergiu como demanda imperativa, sobretudo para apaziguar a sensação de morte.

Em tempos de pandemia, visto que a OMS<sup>28</sup> não decretou o encerramento da emergência internacional, esse empreendimento demandou a realização de inúmeras paradas em um percurso (im)previsto. Também sou um sobrevivente: na vida e na pesquisa. Em sua potencialidade, a tridimensionalidade do tempo exerceu sua primazia nas práticas museológicas na contemporaneidade. Por isso, meu texto ganha outros contornos a partir daqui. Optei por não anunciar isso previamente, porque acredito que esse empreendimento pode colaborar, mesmo que minimamente, para observar como as condições de produção pandêmicas estiveram atravessadas nas pesquisas científicas.

À vista disso, em minha abordagem, considero previamente o espaço museológico brasileiro e o fato de que há museus que se constituem a partir de características muito particulares, mas que sempre estão permeadas pelas relações histórico-temporais, tais como o Museu do Amanhã<sup>29</sup>, o Museu da Pessoa<sup>30</sup> e o Museu da Língua Portuguesa<sup>31</sup>. Esses museus, como tantos outros, apontam para o fato de que “[...] o museu, em vez de estar circunscrito como lugar geométrico, está agora em toda a parte, como uma dimensão da vida” (BAUDRILLARD, 1991, p. 15-16). As instituições museológicas, conforme os museus supracitados, estão cada vez mais inclinadas a considerar como o tempo pode incidir nas práticas sociais, o que é observado nos diferentes modos de convocar o sujeito para participar e problematizar o que é dado a ver/ler. Tal funcionamento é potencializado na

---

<sup>28</sup> Em uma coletiva de imprensa, realizada no dia 14 de dezembro de 2022, em Genebra, na Suíça, o diretor da OMS, Tedros Ghebreyesus, anunciou que o comitê de especialistas da entidade realizaria, em janeiro de 2023, uma reunião para determinar quais serão os critérios utilizados para definir como declarar o fim da emergência internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/12/14/oms-espera-que-fim-da-pandemia-ocorra-em-2023-mas-virus-nao-desaparecera.htm>. Acesso em: 26 jan. 2023.

<sup>29</sup> O Museu do Amanhã foi inaugurado em dezembro de 2015, pela prefeitura do Rio de Janeiro, enquanto “[...] equipamento cultural da Secretaria Municipal de Cultura”, sob gestão do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG). É orientado pelos valores éticos da Sustentabilidade e da Convivência e objetiva promover a inovação, divulgar os avanços da ciência e “[...] publicar os sinais vitais do planeta”, transformando, socialmente, o modo de pensar e agir, com vistas ao futuro. Pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/sobre-o-museu>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>30</sup> O Museu da Pessoa foi criado em 1991, momento em que, no Museu da Imagem e do Som, na cidade de São Paulo, a exposição Memória & Imigração foi a precursora de um espaço pensado para que qualquer pessoa pudesse visitá-lo, a fim de contar sua história. Pode ser acessado pelo endereço: <https://museudapessoa.org/pt/entenda/historia>. Acesso em: 20 abr. 2020.

<sup>31</sup> O Museu da Língua Portuguesa foi inaugurado no dia 20 de março de 2006, na Estação da Luz, no centro de São Paulo – cidade que possui o maior número de falantes de Língua Portuguesa no mundo. De acordo com as informações disponíveis em seu *site*, “[...] por ter como tema um patrimônio imaterial, o Museu fez uso da tecnologia e de suportes interativos para construir e apresentar seu acervo”. O público é convidado para uma viagem sensorial e subjetiva pela língua, que inclui filmes, audição de leituras e diversos módulos interativos. Assim, “[...] de forma dinâmica, lúdica e envolvente, o Museu da Língua Portuguesa apresentava o nosso idioma como uma manifestação cultural viva, rica, diversa e em constante construção”. Essa instituição, infelizmente, passou por um período de interdição, devido ao incêndio ocorrido no dia 21 de dezembro de 2015. Após seis anos, e alguns investimentos do Governo do Estado de São Paulo, houve a sua inauguração, no dia 31 de julho de 2021. Pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <http://museudalinguaportuguesa.org.br/o-museu/>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

contemporaneidade, via rede mundial de computadores, dado que encontramos museus em outros lugares que não o seu espaço característico. É, pois, devido ao processo de ressignificação museológica que as premissas calcadas na tradição, baseadas na conservação e na preservação, arranjam uma nova concepção, de modo que esse espaço “[...] deve ser explorado, relacionado e interpretado (ANDREONI, 2011, p. 169).

Em razão disso, conforme sublinhei, o museu é, primordialmente, um lugar de interpretação no qual emergem os embates constantes: entre a história e a memória, entre a lembrança e o esquecimento. Nesse limiar, a museologia e sua epistemologia funcionam como bases para a sua (res)significação, posto que são definidos outros direcionamentos, sobretudo por meio de um discurso epistemológico atravessado pelas principais tendências apresentadas pelo pensamento museológico (HERNÁNDEZ, 2006). Huysen (1996) já afirmava, no século passado, que os museus estavam em pleno processo de modernização, mas os museus extrapolam essas perspectivas e constroem o que compreendo ser um efeito direto da contemporaneidade, pois, no século XXI, essas novas relações remarcam novos modos de interlocução entre a sociedade e essas instituições. No Museu do Holocausto de Curitiba – PR, por exemplo, podem ser gravados os testemunhos de sobreviventes que vivenciaram a Segunda Guerra Mundial e, assim, embora os sobreviventes padeçam, suas narrativas permanecem vivas e preservadas como efeito direto da modernidade, posto que essas narrativas, no tempo presente, são capturadas na constituição museológica, em sua fundação já na segunda década do século XXI.

Acerca desse efeito direto da contemporaneidade, cada vez mais são problematizados os embates entre a história e a memória, o que é atestado por Veyne (1998, n. p.) quando afirma que compreender a história não consiste em apartar “[...] grandes correntes submarinas por baixo da agitação superficial”, porque não há profundezas: na instituição museológica, mesmo silenciados e apagados, determinados aspectos dos acontecimentos históricos permanecem significando na/para a posterioridade, tendo em vista que a memória permite um mergulho em direção ao que permaneceu esquecido e escapou ao processo de institucionalização. A Exposição Itinerante “Entre Aspas” é um exemplo disso, pois nela são (re)conhecidos<sup>32</sup> os testemunhos de sobreviventes que, por muito tempo, permaneceram submersos.

---

<sup>32</sup> Na ocasião, a Exposição Itinerante “Entre Aspas” contribuiu não só para o alargamento das relações entre o Museu do Holocausto de Curitiba – PR com a Universidade Federal de Santa Maria, mas possibilitou às escolas do interior do Rio Grande do Sul, em específico da Quarta Colônia, bem como da cidade de Santa Maria e de seus arredores, o contato com essas histórias de vida e de superação. O evento proporcionou aos alunos e aos professores a exploração dessas narrativas e o modo como incidem no presente e nas práticas sociais. É dessa forma que a própria instituição consegue, de fato, cumprir com o seu objetivo primordial, que é “educar para que não se repita”,

Não obstante, a lembrança e o esquecimento são eixos ambivalentes da memória, isto é, da capacidade de apreensão dos registros e dos mecanismos (sobretudo tecnológicos) que proliferam os arquivos. O que existe, na contemporaneidade, assim como em outros momentos sócio-históricos, é um “[...] grande número de lacunas no tecido histórico”, visto que “[...] a história é conhecimento por vestígios” (VEYNE, 1998, n. p.). Quando compreendida por meio da perspectiva discursiva, a história não pode ser vista apenas de um ponto de vista cronológico, posto que focalizo na memória discursiva, o que permite o registro das transformações, das renovações. Assim como proferiu Michel Pêcheux ao assinalar a importância da noção de história para o próprio quadro epistemológico dessa teoria, estão lado a lado a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico. À vista disso, no Museu do Holocausto de Curitiba – PR, a (res)significação da(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico está relacionada com o sentido, porque permanece significando e produzindo outros efeitos que têm lugar na/para a memória e convoca o sujeito à interpretação.

Nessa direção, são as condições sócio-históricas que constroem possibilidades de interpretações mediante as transformações museais, o que pode ser observado com a insurgência da pandemia, pois houve implicações no Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Com essa necessidade de (re)atualização, a reinvenção museal se dá na/pela digitalidade, que é compreendida como “[...] a tessitura do digital” e como esse espaço é constituído “[...] para produzir efeitos de sentido” (DIAS, 2019, p. 60), o que diz respeito, portanto, “[...] à circulação em diferentes formatos e dispositivos daquilo que está em estado digital” (DIAS, 2016, p. 13).

Em um processo cada vez mais acelerado, a concepção e a definição do que é museu “[...] está estreitamente ligada a reivindicações conjunturais de determinado tempo e lugar” (MELO; CARVALHO, 2016, p. 4). As instituições museológicas estão especialmente desafiadas pelos acontecimentos decorrentes do tempo presente. Durante quase dois anos<sup>33</sup>, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR permaneceu em suspenso. Entretanto, apesar da necessária paralização social, houve um movimento de deslocamento. Para os visitantes, assim como para mim, a migração do espaço físico para o espaço digital urgiu como necessidade de acesso ao que está posto. Além disso, também houve uma perturbação na ordem do discurso porque a ordem da língua – materialidade histórica dos processos de significação – e a ordem

---

o que está diretamente relacionado ao reconhecimento, ao questionamento aos modos como as histórias e memórias dos sobreviventes contribuem para (re)pensar as práticas sociais do presente e do devir.

<sup>33</sup> No início da pandemia, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR interrompeu as visitas ao público, sendo reaberto apenas no dia 1º de novembro de 2021.



da história – simbólica da própria relação do homem com o mundo – são constituintes do discurso (ORLANDI, 1996) que, por algum tempo, significou apenas no/pelo digital.

O espaço digital representa também “um lugar de memória” (NORA, 1993), embora a inscrição do museu nesse lugar nem sempre se dê naquilo que é proposto. Com a digitalidade, há intersecções e cruzamentos que correspondem ao que é interessante digitalizar. Nesse mo(vi)mento, estão imbricadas as escolhas, no retorno aos conflitos entre lembrança e o esquecimento. Em razão disso, a (res)significação da(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e a (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto se dá virtualmente na/pela digitalidade, sendo atravessadas por uma “voz sem nome” que determina o que é dado a ver/ler, independentemente de quem organizou essa trajetória de leitura, pois há uma transferência para o lugar de quem digitaliza e coloca em circulação o que pode/deve ser acessado.

O funcionamento discursivo do lugar de memória depende do que está sendo “guardado” e se há memórias que retornam, ou seja, se há um discurso anterior que as sustenta. Não basta “guardar” para ser lugar de memória, dado que é um lugar da crítica e não da celebração (NORA, 1993). No espaço digital, há também práticas discursivas que estão inscritas em uma discursividade – interdiscurso – bem como na memória regionalizada, observável no âmbito de determinada formação discursiva – memória discursiva (PÊCHEUX, [1975] 1997). No entanto, apesar da aparente evidência de sentidos, são produzidos saberes heterogêneos do/sobre o Holocausto na medida em que os sujeitos são interpelados e mobilizam saberes que advêm de sua inscrição em determinadas formações discursivas. Da mesma forma que o espaço físico, então, o espaço digital não garante uma linearidade do dizer e a produção de efeitos de sentido pretendidos.

Apesar disso, com essas novas possibilidades, não só o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, mas os demais museus podem superar o novo coronavírus (SARS-CoV-2). Quando Poulot (2013, p. 131), em suas discussões sobre a constituição dos museus e a ciência social em construção, afirma que “[...] em sua história, o museu materializa o espaço de espoliação, intercâmbio, citação e reescrita em que os objetos se inscrevem de um contexto para outro e trocam, se necessário, de denominação, dependendo de quem os possui, expõe ou empresta”, compreendo que é necessário aos museus empregar inovações urgentes, as quais podem oferecer novas práticas sociais em um futuro que deverá ser mais virtual do que o passado. Os museus<sup>34</sup> permaneceram fechados e, inseridos nas práticas sociais, lutaram por novas possibilidades.

---

<sup>34</sup> Inclusive, durante o período de quarentena devido ao COVID-19, surgiu o *Covid Art Museum* (CAM), com uma mostra de imagens que demarcam esses “tempos de pandemia”, por meio do *Instagram*. O CAM pode ser

Não só a história e a memória perturbam as acomodações dadas pelo tempo na sua materialização em objetos sobre os quais houve um trabalho para que pudessem ser expostos, mas as sociedades também requerem essa atenção. Não há limites geográficos, mas há a necessidade de trabalho com questões culturais que exercem sua força sobre as barreiras do tempo. A contemporaneidade mostra que, em dados momentos sócio-históricos, os museus devem assumir demandas específicas que estão imbricadas em diferentes épocas e espaços, pautadas por interesses em dimensões sociais, filosóficas e políticas (POULOT, 2013). Com isso, os sentidos ressonam de diferentes formas e, considerando as múltiplas significações que adquirem no interior de um museu e, agora, no interior de seu espaço digital, surgem diferentes “ideologias do objeto” (POULOT, 2018, p. 131). Isso é resultado de uma história de constituição museológica e, por isso, a memória emerge e provoca a manutenção ou alteração das configurações da musealidade na contemporaneidade.

De fato, o que a história da museologia mostra é que o devir não é controlável, mas, diante das necessidades que se impõem, no presente, devem ser empreendidas (re)atualizações que colaborem para o desenvolvimento de novas práticas. Consideradas essas condições de produção, ao longo da história da museologia até a contemporaneidade, os espaços são transformados e modificados conforme as necessidades impostas em determinados lugares e tempos. Por essa razão, compreendo que há lacunas entre a história e a memória e elas possibilitam um transitar que se faz no intuito de entender os problemas da sociedade e os processos de transformação, ocasionados por conflitos e interesses de cada grupo social. Nesses mo(vi)mentos, conforme verificamos em Silva (2015, p. 254) “[...] vem corroborar a emersão de novas concepções e linguagens museológicas, fenômeno que há tempos é discutido por museólogos em conjunto com antropólogos, historiadores e sociólogos e outros profissionais”.

As novas concepções museológicas balizam o enfoque dos museus contemporâneos para a comunicação e interação com o público, e isso também se dá pelo discurso<sup>35</sup>. Pelo processo de constituição e a partir das concepções que adotam, os museus realizam um novo gesto de interpretação sobre os objetos, sempre conduzido pela necessidade de correspondência histórico-social. A exemplo do aparecimento dos museus na Antiguidade e de seu rápido desenvolvimento até o século XX, há um transbordamento desse espaço, devido à potência de significância dos objetos a serem expostos, sobretudo, devido às novas tecnologias de inovação,

---

consultado pelo endereço eletrônico: <https://www.instagram.com/covidartmuseum/?hl=pt-br>. Acesso em: 29 ago. de 2020.

<sup>35</sup> Conforme é explorado na “Terceira Travessia – O Museu do Holocausto de Curitiba – PR: (re)existência, (res)significação e (re)construção da(s) história(s) e da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto”.

visando à aproximação social. Essa reestruturação da linguagem museológica confere uma nova – e mesmo outra – visão sobre a história e a memória, porque os museus não assumem somente a sua importância como lugar de preservação, mas como espaços produtores de memória (SOUSA; MORAIS; TAMANINI, 2019, p. 54), construtores de uma memória.

## **T**ERCEIRA TRAVESSIA

### **3 O MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA – PR: (RE)EXISTÊNCIA, (RES)SIGNIFICAÇÃO E (RE)CONSTRUÇÃO DA(S) HISTÓRIA(S) E DA(S) MEMÓRIA(S) DO/SOBRE HOLOCAUSTO**

De fato, se consideramos o processo de constituição do(s) museu(s), desde a Antiguidade até a Contemporaneidade, percebemos como são construídas redes de significação que (entre)tecem sentidos que se (des)prendem das/pelas tantas versões dessa história, e, desse modo, os saberes do/sobre o museu são institucionalizados e postos em circulação. Desse modo, como prática de significação que envolve o sujeito em sua materialidade, nos/pelos efeitos do tempo e do espaço e nos/pelos batimento entre a lembrança e o esquecimento, os museus (re)existem em (dis)curso (KRÜMMEL, 2021, p. 253).

Indubitavelmente, os museus estão atrelados uns aos outros em seus modos de constituição, sobremaneira em função dos modos como os efeitos do tempo e espaço exercem sua influência nas práticas museológicas e provocam a (re)atualização do que conhecemos contemporaneamente por museu. Como prática de significação que envolve o sujeito em sua materialidade, para que eu possa empreender gestos de leitura e de interpretação acerca do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, é necessário considerá-lo como “[...] espaço histórico e simbólico”, sendo que é esse funcionamento que permite tomá-lo enquanto “[...] espaço de interpretação” (ORLANDI, 2011, p. 20). Enquanto caminhante e analista de discurso, parto do pressuposto de que tudo aquilo que é produzido como saber científico no âmbito da Análise de Discurso, no Brasil, aponta que a teoria “[...] não é um corpo doutrinário cristalizado e estanque” mas que, ao contrário, permite o constante movimento no qual “[...] a teoria está na base das análises que, por sua vez, retroalimentam a teoria” (INDURSKY, 2008, p. 09).

Em minhas travessias, esse funcionamento impulsiona cada gesto de leitura e de interpretação e, nessa profusão de deslocamentos, inclusive permeados pelos saberes que advém da museologia, apresento duas formas de direcionamento em meu percurso: na primeira, empreendo um esforço de compreensão acerca da constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR por meio da perspectiva discursiva em interlocução com a museologia e, na segunda, proponho algumas análises acerca do funcionamento dessa instituição, o que se dá por meio de seu espaço digital, com especial enfoque aos testemunhos de sobreviventes do Holocausto. Embora essa incursão ao espaço digital não compreenda uma

primeira projeção com vistas à minha questão de pesquisa, em função das restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus, algumas adequações foram imperativas, sobretudo porque a contemporaneidade surpreende com a reinvidicação pela reinvenção dos meus próprios caminhos, sobre os quais deixo também meus rastros colados aos outros que posso ver e sentir.

### 3.1 PELO CAMINHO DA ANÁLISE DE DISCURSO: GESTOS E OLHARES SOBRE O MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA – PR

[...] voltei a fechar os olhos, mas havia uma imagem que aparecia sob minhas pálpebras e da qual não conseguia me livrar: uma porta (JOFFO, 2019, p. 193).

Em minhas travessias, chego ao espaço no qual posso transitar pelos corredores da memória. Lugar atravessado por muitos caminhos, na projeção de inúmeras direções. Entrementes, compreender como se dá a constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR implica entender, paulatinamente, como as relações de sentido estão em funcionamento e são estabelecidas nesse espaço simbólico (VENTURINI, 2017). Há, conforme mencionei, redes de relações que se ligam constantemente, conferindo aos museus um espaço institucional no qual é realizada a mediação entre a sociedade e a cultura (ORLANDI, 2014) pelo trabalho “[...] com a tessitura do tempo [...] de um triz, de um passo, de pontos de significância” (SOUSA, 2017, p. 86).

Nesse limiar, observo como são configuradas as tentativas de (re)atualização nos museus a partir dos tempos desjuntados, o que exige uma (re)montagem no presente, posto que estão vinculadas ao passado, cujo “sítio de significação” (ORLANDI, 2009) é contornado por sentidos moventes, promovendo a “[...] desumanização nazista, humanizando as vítimas e ressaltado a ‘vida’” (MUSEU DO HOLOCAUSTO)<sup>36</sup>. Entendo, assim como afirmou Le Goff (1996, p. 477), que “[...] a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Por isso, acredito que minha pesquisa, além de produzir conhecimento científico, contribui para ressaltar que “[...] devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1996, p. 477).

Concebendo-o como um espaço simbólico (VENTURINI, 2017), é no Museu do Holocausto de Curitiba – PR que posso “[...] compreender a língua fazendo sentido, enquanto

---

<sup>36</sup> Utilizo essa forma de referência quando menciono o que consta no *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2009, p. 15). Um “[...] lugar de poder [...] que coloca em cena um discurso” (CERVO, 2012, p. 22). Por conseguinte, o discurso, na sua materialidade linguística, exige que o museu seja tomado como objeto discursivo, de maneira que a língua esteja associada à própria construção da história e da sociedade (ORLANDI, 2009), o que permite a mobilidade de meu ponto de vista teórico e analítico sobre o fato de o museu ser um lugar construído por meio de determinadas “[...] demandas sociais e culturais e a partir de sujeitos” (VENTURINI, 2017, p. 63).

Nesse espaço simbólico, “[...] entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível [...] o remoer de falas ouvidas, relatadas ou transcritas, uma profusão de escritos mencionando falas e outros escritos” (PÊCHEUX, [1981] 2016, p. 23-24). São momentos paradoxais que originam inúmeras materialidades discursivas que compõem, em seu tempo e funcionamento, o próprio delinear da idealização do museu, diante do fato de que a memória é um fenômeno complexo e uma verdadeira história do passado seja inalcançável. Em função disso, o que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR promove é a escuta do máximo de vozes, legitimando a sua importância tanto para a história quanto para a memória. Daquilo que é histórico e social, então, na sua conjuração, destrincho algumas questões e noções que podem e devem permanecer significando no trabalho empreendido, pois esse espaço que a história reclama é da ordem do simbólico e, mesmo que não haja a tentativa de preencher as lacunas ou as falhas, posso investir um gesto de leitura e de interpretação, dado que o museu é também história. O museu faz história. Jamais fechada em si mesma, mas aberta à interpretação, à alteração, constituindo-se como um espaço de errância de sentidos (PETRI, 2017b).

Em seu processo de constituição e institucionalização, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR é concebido primordialmente por meio da seleção, do estudo e da apresentação daquilo que faz parte da constituição histórica do homem e de seu meio social. É por meio de convenções (acordos entre os responsáveis pela instituição) que, arbitrariamente, os profissionais procuram preencher determinadas demandas sociais, nos seus diversos domínios. Isso pode ser observado quando, por exemplo, essa instituição focaliza a sua atenção em uma proposta educativa, visando à formação e à implementação de meios que possibilitem ao seu público a produção de saberes.

Na prática, esse processo aparece na forma de exposições, por meio de objetos que são eleitos sob a atribuição de valores específicos, ou seja, que compreendem uma forma de representação para além do aspecto material, sendo que a sua função primordial é significar.

Esse processo só é possível através da museografia e o seu conjunto de técnicas, as quais são desenvolvidas ao longo dos séculos e que preenchem uma determinada função museal, proposta pela administração do museu e, portanto, oriunda de uma coordenação que visa à sustentação e ao controle daquilo que é exposto, os quais sabemos, são meramente ilusórios.

Nessa direção, quando menciono que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR promove a (res)significação da(s) história(s) do/sobre acontecimento histórico e a (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto, no batimento entre o singular e o plural, considero que há sempre versões, embora seja isso que permite ao espaço institucionalizar uma – outra – história, já que a importância dos testemunhos é legitimada, dado o potencial de significância de tantas – outras – vozes. Trata-se de uma dupla-constatação que mostra como esse museu considera a história, mas procura construir uma memória. São as condições de produção que permitem a proliferação de museus e sítios históricos, os quais podem colocar em funcionamento “[...] outras tantas memórias específicas, na diversidade das origens mobilizadas” (POULOT, 2013, p. 36).

Esclareço, portanto, que é pelo viés discursivo e político que depreendo sentidos relacionados com os modos pelos quais essa instituição abriga uma memória (da ordem do vivido), constantemente à deriva, sob o risco de apagamento. O político é o que vai autorizar uma determinada versão da memória ou mesmo da história, ambas advindas do trabalho de reconstituição de um acontecimento estabelecido também a partir de um projeto político (o projeto nazista) no qual eram vinculadas formas de autoridade sobre a sociedade baseadas em “não-medidas” de poder. Trata-se, conforme Pêcheux ([1975] 1997, p. 144, grifos do autor), de um “contraditório” processo de “produção/trans formação”, no qual “[...] *todo modo de produção [...] se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes*”. Entendo, nesse viés, que o imaginário sobre o antissemitismo compreende a instância ideológica, cuja materialidade concreta existe, segundo Pêcheux ([1975] 1997, p. 146, grifo do autor), “[...] sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado) que, ao mesmo tempo, possuem caráter regional” e composições de classe.

Desse modo, nos museus, há uma tentativa de controle sobre a realidade as práticas sociais. Estão em funcionamento, nas instituições museológicas, pelo menos dois movimentos: a memória e o poder. Segundo Chagas (2002, p. 43), compreender esse discurso “[...] composto de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala”. A memória e o esquecimento estão sempre ao serviço de sujeitos que são constituídos nas/pelas práticas

sociais. São construídos efeito de verdade, evidências que devem ser desfeitas quando problematizadas, posto que “[...] o museu vigia e é vigiado” (CHAGAS, 2002, p. 56).

Em outras palavras, “[...] o público olha as cenas, as ambientações, as reconstituições do real e é olhado pelos olhos dos vigilantes, mas também pelos olhos de cera, pelo olhar invisível” (CHAGAS, 2002, p. 56-57). A partir de discursos que obedecem a uma determinada “política discursiva”, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR promove uma prática discursiva em que são produzidos efeitos de sentido e saberes acerca do nazismo, das perseguições, em suma, do que abarca o Holocausto. Há a institucionalização de uma versão da história e da memória, ambas institucionalizadas, por isso são criados “efeitos de verdade”, embora eles não sejam “[...] da ordem do todo, tampouco unos, e contam sempre com o não acabamento já que um arquivo não se encerra, não se conclui” (SOUSA, 2017, p. 84).

Esse poder que menciono a partir de Chagas (2002, p. 63) “[...] não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”. O Museu do Holocausto de Curitiba – PR, justamente por meio desse “poder”, pode assumir um lugar de transformação sobre as práticas sociais, já que pretende “lançar luzes sobre o caos” (REISS, 2018). Em suas práticas museológicas, é colocado é cena um discurso que promove a institucionalização da história do/sobre o acontecimento histórico e da memória do/sobre o Holocausto. Esse processo envolve, necessariamente, “[...] a política de cada instituição museu, sua concepção e sua prática expositiva, [...] uma vez que através do objeto exposto ao público praticam e constroem seu discurso e sua concepção política (BRUHNS, 2018, p. 180).

Essas práticas museográficas estão diretamente ligadas ao que os museus objetivam. Assim, o funcionamento do político na constituição do Museu do Holocausto de Curitiba – PR empreende também determinações da ordem do político e da memória, pois está compromissado com o “[...] espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais (CHAGAS, 2022, p. 65), uma vez que “[...] onde há poder há memória” (CHAGAS, 2002, p. 66). Também por esse motivo, essa instituição já carrega em si “um trajeto de leitura” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 55), criando espaços que possam produzir seus efeitos no real, sendo atravessados, inevitavelmente, pelo político, já que há espaço para a errância de sentidos (PETRI, 2017b).

Ademais, pela politização das lembranças, há um processo seletivo que traz à baila o que é preciso esquecer e o que é necessário lembrar. À vista disso, seguindo as proposições de Venturini (2009) e a sua proposta de deslocamento da noção de lugar de memória proposta por Nora (1993), também percebo que ele funciona “[...] como dispositivo que organiza a repetição



[...] e também os esquecimentos, entre a língua e a história que se realiza no encontro de uma memória e uma atualidade, constituindo o acontecimento”. De fato, os saberes em circulação no Museu do Holocausto de Curitiba – PR vêm de outros lugares e de outros domínios, o que implica em como a instituição se apropria da história e da memória para empreender um método organizacional que permite o cumprimento de seus objetivos, tendo em vista que “[...] a memória vive na tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44).

### 3.2 O(S) MUSEU(S) DO HOLOCAUSTO: TRAVESSIAS VIRTUAIS PELO ESPAÇO DIGITAL

Imagem 3 – O Museu do Holocausto de Curitiba – PR



Fonte: *Site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Essa musealização responde a um historicismo incessantemente crescente da cultura contemporânea, como reação à ameaça de amnésia ou de obsolescência acelerada: tratar-se-ia de compensar a instabilidade e a ansiedade que alimenta a rapidez das mutações do tempo e do espaço. Assim, a visita de museus deveria ser entendida em termos de uma busca [...] (POULOT, 2013, p. 106).

Constituído por arquivos – físicos ou digitais – previamente selecionados, e meticulosamente dispostos neste espaço, o

museu reconta a História dos (e para) sujeitos, convocando um público imaginário a percorrer um caminho (sobre)determinado. Sob esse viés, o museu é inerentemente ideológico, na medida em que nele se marca uma divisão política que se estabelece na luta pela regularização de uma memória do dizer acerca do que pode e deve ser lembrado (DARÓZ; SOUSA, 2019, p. 138).

O digital ressignificou a relação do sujeito com o mundo, com o espaço, com o tempo, com a linguagem, com a memória [...] (DIAS, 2017, p. 271).

Conforme sublinha Poulot (2013), a musealização está estritamente relacionada aos modos e aos motivos pelos quais há um movimento de aceleração das mutações ocasionadas pelo tempo e pelo espaço. Em sua conjuntura, ela representa uma alternativa de combate à ameaça da amnésia ou mesmo da obsolescência e, por isso, concordo que a visita aos museus deve ser compreendida como um rastreamento daquilo que está preservado, sem dúvidas, mas principalmente na direção do outro, na direção de si mesmo, nessa relação simbólica que a alteridade proporciona ao sujeito. Além disso, conforme sinalizam Daróz e Sousa (2019), seja no espaço físico ou no espaço digital, essa busca é resultado de gestos que, previamente, convocam um público imaginário a transitar por um lugar que é (sobre)determinado.

Em outras palavras, ainda que os visitantes possam transitar por um museu, escapando ao que é determinado como trajeto de leitura (PÊCHEUX, [1988] 1990), não podem romper completamente com os modos de organização que resultam das tentativas de estabilização, visto que há um atravessamento ideológico exercendo influência na regularização de uma memória do dizer (o que pode e deve ser lembrado / o que pode e deve ser preservado). Os sentidos sempre podem ser outros, mas nunca serão quaisquer um. Assim, o espaço digital também é afetado por esse modo de funcionamento, em razão de haver um processo de ressignificação das relações de interlocução entre o público e a instituição.

Não obstante, pela busca dos museus no espaço digital, o público que acessa os *sites* hospedeiros percorre um caminho que é também (sobre)determinado. No caso do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, conforme destaque no decorrer de meu texto, os arquivos digitais auxiliam a (res)significar a(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e, concomitantemente, a (re)construir a(s) memória(s) do/sobre o Holocausto, principalmente, por meio dos testemunhos de sobreviventes. Ademais, é o digital que pode ressignificar determinadas práticas de relação do sujeito com o mundo, do sujeito com a história, do sujeito com a memória, do sujeito com a linguagem e, é claro, do sujeito com o próprio museu. Sob a regência do tempo e do espaço, de modos diferentes, dada a sociedade na qual o sujeito está inserido, são construídas relações com o que é dado a saber, na tessitura entre o que pode e deve

ser lembrado, o que pode e deve ser preservado, assim como o que pode e deve indicar perspectivas de um devir.

Em função da necessidade de (re)atualização de suas práticas de interlocução com a sociedade, posso afirmar, juntamente com Robin (2017), que não há mais fronteiras para os museus, ou, ao menos, elas já não possuem mais a mesma importância de outrora. Vislumbro isso, sobretudo, ao observar os modos de descentralização que circunscrevem o Museu do Holocausto de Curitiba – PR e fazem com que esse museu seja também institucionalizado no/pelo espaço digital. Essa instituição está, concomitantemente, em pelo menos quatro diferentes lugares, pois pode ser localizado em seu espaço físico, em seu espaço digital, em uma materialização na forma de livro<sup>37</sup> e em uma série de exposições temporárias/itinerantes. A desfronteirização dos museus é, assim, um efeito da contemporaneidade, sendo necessário o transbordamento desses espaços que esculpem novos caminhos e possibilidades de significação.

Não obstante, a partir da exposição acerca de outros museus que trabalham com a temática do Holocausto na América Latina, compreendo que essas instituições, embora possuam esse ponto de intersecção – com as particularidades em seus modos de estruturação – trazem sempre, sobretudo por meio dos testemunhos, perspectivas carregadas de esperança, com o intuito de que essa memória perdure. Assim, como há esse efeito de estruturação e, com isso, esse efeito de transbordamento, com as visitas são empreendidos outros modos de circulação, por outros lugares, posto que esse efeito possibilita outro(s) caminho(s) que, no entanto, podem ser desfeitos. Há, por isso, a instalação de uma – aparente – contradição desse efeito de estruturação, dado que ele é, concomitantemente, definido e indefinido, afinal, nos testemunhos, por exemplo, tem-se a dispersão, mas também a unidade. Em outras palavras, os testemunhos dos sobreviventes textualizam o Holocausto no momento em que eles se individualizam e, desse modo, o acontecimento significa diferente, sendo outro em cada nova versão.

Contemporaneamente, a maioria dos grandes museus possuem seu próprio *site*, reiterando como podem ser ampliadas as relações da instituição com o público, aproximando-os. Transmite-se, assim, uma imagem que é própria da contemporaneidade: a dinamicidade. De certa forma, simultaneamente, o espaço virtual representa a oportunidade de inúmeros usuários (com diferentes perspectivas e movidos por interesses particulares) acessarem o ambiente virtual e, em alguns casos, serem levados à visita da instituição, conforme é proposto no *site*

---

<sup>37</sup> Faço referência ao livro intitulado “Luz sobre o caos: educação e memória do holocausto”, de Carlos Reiss (2018), coordenador geral do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

do Museu do Holocausto de Curitiba – PR: com um clique, é possível marcar previamente uma visita, guiada ou não. Conforme sublinho a seguir, o funcionamento do museu no espaço digital estabelece esse efeito de transbordamento, posto que há um movimento de desfronterização do museu no espaço digital. À vista disso, me proponho a compreender como funciona a estruturação digital de um museu, e, para isso, seleciono algumas outras instituições museológicas que, na América Latina, também trabalham com a temática do Holocausto. Com isso, por meio do estudo de suas peculiaridades, balizo algumas considerações com o objetivo de observar aquilo que se repete e aquilo que se diferencia. Estabeleço, por isso, essas travessias virtuais pelo espaço digital. É nas/pelas práticas digitais que podem ser verificadas como se constituem as diferentes formas de organização dos museus e como elas apontam para o seu caráter multifacetado.

Do mesmo modo, “[...] são plurais as faces que tomamos, são múltiplos os sentidos que habitamos” e, por esse motivo, seguimos em uma contradição “[...] de nos metaforizarmos em tecnologias regidas pelo 0 e o 1, pelo binário, sendo múltiplos, plurais” (ORLANDI, 2017, p. 332). Definitivamente, conforme aponta Dias (2017), o digital é responsável pela ressignificação do sujeito com o mundo, com esse outro espaço, com o tempo (o presente, o passado, o devir), com a linguagem e com a memória, pois os museu(s) se (re)diz(em) e se (re)significa(m), apontando sempre para outras direções, as quais focalizo minhas andanças, nas travessias pelos corredores da memória.

### 3.3 ENSINO SOBRE O HOLOCAUSTO NA AMÉRICA LATINA: INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM NA/PELA MEMÓRIA DA *SHOÁ* NO/PELO ESPAÇO DIGITAL

É por meio da Rede Latinoamericana para o Ensino da *Shoá*<sup>38</sup> (Rede LAES) que algumas instituições museológicas estabelecem interlocução entre si com o intuito de trabalhar com a memória e a educação do/sobre o Holocausto. São elas: *O Museu do Holocausto de Curitiba – PR*, *o Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*<sup>39</sup>, *o Museo Interactivo Judío de Chile* –

<sup>38</sup> A Rede LAES organiza periodicamente, pela plataforma digital do *Facebook*, algumas atividades virtuais que visam à promoção de espaços reflexivos que reflitam sobre a importância da educação, com a interlocução do público, reunindo as instituições desses países para discutir sobre as ações que cada um deles durante o Holocausto, a fim de promover aprendizagens. Pode ser acessada pelo endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/LAESred>. Acesso em: 19 set. 2020.

<sup>39</sup> *O Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs* pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://museodelholocausto.org.ar/>. Acesso em: 19 set. 2020.

*CHI*<sup>40</sup>, o *Museo de la Comunidad Judía de Costa Rica – CRC*<sup>41</sup>, o *Centro de Ana Frank y Centro de Estudios del Holocausto de Guatemala – GT*<sup>42</sup>, o *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*<sup>43</sup>, a *Fundación Emet de Panamá – PAN*<sup>44</sup>, o *Centro Educativo del Holocausto y Humanidades*, que faz parte do *Museu Judío del Perú – PER*<sup>45</sup>, e o *Museu de la Shoá de Uruguay – URU*<sup>46</sup>.

Em algumas dessas instituições, conforme sinalizo a seguir, há uma amplificação do discurso testemunhal em rede, o que envolve a dimensão política na circulação do que é dado a ver/ler, pois podem ser múltiplos os processos de (re)atualização das instituições museológicas. Entendo que há uma rede de testemunhos sobre o Holocausto na América Latina, e são essas redes de memória, de sentidos e de espaços que colocam em funcionamento/circulação uma rede de testemunhos acerca do acontecimento histórico. É, pois, essa rede de testemunhos que colabora para evitar que o Holocausto seja negado. Trata-se de um modo de amparar os argumentos que possam tentar esfacelar o negacionismo.

Nesse limiar, de um lado, no espaço físico do museu, podemos observar em seu funcionamento as relações de sentido que se estabelecem em um processo de interlocução contínuo, lugar em que a memória é gerenciada e organizada, tanto pela instituição quanto pelos sujeitos que provem a sua filiação. Espaço que é “[...] ilusoriamente tomado como completo, pleno, absoluto, total, inteiro e conclusivo, como se toda a história estivesse ali contida e toda ela fosse pautada na verdade, na precisão e exatidão e fosse, ainda, imaginariamente real, tangível e verídica” (TEIXEIRA, 2017, p. 933). De outro lado, no espaço digital do museu, “[...] há derivas para outros lugares de significação, que produzem novos sentidos no jogo entre o mesmo e o diferente” (DIAS, 2016, p. 9). Lugar que engloba outros processos de significação, de ordem simbólica e que convoca às aprendizagens e seu(s) modo(s) de colocar em relação o

---

<sup>40</sup> O *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI* pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://mij.cl/>. Acesso em: 19 set. 2020.

<sup>41</sup> O *Museo de la Comunidad Judía de Costa Rica – CRC* pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://si.cultura.cr/infraestructura/museo-de-la-comunidad-judia-de-costa-rica.html>. Acesso em: 19 set. 2020.

<sup>42</sup> O *Centro de Ana Frank y Centro de Estudios del Holocausto de Guatemala – GT* está com seu endereço eletrônico indisponível.

<sup>43</sup> O *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX* pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://www.myt.org.mx/>. Acesso em: 19 set. 2020.

<sup>44</sup> A *Fundación Emet de Panamá – PAN* pode ser acessada em: <https://www.instagram.com/fundacionemet/>. Acesso em: 19 set. 2020.

<sup>45</sup> O *Museu Judío del Perú – PER* pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://mjp.org.pe/web3/institucion15.html>. Acesso em: 19 set. 2020.

<sup>46</sup> O *Museu de la Shoá de Uruguay – URU* pode ser acessado pelo endereço eletrônico: [http://www.museos.gub.uy/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=168:museo-de-la-sho%C3%A1-uruguay](http://www.museos.gub.uy/index.php?option=com_k2&view=item&id=168:museo-de-la-sho%C3%A1-uruguay). Acesso em: 19 set. 2020.

sujeito e o conhecimento, “[...] através de um funcionamento específico da memória, cuja natureza é digital” (DIAS, 2016, p. 9).

Para que essas considerações possam ser melhor exploradas com vistas à constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR e o modo como também está constituído no espaço digital, proponho algumas reflexões que partem dos *sites* do *Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*, do *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI* e do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*, os quais estão vinculados à Rede LAES, conforme ilustrado na imagem que segue.

Imagem 4 – Rede LAES



Fonte: Adaptado da Rede LAES.

Nesses espaços, em um primeiro momento, considero cada uma das instituições mencionadas, de modo a explicitar algumas de suas características e de seu funcionamento na/pela digitalidade. Na sequência, em um segundo momento, (re)penso como os museus digitais estão constituídos e atravessados por discursos e(m) seus outros modos de circulação e significação. Nesse limiar, sublinho como as questões relacionadas à temporalidade estão diretamente postas em relação com essa abertura à mobilidade, o que influencia nos modos como os museus se dizem no/pelo espaço digital.

Esses museus apresentam, de alguma forma, no/pelo digital, pistas de suas estruturas físicas. Conforme mencionado, eles empreendem “escolhas” que produzem – outros – efeitos de sentido nesse – outro – lugar, pois não disponibilizam tudo. Essa configuração faz parte de um processo observável em que há também gestos de leitura e de interpretação que são

ideologicamente determinados e, por isso, dizem respeito ao que pode e deve ser mostrado, mesmo que virtualmente, em um dado momento sócio-histórico. De fato, há uma mudança na discursividade do mundo na/pela digitalização do mundo, a qual mobiliza “[...] práticas de linguagem que tendem à metaforização das relações sociais e das práticas dos sujeitos que, por meio do acesso deslocam o campo da ‘luta’ para uma inscrição na forma digital” (DIAS, 2016, p. 10-11, grifo da autora).

Para seguir com minhas discussões, apresento, a seguir, as imagens das páginas iniciais dos *sites* das instituições mencionadas:

Imagem 5 – *Site* do Museo del Holocausto de Buenos Aires



Fonte: Adaptado do *site* do Museo del Holocausto de Buenos Aires.

Imagem 6 – Site do Museo Interactivo Judío de Chile



Fonte: Adaptado do site do Museo Interactivo Judío de Chile.

Imagem 7 – Site do Museo Memoria y Tolerancia de México



Fonte: Adaptado do site do Museo Memoria y Tolerancia de México.

Como vê-se, há uma inscrição dos museus na digitalidade, de modo a promover um efeito de transbordamento, em razão de seus novos modos de significação em outros espaços e materialidades. Esse efeito, conforme proponho, está relacionado ao modo como um espaço



físico museológico apresenta bordas bem delimitadas, mas, no espaço digital, isso é ampliado, posto que há fluidez, isto é, assim como as águas de um rio, quando há um transbordamento, não há como prever os meandros esculpidos e, cada vez que isso acontece, sempre há uma nova configuração. Nessa metáfora, a constituição de um museu, no espaço digital, também coloca em circulação novos modos de interpretação, porque sempre há diferentes caminhos nos quais insurgem outros “desenhos” talhados pelas “águas”, em um processo que (re)aloca os sentidos que direcionam outros modos de significação em espaços simbólicos de linguagem. Essa versatilidade, como aquela vista em um espelho d’água que está exposto, produz outras imagens, dado que “[...] um espelho não guarda as coisas refletidas”<sup>47</sup>.

Em todos os *sites* mencionados, nas seções principais (que encaminham para tantas outras seções, em todos os casos) podem ser localizadas pistas daquilo que é objetivado nos espaços físicos dos museus, isto é, está atrelada uma tentativa de construção imaginária de apreensão/apresentação do museu em sua “completude”. Indursky (2013, p. 92), alicerçada em Courtine (1981), assevera sobre as bases discursivas de um sujeito, a saber, os pré-construídos oriundos do interdiscurso e como, ao serem retomados, “[...] trazem consigo um determinado espaço de memória que ecoa em seu discurso”. Com isso, no/pelo espaço digital, a memória discursiva (PÊCHEUX, [1975] 1997), para o sujeito do discurso, recobre o não-sabido, a “voz sem nome” (COURTINE, 1999). Há, dessa forma, um pré-construído em funcionamento na interlocução do museu com o sujeito que ocupa a posição de visitante, o que faz com que cada sujeito possa reconhecer o que é um museu, ainda que nunca tenha realizado uma visita – e isso pode ser observado tanto no espaço físico quanto no espaço digital dessas instituições.

O virtual, quando abriga os *sites* dos museus, ainda que não possam ser elencadas pistas que apresentem determinadas regularidades entre o que é apresentado em seus espaços físicos, causa um “efeito de estruturação” que é vinculado às instituições, apesar de estarem postas em outro lugar. O que chamo de “efeito de estruturação” diz respeito ao modo como é construído um determinado trajeto de leitura e de interpretação, previamente instituído, determinando o que pode e deve ser exposto. Entretanto, os efeitos de sentido produzidos podem sempre escapar. Um sujeito que ocupa a posição de visitante não precisa, necessariamente, experienciar uma incursão ao museu para produzir saberes acerca desse lugar, posto que nessa interlocução ele pode acessar determinado pré-construído que emerge e produz sentidos, revelando outro aspecto da contradição como constitutiva.

---

<sup>47</sup> Nos versos de Mário Quintana, no poema “Deixa-me seguir para o mar”.

A partir de recortes que seguem, então, considero as seções e subseções apresentadas nos *sites* dos museus para compreender como se dá a constituição desse “efeito de estruturação”. Nessas travessias virtuais pelo espaço digital do *Museo del Holocausto de Buenos Aires*, do *Museo Interactivo Judío de Chile* e do *Museo Memoria y Tolerancia de México*, proponho (re)pensar em como a interlocução com a digitalização (re)produz saberes em relação ao que é sabido acerca de uma instituição museológica, em razão de haver um movimento de desfronteirização que se dá pelo efeito de transbordamento dos museus no/pelo espaço digital.

Imagem 8 – *Museo del Holocausto de Buenos Aires –Bs As*: seções



Fonte: Adaptado do *site* do *Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*.

O *site* do *Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As* apresenta dez seções principais, quais sejam: *El Museo*, *Educación*, *Visitas*, *Propuestas Virtuales*, *Muestras*, *Cursos*, *Publicaciones*, *Prensa*, *Donaciones* e *Contacto*. É, especialmente, a partir dessa visitação ao *Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*. Essa possibilidade de visitação permite observar como a contemporaneidade coloca em funcionamento outros modos de discursivização no mundo. Nessa proposta de visitação, são tecidos e produzidos sentidos que podem ser sempre outros, dado que os cliques, as setas indicativas e os recursos de *zoom*, por exemplo, provocam o direcionamento de uma incursão caleidoscópica: a cada movimento, são apreendidas outras combinações, outras significações.

Em suas proposições, o *Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As* visa à construção da história do Holocausto e as suas repercussões na Argentina<sup>48</sup>. Além disso, essa instituição pode ser concebida como educativa, na medida em que tem a capacidade de sustentar o processo

<sup>48</sup> Os museus, na Argentina, também corroboram enquanto uma ferramenta de combate aos grupos nazistas no país. Há o ressoar desse discurso, o que fortemente impulsiona as reflexões sobre o passado e como pode incidir no presente, em outros lugares, por todo o mundo, assim como no Brasil. Kahan e Lvovich (2016) discorrem sobre os usos do Holocausto na Argentina e fazem apontamentos sobre a apropriação e a ressignificação da memória do genocídio nazista. Conforme afirmam, é necessário o trabalho que problematize e combata a ideia de que “[...] o genocídio contra os judeus não foi motivado por considerações raciais senão nas práticas de um grupo caracterizado por sua autonomia” (KAHAN; LVOVICH, 2016, p. 329, tradução minha). Assim, na Argentina, bem como no Brasil e em tantos outros lugares, a memória do Holocausto contribui “[...] para reforçar a ideia de que ocorreu um genocídio” (KAHAN; LVOVICH, 2016, p. 329, tradução minha), contrariando e problematizando as ideias dos grupos que insistem em disseminar o negacionismo.

histórico de construção da memória do Holocausto que se dá pela legitimação dos testemunhos de sobreviventes. Essa instituição propõe um percurso de visitação em direção aos modos como milhões de judeus foram exterminados. Semelhantemente ao que   verificado no *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, conforme apresento posteriormente, o espaço digital dessa instituição apresenta alguns dos testemunhos das centenas de sobreviventes que conseguiram, após a tragédia, reconstruir suas vidas na Argentina.

A partir dessa visitação virtual, as seções apresentadas encaminham para outras subseções, constituindo percursos em relação ao que é dado a ver/ler. A seção *El Museo*, por exemplo, dentre as subseções para as quais encaminha, traz à baila a subseção de *Patrimonio*. Nela, é possível observar como o museu realiza um processo de transferência dos objetos que compõem o seu patrimônio no espaço físico para o espaço digital. Nesse caso, conforme   explicitado, são mais de 5.500 objetos originais e alguns deles podem ser acessados (em imagem) pela busca virtual. Para ilustrar como isso é dado a ver/ler, apresento a seguinte imagem:

Imagem 9 – *Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As*: subseção *Patrimonio*




Fonte: *Site do Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*.

Embora as discussões empreendidas a partir dessas visitas aos *sites* de museus estrangeiros visem colaborar para um gesto de leitura e de interpretação sobre o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, sobretudo em relação ao modo como é constituído no/pelo espaço digital, destaco que é esse direcionamento das seções para as subseções no *Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As* que permite observar como, embora alguns dos objetos que fazem parte do patrimônio de uma instituição museológica sejam expostos, essa digitação do acervo não é um fator determinante para caracterizar a instituição de um museu digital. A virtualização proporciona, para a grande maioria dos museus, não apenas permanecer nesse lugar virtual, mas ir além daquilo que é apresentado em seu espaço físico, visto que são propostas outras formas de acesso ao simbólico na/pela tela, considerado o processo de interlocução do sujeito que ocupa a posição-sujeito de visitante e que acessa objetos também expostos no espaço físico da instituição. À vista disso, pode parecer previsível o entendimento de que há uma tentativa de equivalência entre esses lugares. Contudo, não há esse funcionamento, mas sob outro enfoque, uma tentativa de correspondência, que é da ordem do simbólico, constituindo um espaço de relação entre o que está posto no espaço físico e o que pode/deve ser visitado no espaço digital.

É na/pela digitalidade que há um procedimento de replicação daquilo que é exposto em outro lugar, demarcando as semelhanças e as diferenças, os distanciamentos e as aproximações. No digital, é possível ao visitante estabelecer uma interlocução com o(s) objeto(s) e, nessa conjuntura de mudanças que colocam em funcionamento outros modos de relação com aquilo que é da ordem do simbólico no mundo, emerge o deslocamento de produção do próprio conhecimento, posto que há uma dinamicidade que concerne às maneiras pelas quais a virtualização se coloca “[...] em relação ao sujeito e ao conhecimento” (DIAS, 2016, p. 09), no/pelo funcionamento específico da memória digital.

É nesse lugar, por meio desse processo de digitalização (por exemplo, dos objetos que fazem parte de determinado acervo), que podem haver menos restrições no processo de consulta de um determinado acervo. O recurso de *zoom*, apenas para mencionar, permite observar detalhadamente alguns objetos que são digitalizados, o que nem sempre é possível no espaço físico dessas instituições. Contudo, não ocorre o desaparecimento da mediação, mas, de outro modo, no espaço digital, “[...] o próprio sistema já é concebido como um recurso de mediação, de facilitação de busca” (ALMEIDA, 2016, p. 172). Nessa mesma direção, pode ser observada, no *Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*, a seção *Educación*. Em uma de suas subseções, a saber, *Cronología de la Shoá* (desde 1933 até 1945), é proposto um percurso de compreensão sobre os principais fatos e eventos ocorridos nesse período.

Imagem 10 – *Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As*: subseção *Cronología de la Shoá*



**1934**

**30 DE JUNIO**

En la llamada "Noche de los cuchillos largos" es eliminado el sector más radical del NSDAP, encabezado entre otros por Ernst Rohem. Hitler queda como único líder del partido.

**2 DE AGOSTO**

Fallece el presidente Hindenburg y Hitler se convierte en presidente, conservando el cargo de Canciller.

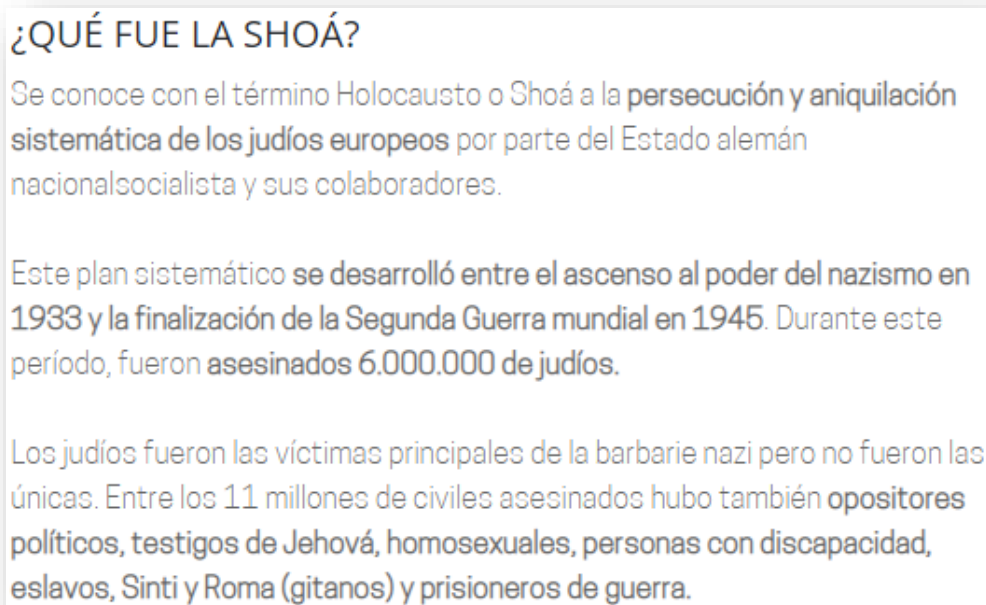
Fonte: *Site do Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*.

Nessa subseção, conforme é observado, há a tentativa de controle sobre o que pode e deve ser lembrado (ou esquecido) em relação ao acontecimento histórico e como, mesmo nos museus, o que há são versões da história e da memória (ORLANDI, 2017), atreladas ao gesto de interpretação do sujeito que organiza esse percurso. Há, nesse caso, um atravessamento ideológico, em razão de serem selecionados fatos e acontecimentos que precisam ser destacados em determinados períodos dessa história, e, assim, uma memória também pode ser construída. É, pois, um caminho que se (des)constrói discursivamente e, por isso, considera um determinado movimento histórico-temporal que, no entanto, não é linear: nessa memória discursiva, o funcionamento do interdiscurso também não é linear, embora o museu constitua um trajeto de memória no qual os sentidos vão aparentemente sendo regularizados.

Ademais, a seção *Educación* também encaminha para outra subseção: *¿Qué fue la Shoá?*. Nela, é exposto um percurso de perguntas e respostas a respeito do que pode/deve ser interrogado em relação ao acontecimento histórico, com suas respectivas respostas. Trata-se de um percurso (sobre)determinado que depreende relações de sentido entre os sujeitos (na posição-sujeito de visitantes) e o que é dado a ver/ler. Para além disso, nessa prática de mediação, incide um imaginário de que as respostas contemplam uma parcela da totalidade daquilo que concerne à questão proposta. Essa instituição, então, parte de um imaginário de

visitante que acessa o museu com o intuito de compreender o que é a *Shoá*, promovendo um mecanismo de antecipação, conforme já mencionei.

Imagem 11 – *Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As*: subseção *¿Qué fue la Shoá?*



Fonte: *Site do Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As*.

Essa subseção impulsiona uma instigante questão em minha pesquisa. Nessa prática de mediação entre o museu e o sujeito que acessa o seu espaço digital, as subseções podem demarcar como é construída e veiculada uma determinada narratividade. Concebendo-a tal como propôs Orlandi (2017), compreendo que a narratividade textualiza a memória ao inscrevê-la na mediação. Então, os profissionais, na maioria historiadores, responsáveis por empreender uma proposição como essa, via narratividade, também inscrevem o(s) outro(s) em seu discurso, da mesma forma que a determinação mais ampla “a voz do Outro”, ou seja, do interdiscurso, da ideologia, que estão em funcionamento nesse espaço de interpretação do sujeito que é individuado.

É pela instauração e funcionamento do político que, no entanto, ocorrem as divisões interdiscursivas. Por isso, apesar de haver uma regulação do discurso construído da/sobre a *Shoá*, as relações entre o dizer e sua constituição ideológica estão atravessadas pela inscrição em uma memória discursiva. Nessa subseção, é constituído um espaço no qual os dizeres “[...] se antecipam para estancar sentidos, para ‘pregar’ (grudar) sentidos onde há um possível outro dizer” (ORLANDI, 1998a, p. 74). O mecanismo de antecipação supracitado também concerne

essa forma de constituição dos dizeres no/pelo espaço digital, mas “[...] o sentido é sempre dividido” (ORLANDI, 1998a, p. 74). Esse lugar do político na linguagem, nesse deslocamento do museu para o espaço digital, dá visibilidade às condições sócio-históricas de institucionalização museológica, em razão de as relações entre a história, a memória e a contemporaneidade estarem estreitamente vinculadas às práticas sociais.

Essa narratividade, então, é construída a partir de determinadas condições de produção e está atrelada a determinados sujeitos e mesmo instituições. Trata-se de um espaço de interpretação, em virtude de haver práticas discursivas e disputas de sentidos. A partir dessa seção, é explicitado como museu constrói uma evidência (ilusória, uma miragem) de sentidos acerca de determinadas questões, e essas formulações possuem uma especificidade significativa porque compreendem o que é preciso e deve ser lembrado/sabido sobre a Shoá. Com isso, é possível explicitar que “[...] não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, em uma relação com a exterioridade, com uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico” (ORLANDI, 1998a, p. 75).

Nesse espaço de constante (re)atualização, pode ser visitada uma exposição interativa e permanente do museu em 360°, na qual podem ser observadas as instalações internas da instituição e algumas de suas exposições, conforme ilustro por meio da imagem abaixo.

Imagem 12 – *Museo del Holocausto de Buenos Aires - Bs As: Recorrido 360°*



Fonte: Site do Museo del Holocausto de Buenos Aires – Bs As.

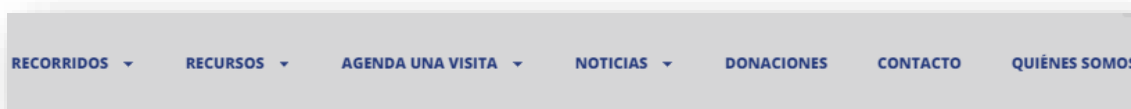
Nesse percurso de visita virtual, há um processo de simulação, isto é, uma particularidade considerável, pois são espaços que existem fisicamente e virtualmente.

Conforme demonstra a imagem, é possível circular visualmente pelo museu, selecionar e clicar em ícones que aproximam o visitante daquilo que está exposto no ambiente virtual, o que compreende uma representação da imagem daquilo que já é, por sua vez, uma representação. Além disso, podem ser acessados inúmeros recursos de navegação e de interlocução, tais como áudios, vídeos, imagens, dentre outras funcionalidades. Esses elementos acompanham a circulação do visitante e, nesse caso, fazem também a mediação entre o ele e o museu, incorporando no discurso digital a temporalidade, que institui outros modos de relação com o espaço.

Emerge, assim, uma imagem de completude, porque a proposta de visitação em 360° instaura um efeito de circulação completa, metonímica, como se pudéssemos percorrer todo o museu sem sair de nosso lugar, produzindo um efeito de mais do mesmo. Em outras palavras, há pistas do que pode ser visualizado fisicamente nesses espaços e, assim, é possível voltar ao ponto inicial, transitar várias vezes pelos mesmos caminhos, tendo como evidência o recobrir desse todo que não se altera. Esse efeito realmente funciona, posto que descemos escadas, nos defrontamos com imagens, com sons, com objetos, com histórias e com memórias. Nesse percurso labiríntico, avançamos e retornamos, produzindo outros trajetos de leitura e de interpretação.

Ainda nessas travessias, conforme proposto, empreendo um percurso de visitação ao espaço digital do *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI*. Em seu *site* são apresentadas sete seções, quais sejam: *Recorridos*, *Recursos*, *Agenda Una Visita*, *Noticias*, *Donaciones*, *Contacto* e *Quiénes Somos*, conforme pode ser observado na imagem abaixo.

Imagem 13 – *Museo Interactivo Judío de Chile - CHI*: seções



Fonte: Adaptado do *site* do *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI*.

No *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI*, conforme é observado em suas seções e subseções, está em funcionamento um discurso de comemoração, em virtude de essa instituição considerar história de superação de um povo perseguido – os judeus –, com o intuito de que funcione como possibilidade de produção de perspectivas mais comprometidas com as práticas sociais. À vista disso, retomo Venturini (2009, p. 30-31) para destacar como o discurso de



comemoração pode ser entendido a partir de uma perspectiva discursiva. Para a autora, é preciso considerar o discurso e o sujeito, as formações discursivas, ideológicas e imaginárias e a memória em funcionamento em duas instâncias: interdiscurso (constituição) e intradiscurso (formulação).

Tal prática comporta os eventos que são temporalizados e espacializados, de maneira que, pela retomada da história do povo judeu, suas tradições e demais características particulares, ocorra uma prática referida às “[...] formações sociais e a sujeitos que nela vivem e constroem realidades sociais por processos de legitimação e por traços de identificação” (VENTURINI, 2009, p. 31). Sendo assim, esse processo coloca em funcionamento o imaginário dos sujeitos em relação a si mesmos, bem como em relação ao espaço e ao patrimônio que lhes são constituintes. Nesse limiar, o discurso de comemoração tem seu sentido nas formações sociais pela institucionalização do seu objeto.

Apesar disso, quase consensualmente, há um imaginário de que o Holocausto não é um evento que pode ser comemorado. Todavia, nesse caso, é efetuado um deslocamento de importância do acontecimento histórico que é direcionado para a celebração dessas histórias de vida e superação (como uma celebração social). Por isso, justamente com Venturini (2009), entendo que o discurso de comemoração se dá a partir da relação contratual que decorre das relações entre o “sujeito de direito” e o “sujeito ideológico”, isto é, “[...] o pequeno ‘teatro teórico’ da interpelação, que ilustra a discrepância da formulação ‘indivíduo/sujeito’” (VENTURINI, 2009, p. 30, grifos da autora). Desse modo, a materialidade da interpretação é efetuada nas formações discursivas em que os sujeito se inscrevem. No eixo da formulação, a rememoração e a comemoração recobrem-se, sem que, no entanto, deixem de fazer parte do processo de estruturação do discurso. A rememoração, nesse ponto, é entendida “[...] como memória do saber, como interdiscurso pelo funcionamento do pré-construído” e a comemoração como “[...] intradiscurso, espaço da linearidade e da sintagmatização da memória” (VENTURINI, 2009, p. 42).

Assim, pode ser identificado, nesse discurso que é construído no espaço digital no/pelo museu, saberes próprios a uma formação discursiva judaica. Na página inicial do *Museo Interactivo Judío de Chile*, há um enunciado que produz bastante significância: *Nos guía el orgullo por nuestro Pueblo*<sup>49</sup>. Em razão disso, com vistas ao discurso de comemoração, podem ser observadas como são tecidas redes de significação que apontam para a inscrição desses sujeitos judeus nessa formação discursiva, a partir da qual são construídos, delimitados e

---

<sup>49</sup> Tradução minha: “Nos guia o orgulho por nosso povo”.

emanados determinados saberes. Por isso, a rememoração – enquanto espaço discursivo –, constituída pela memória discursiva, dá visibilidade às histórias e às memórias dos sobreviventes, dado que está sustentada pela formação discursiva. Não obstante, a rememoração

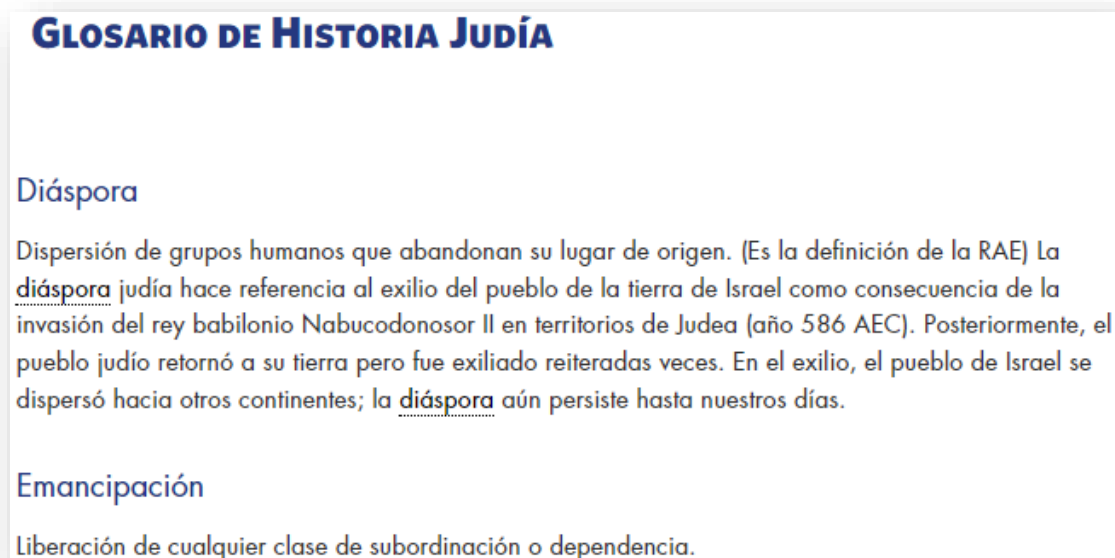
[...] constitui os andaimes que estruturam o discurso comemorativo, e se materializam nos gestos de comemoração, como o ‘fazer-memória’ pela institucionalização e legitimação da celebração de nomes ou eventos significativos para uma formação social. Podemos perceber que alguns desses andaimes são retirados da obra, apagados, mas retornam ao eixo da formulação porque são imprescindíveis para a atualização da memória (VENTURINI, 2009, p. 43, grifos da autora).

É nesse movimento que o discurso de rememoração traz para o domínio da atualidade determinados vestígios do passado que retornam como recordação (como os judeus sobreviveram ao Holocausto, quais foram as estratégias de coerção na Alemanha Nazista, etc.), na medida em que o sujeito é interpelado pelos valores sociais do presente e, por isso, sustenta o discurso de comemoração (conjugação da representação/interpretação e o devir). Há, portanto, nesse funcionamento, aquilo que próprio do gesto de recordação, de atualização e prospecção. Assim, quando o *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI* pretende legitimar o espaço de importância das vítimas, no intuito de valorar a história do povo judeu, embora não haja linearidade possível no discurso, apesar das falhas e faltas, essa memória atualiza os saberes.

Em diálogo com as reflexões de Venturini (2009), observo que o discurso digital desse museu, por meio da materialização do dizer, a exemplo da subseção *Historia Judía*, coloca em funcionamento a memória a partir do que permanece significando socialmente, sem impedir, no entanto, que essa memória seja construída e reconstruída constantemente, afinal, ela pertence à ordem do vivido, à ordem das experiências (experimentadas por meio da rememoração). Nesse caso, o *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI* constrói um discurso *sobre* que é constituído a partir de um discurso *de*, visto que são os testemunhos de sobreviventes judeus que colaboram especialmente para essa narratividade em relação ao acontecimento histórico e como ele produz sentidos no presente, com vistas ao devir. O discurso *de*, por isso, funciona como objeto, ao passo que o discurso *sobre* funciona como uma forma de atualidade, ancorado no funcionamento no eixo horizontal, ou seja, no intradiscurso. Em resumo, por meio da comemoração, o passado dos judeus é legitimado no presente, pois são institucionalizadas práticas simbólicas que sacralizam esse evento à medida que é comemorado e atualizado pelo lugar de memória (VENTURINI, 2009, p. 48).

Além disso, no espaço discursivo em pauta, para além dos testemunhos de sobreviventes, diversas outras materialidades podem ser digitalizadas, tais como um glossário. Na subseção *Recorrido Historia Judia*, é apresentado ao visitante um *Glosario de Historia Judia*. Com isso, é possível acessar um instrumento linguístico que está digitalizado e no qual há pelo menos um escritor que assume duas posições-sujeito: a posição-sujeito escritor e a posição-sujeito lexicográfico (MEDEIROS, 2012, p. 23). É essa posição-sujeito escritor que inscreve o fazer biográfico e mesmo a proposição de composição de um glossário que esteja relacionado com a história judia, sendo que é a posição sujeito lexicógrafo que permite engendrar o glossário, conforme a imagem a seguir.

Imagem 14 – *Museo Interactivo Judío de Chile - CHI*: subseção *Recorrido Historia Judía*



Fonte: Adaptado do *site* do *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI*.

Nesse glossário, é apresentada uma lista de palavras que, na sua grande maioria, compreendem (nomes de) livros, línguas e leis que envolvem a história e a memória dos judeus<sup>50</sup>. Com isso, no espaço digital de um museu, também há outras formas de controle dos sentidos que podem ser manifestadas por meio da exposição de objetos e/ou instrumentos que institucionalizem saberes. O glossário também pretende controlar determinados sentidos para

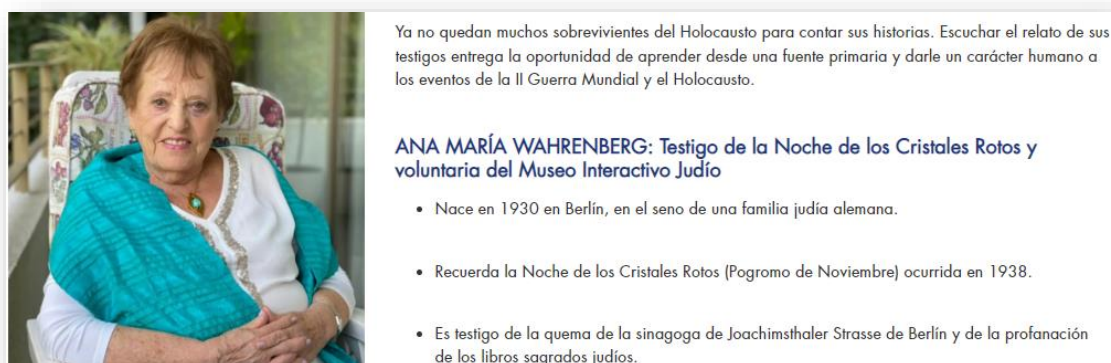
<sup>50</sup> A exemplo do vocábulo *Tanaj*, que remete ao conjunto de livros sagrados do judaísmo e ao vocábulo *Mishné Torá*, que remete à compilação sistemática de todas as leis e normas religiosas e legais da vida judaica, ordenadas por Maimônides, no século XII.

as palavras. Nele, há o que pode/deve ser dito sobre a história judia: um funcionamento ideológico que determina também as interpretações possíveis acerca disso.

Ademais, com esse recorte, proponho enfatizar como os instrumentos linguísticos também podem fazer parte dessa estruturação dos museus no espaço digital. Nesse lugar de circulação, conforme assevera Dias (2016), há um desdobramento de sentido, porque eles se inscrevem e significam a partir da discursividade do digital, por meio de um funcionamento específico da memória. Se, por um lado, está em funcionamento a memória do acúmulo, da circulação (a memória metálica), por outro está em funcionamento uma memória discursiva digital, que constitui os sentidos na história e produz a “falha” no algoritmo, “[...] o desvio no trajeto do dizer” (DIAS, 2016, p. 18). Há que se considerar que os museus podem dispor da utilização desses instrumentos linguísticos, os quais produzem diferentes digitalidades e, concomitantemente, outras práticas de mediação entre o museu e o público.

Ademais, o *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI*, na seção *Recursos*, apresenta a subseção *Recursos con testimonios de sobreviventes*, na qual são apresentados alguns dos testemunhos de sobreviventes do Holocausto. Focalizo minha atenção nisso porque o Museu do Holocausto de Curitiba – PR também legitima esse espaço de importância e, dessa forma, posso apreender distanciamentos e aproximações entre essas instituições.

Imagem 15 – *Museo Interactivo Judío de Chile - CHI*: subseção *Recursos con testimonios de sobreviventes*



Fonte: Adaptado do site do *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI*.

Frente aos testemunhos de sobreviventes do Holocausto, no espaço digital do *Museo Interactivo Judío de Chile – CHI*, são apreendidas diferentes relações entre o sujeito, o espaço e o museu. Está em funcionamento uma unidade imaginária, um lugar de confronto do sujeito com os silêncios que, no entanto, significam e reclamam sentidos. Apesar disso, quando

recursos como os vídeos são disponibilizados, a saber, em relação aos testemunhos de sobreviventes que falam sobre *La Noche de los Cristales Rotos: algunos eran vecinos*<sup>51</sup>, a memória da *Shoá* é construída ao mesmo tempo em que se constrói esse espaço de leitura. Nesse caso, o visitante tem acesso aos vídeos com os testemunhos de sobreviventes e, dessa forma, constrói seu próprio espaço de leitura, na medida em que pode optar pelo percurso que pretende percorrer. Entretanto, o visitante não é impedido de estabelecer relação com outros percursos, pois, para além dos vídeos, há fotos, documentos e outros materiais que são partes integrantes desses trajetos de leitura, em par com os objetos a saber.

Não obstante, pode ser explicitada uma contradição nessa possibilidade de trajeto virtual. Ancorado em Venturini (2017, p. 63-64), entendo que os museus são lugares construídos prioritariamente por/para sujeitos, e, seja fisicamente ou digitalmente, estão aderidas, em seu funcionamento, determinadas demandas sociais e culturais. Em espaços como esse destacado, há uma busca pela singularidade que decorre dessa “invenção” da história: o que é/precisa ser dito/lido sobre a noite dos cristais? No entanto, mesmo que essas narrativas possam, de certa forma, construir uma memória sobre o acontecimento ou corresponder a um fragmento de sua história, ainda assim são versões.

De maneira geral, a partir do que afirma Dias (2005, p. 42, grifo da autora), o que os *sites* dos museus apontam é “[...] um dos efeitos dessa mudança do significado do mundo e que abrange a relação do sujeito com o conhecimento e com a linguagem, é a mudança da nossa relação com o tempo”. Estão atreladas, portanto, as formas de relação com o conhecimento, bem como as novas formas de subjetividade e as novas formas de ler o arquivo (DIAS, 2016). Essa nova configuração diz respeito às práticas sociais e, por isso, as relações entre a história, a memória e a contemporaneidade são imperativas, dado que nelas estão imbricadas as relações entre o espaço e o tempo. Trata-se de uma urgência, tendo em vista que emergem, em nosso tempo, novas relações com o conhecimento, dadas a velocidade e a circulação com que as práticas sociais se atualizam, e, por isso, a temporalidade configura esses espaços de significação (DIAS, 2005), indicando, muitas vezes, as prospecções diante do devir.

Em minhas travessias, conforme proposto, também realizo uma incursão ao *site* do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*<sup>52</sup>, considerados os percursos de visita que são construídos por meio das seções e subseções apresentadas, a saber: *El MyT, Exposiciones*,

<sup>51</sup> Tradução minha: “A noite dos cristais quebrados: alguns eram vizinhos”.

<sup>52</sup> O *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX* divulga a importância da tolerância, do combate à violência e dos direitos humanos. Busca produzir aprendizagens por meio da memória, sobretudo de genocídios e de outros crimes, alertando sobre os perigos da indiferença, da discriminação e da violência, a fim de criar responsabilidade e respeito que reflitam nas práticas sociais.

*Contenidos Memoria, Contenidos Tolerancia, Museo de Niñ@s, Proyectos, Escuelas, Únete, Renta de Espacios e Centro Educativo*, de acordo com o que é apresentado na imagem abaixo:

Imagem 16 – *Museo Memoria y Tolerancia de México - MEX*: seções



Fonte: Adaptado do *site* do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*.

Nessa instituição, detenho a minha atenção nas diferentes formas pelas quais podem ser realizadas amostras e como a relação *online* é constitutiva tanto dos sujeitos quanto dos sentidos, visto que essas materialidades significam no/pelo digital. Para isso, a partir da seção *Exposiciones*, direciono o meu olhar para as subseções *Sección Memoria* e *Sección Tolerancia*, conforme estão dispostas nas capturas de tela a seguir.

Imagem 17 – *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*: subseção *Sección Memoria*



**Sala *Einsatzgruppen*.** Los comandos móviles de asesinato (*einsatzgruppen*) fueron los encargados de asesinar a los judíos en los territorios ocupados. Esta sala aborda el proceso sistemático de las matanzas.

**Sala Conferencia de Wannsee.** En busca de un método más eficiente para realizar supropósito, funcionarios del régimen nazi convocaron a una reunión en Wannsee; los contenidos de esta sala muestran cómo el conocimiento fue utilizado al servicio del mal.

Fonte: Adaptado do *site* do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*.

Imagem 18 – *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*: subseção *Sección Tolerancia*



Fonte: Adaptado do site do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*.

Conforme as subseções *Sección Memoria*<sup>53</sup> e *Sección Tolerancia*<sup>54</sup> são apresentadas, é construído um percurso de visitação que carrega simbolicamente as marcas e os rastros de significância do acontecimento histórico, de modo a (re)produzir efeitos de sentido dos/sobre os sofrimentos do passado e, como em um nó, dos/ sobre os sofrimentos do presente. Com isso, essa instituição pretende produzir aprendizagens sobre aquilo que adquire outra roupagem na atualidade. Daquilo que é passível de repetição. Nesse percurso memorial, concordo com Dias (2005), quando a autora assevera que a memória pode ser entendida como arquivo, isto é, como aquela que organiza o percurso digital. Essas exposições existem fisicamente, no entanto, no

<sup>53</sup> De acordo com o site do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*, essa seção adota a definição de genocídio da “Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio”, de 1948. São, por isso, exibidos os crimes que são perpetrados desde o século XX e que foram reconhecidos como genocídio, ou mesmo aqueles que estão em processo de reconhecimento, por tribunais ou comissões da verdade.

<sup>54</sup> De acordo com o site do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*, essa seção da exposição permanente é composta por 12 salas. Cada uma delas considera como tema a importância da tolerância para gerar inclusão social em um mundo diverso, destacando o papel dos estereótipos e preconceitos na discriminação, a relevância dos Direitos Humanos e suas violações no México ou mesmo no papel da mídia na transmissão do discurso de ódio, entre outros. Além disso, destaca como a enorme riqueza natural, cultural, social e científica do país é mostrada para evidenciar a importância da luta pelos valores. Essa exposição busca consolidar os valores que geram um compromisso com a tolerância, o diálogo e o respeito à dignidade humana, para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica entre todos.


espaço digital, há uma intervenção que estabelece o que pode/deve ser mostrado e, por isso, não há garantias de que esse percurso esteja exatamente replicado no espaço digital.

Além disso, pela relação do sujeito com o arquivo como memória, há uma fragmentação desse espaço no digital. Está em funcionamento outra ordem de discurso e de leitura. Nesse limiar, o visitante – o leitor – assume uma determinada posição nesse processo que, por sua vez, é determinado pela organização algorítmica. Dito de outro modo, se os sentidos podem ser sempre outros, dado o gesto de interpretação do sujeito, ao mesmo tempo em que os sentidos se constituem no/pelo digital, o sujeito também é constituído no/pelo digital. Por meio de algumas das imagens dessas exposições, percebo como há, de certa forma, a transferência desses modos de circulação do museu nesse outro lugar. A produção de efeitos de sentido está posta no cerne dessa dualidade físico/digital porque aquilo que significa de um modo “x” vai deslizar e produzir outros efeitos de sentido “y”, “z”, etc.

Compreendo, então, que há sempre deslocamentos e, geralmente, amostras do que o público visitante pode apreciar no espaço físico do museu. Além disso, pelos modos de organização do que é dado a ver/ler ressoam provocações, instigações, convites à visita. Os *sites* cumprem a função de representação dessas instituições em outro espaço e ao mesmo tempo, promovem a sua desfronteirização, demarcando que na visita há a possibilidade de ampliação da visão em relação ao museu. Apesar disso, somente o digital pode conferir às instituições determinados recursos e mesmo arquivos que passam a ser acessíveis somente pelas funcionalidades da plataforma virtual. É o caso da próxima subseção selecionada, *Holocausto*, que é integrante da seção *Contenidos Memoria*:


Imagem 19 – *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*: subseção *Holocausto*

## 2 . El inicio de la dictadura y el Estado racial



### 2. El ascenso del Partido Nazi: Hitler en el poder

---



### 3. Teorías raciales. ¿Quién es racialmente “superior”?

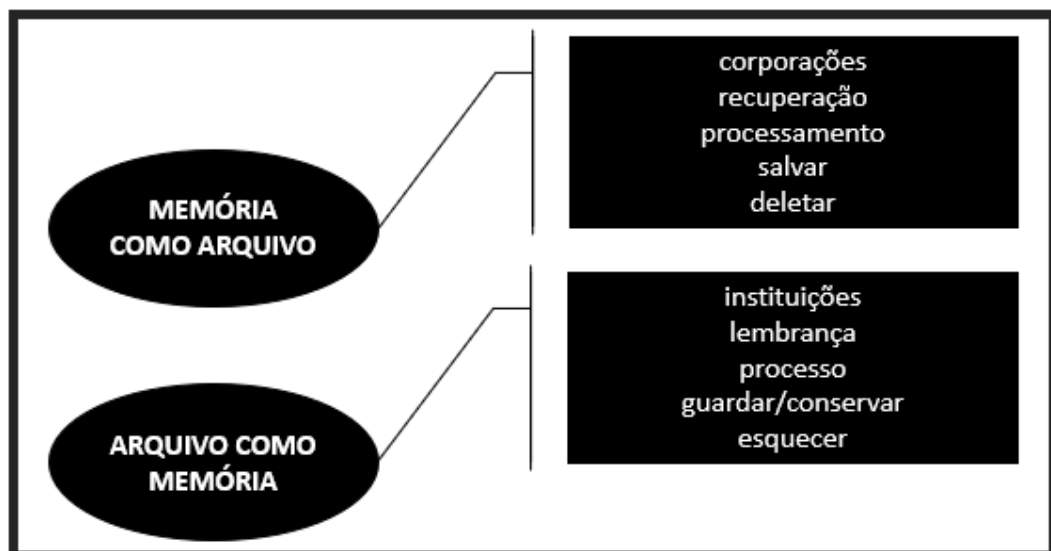
Fonte: Adaptado do *site* do *Museo Memoria y Tolerancia de México – MEX*.



Os museus presenciais não podem fugir dos efeitos da contemporaneidade e, por isso mesmo, da modernidade. Essa subseção ilustra como são criados outros modos de discursivizar, nesse caso, esses percursos outros, guiados pelo “clique”. Nessa subseção, é empreendida uma proposta de periodização do nazismo, bem como os seus efeitos na sociedade, as suas motivações, as suas causas, entre outros tópicos. Esse outro modo de discursivizar diz respeito ao modo como as exposições presenciais estão concomitantemente em dois espaços, extrapolando o tempo, o espaço, a memória e o arquivo.

Quando a constituição dos museus no espaço digital oferece possibilidades de percorrer um percurso histórico, essa forma de organização, que é uma particularidade da estruturação do museu virtual, aponta para o fato de que “[...] o tempo seria uma linha de dados recuperáveis por algoritmos” (DIAS, 2017, p. 285). Entendo, com isso, ao circunscrever a compreensão de que outros museus do Holocausto produzem um “efeito de estruturação” no espaço digital, que a memória é tanto uma questão de tempo quanto uma questão de espaço, visto que como tempo ela é constituída pelo esquecimento e como espaço é constituída pelo armazenamento (DIAS, 2017, p. 285). Há outra relação do sujeito com a memória e, por isso, com o espaço e com tempo. Nessa direção, também são apreendidas algumas diferenças que inscrevem o sentido de museu em diferentes formações discursivas, conforme ilustrado:

Figura 1 – A memória como arquivo e o arquivo como memória



Fonte: Adaptado de Dias (2017).

Assim, no funcionamento da memória como arquivo e do arquivo como memória, emerge uma importante questão: é preciso compreender os mecanismos de funcionamento da

memória com o digital. Por isso, em meu gesto de leitura e de interpretação, focalizado principalmente no *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, explícito como é possível se relacionar com essa memória que exerce influência na formação de políticas de acervo e nos procedimentos de organização dos arquivos museais, dado que a tecnologia representa uma possibilidade de o museu circular também em outro espaço, que produz efeitos em/na sua constituição.

### 3.4 TRAJETO(S) DE VISITAÇÃO VIRTUAL NO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA – PR

Esses passados que nos esforçamos para gerir, perseguir, ou, ao contrário, para reavivar em ilusões de ressurreição, para restaurar, transformar, contornar, esses passados esburacados (o que resta dos arquivos é aleatório, seções importantes foram apagadas), distorcidos, reescritos, reinventados, simplesmente esquecidos, inacessíveis; esses passados lacunares se assemelham a camadas geológicas entrelaçadas, plissadas como depois da formação de uma cadeia de montanhas ou algum outro cataclismo. O presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas (ROBIN, 2016, p. 40).

A maior parte das testemunhas, de defesa e de acusação, já desapareceram, e aquelas que restam e ainda (superando seus remorsos ou então suas feridas) concordam em testemunhar, dispõem de lembranças cada vez mais focadas e estilizadas; frequentemente, sem que o saibam, lembranças influenciadas por notícias havidas mais tarde, por leituras ou por narrações alheias (LEVI, 2004, p. 16).

O que me permitiu suportar foi o amor à vida. Vi tantas mortes, a morte estava com tanta força ao meu redor, que dei mais valor à vida. Quero mostrar que o espírito não pode ser quebrado com a violência. Ao falar de morte, eu celebro a vida (Aleksander Henryk Laks)<sup>55</sup>.

O espaço digital em funcionamento no “efeito de estruturação” do *Museo del Holocausto de Buenos Aires*, do *Museo Interactivo Judío de Chile* e do *Museo Memoria y Tolerancia de México* apontam para o fato de que há, na/pela digitalidade, outros modos de instituição e significação museológicas. São construídas diferentes relações com a memória

---

<sup>55</sup> Laks é um dos maiores nomes dentre os sobreviventes do Holocausto que lutam pela preservação da memória da *Shoá*. Trazemos esta citação, por sua vez mencionada por Reiss (2018, p. 231), como as palavras de fechamento de seu livro, intitulado “Luz Sobre o Caos: Educação e Memória do Holocausto”.

nesse espaço de textualidade, além de essas incursões proporcionarem uma visão mais abrangente sobre como os museus podem ser estruturados no/pelo espaço digital e como fornecerem subsídios para que sejam delimitadas semelhanças e diferenças, com vistas ao *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Nesse limiar, a digitalidade perpassa o meu gesto de leitura e de interpretação, pois é, afinal, a unidade que corresponde “[...] a diferentes processos de significação cuja matéria significativa é o digital” (DIAS, 2016, p. 14), e, em razão disso, os museus podem significar no/pelo digital porque têm digitalidade. Nesse momento, finalmente adentro ao espaço do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

O passado que é discursivizado por essa instituição é lacunar, isto é, os saberes que advêm do acontecimento histórico por meio da institucionalização desse(s) discurso(s), da (re)significação dessa(s) história(s) e da (re)construção dessa(s) memória(s) encontra no tempo presente um espaço de paragem para produzir efeitos de sentido, embora essa presentificação corresponda às diferentes temporalidades em articulação. Essa incidência recobre as diferenças e a heterogeneidade, uma vez que há o embate de versões do/sobre o acontecimento histórico, em sua maioria, apagadas na escrita da história e ameaçadas pelo esquecimento, posto que são poucas as testemunhas que resistiram ao tempo.

Contudo, é nessa presentificação do passado no presente que podem ser produzidas perspectivas de um devir mais comprometido com as práticas sociais, pois as condições de produção da contemporaneidade convocam à imperatividade de que os sentidos da/sobre a vida sobreponham os sentidos da/sobre a morte. Em sendo assim, na circunscrição das epígrafes supracitadas, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, em seu espaço digital, permite explicitar como estão em funcionamento as discursividades constitutivas de um determinado lugar e tempo, mas também do sujeito, do sentido e do conhecimento, a partir de uma materialidade que lhes é própria (DIAS, 2016).

Para tanto, é a partir da experiência de visitação aos espaços digitais do *Museo del Holocausto de Buenos Aires*, do *Museo Interactivo Judío de Chile* e do *Museo Memoria y Tolerancia de México*, que empreendo uma incursão ao *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, de modo a considerar como há, já bastante reiterado, um “efeito de estruturação” observado por meio de suas seções e subseções, conforme é ilustrado na imagem que segue.

Imagem 20 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: Seções

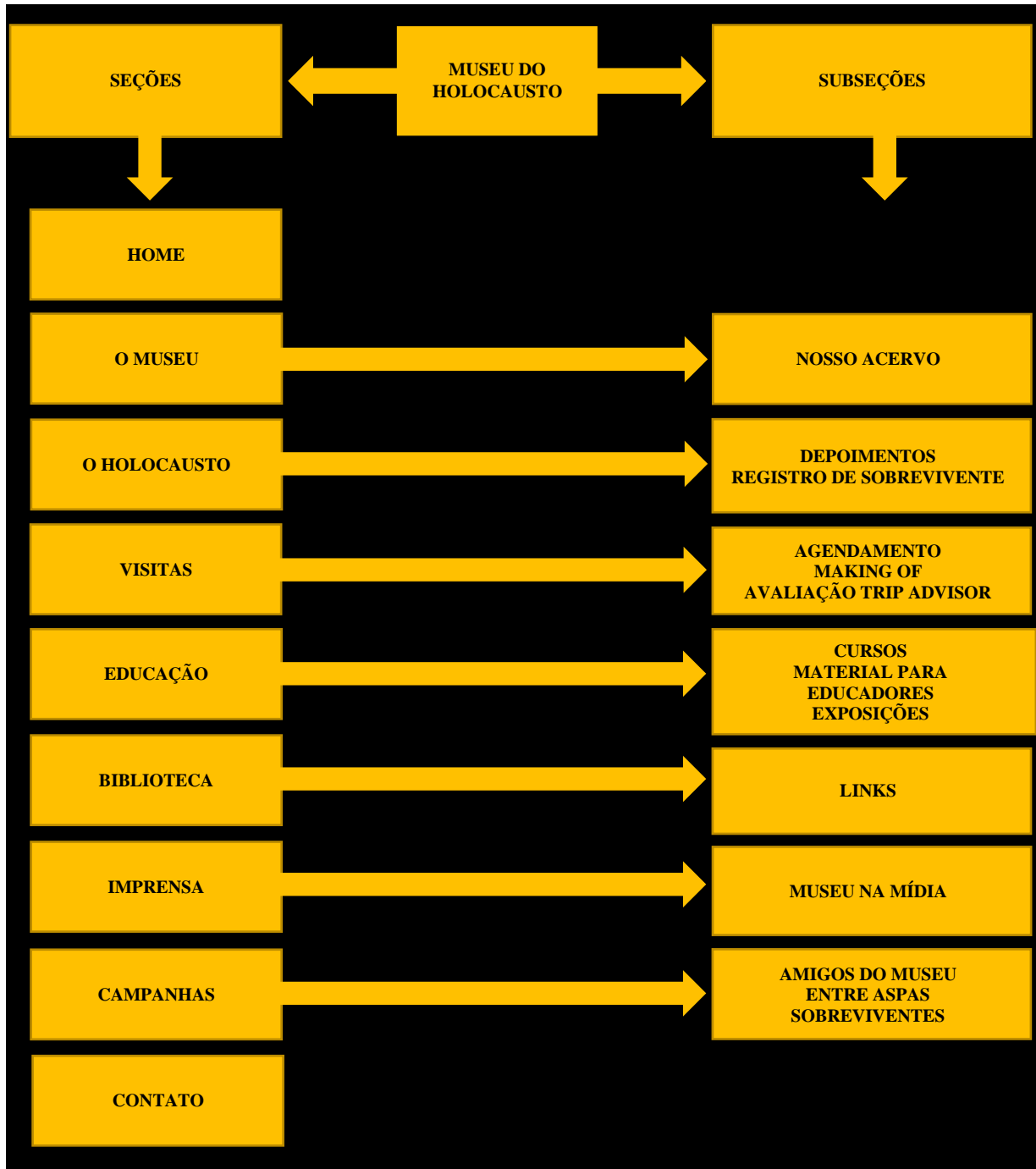


HOME O MUSEU ▾ O HOLOCAUSTO ▾ VISITAS ▾ EDUCAÇÃO ▾ BIBLIOTECA ▾ IMPRENSA ▾ CAMPANHAS ▾ CONTATO

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Entendo, nesse processo de interlocução entre os museus sobre os quais detenho minha atenção, que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, assim como as demais instituições visitadas, organiza um discurso do/sobre o Holocausto no/pelo espaço digital, o que é direcionado por meio das seções e subseções, de modo a estabelecer uma forma de ordenação dos sentidos. De fato, os museus constituem práticas de significação (ORLANDI, 2014), e isso independe dos lugares que habitam, porque o digital, ao mesmo tempo em que funciona como um efeito de transbordamento dessa instituição, implica mudança dos modos de leitura e de interpretação exercidos. Com essa desfronteirização da instituição museológica, então, no espaço digital do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, é conferido um modo outro de (res)significação do sujeito e do espaço. Um movimento, no/pelo digital que se faz também ao acessar os *sites* do *Museo del Holocausto de Buenos Aires*, do *Museo Interactivo Judío de Chile* e do *Museo Memoria y Tolerancia de México*, na dualidade mostrado/não mostrado, o que é amplificado, sobremaneira, porque nunca visitei os espaços físicos desses três museus estrangeiros, ainda que possa (re)conhecê-los virtualmente. À vista disso, apresento uma figura na qual estão organizadas as formas de direcionamento das seções para as subseções que são dadas a ver/ler no *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Figura 2 – Seções e subseções apresentadas no *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR



Fonte: Autor.

Nesse percurso de visita virtual, dadas as suas formas de direcionamento, é necessário considerar também que esse lugar é dotado de opacidade: os sentidos não são evidentes e os equívocos são inevitáveis. Quando retomei a noção de político a partir de Pêcheux ([1975] 1997) e Orlandi (1998a), explicito como estão em funcionamento os “domínios de des-dizer”, isto é, o mecanismo de antecipação que irrompe na irregularidade e,

assim, tenta estancar a produção de sentidos que não são pretendidos. No espaço digital, conforme mencionei, o museu está sempre inscrito em uma memória e consiste na “[...] reunião de objetos porque nele arquivos são organizados a fim de se disponibilizar e apresentar exposições que contam histórias sobre memórias”, o que envolve diversas versões e, em razão disso, depreende o “[...] gesto de interpretação a partir do qual assumimos um determinado ponto de vista, e não outro” (CERVO, 2012, p. 92).

No/pelo digital, essas seções e subseções apresentadas pela instituição apontam para um – outro – tipo de relação do arquivo com a memória, posto que ele é significado de maneira diferente. Nesse viés, é necessário pensar mais e melhor sobre como se dá a organização do arquivo de um museu. Para tanto, retomo a concepção de Pêcheux ([1982] 1994, p. 56-57) de que o arquivo pode ser “[...] entendido em sentido amplo como o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. No entanto, Sousa (2017, p. 85) assevera que quando pensamos nisso, precisamos considerar que “[...] a voz institucional de um museu crava, pelo efeito ideológico de evidência, um modo de narrar e estabelecer a ordem”. Há, portanto, um enlace de desordem que origina o arquivo, resultante de inúmeras capturas e isso provoca a desorganização. Então, como é possível ao museu construir o seu arquivo?

É Zoppi-Fontana (2005, p. 97) quem me parece oferecer uma possibilidade de resposta. A autora afirma que o arquivo “[...] responde a estratégias institucionais de organização e conservação de documentos e acervos, e através delas, de gestão de memória de uma sociedade”, em um processo no qual o museu “[...] estrutura-se pelo não esquecimento, pela presença, pelo acúmulo, pelo efeito de completude”. Conforme destaquei a partir das seções e subseções do *Museo del Holocausto de Buenos Aires*, do *Museo Interactivo Judío de Chile* e do *Museo Memoria y Tolerancia de México*, há diferentes modos de organização no “efeito de estruturação” de um museu que está localizado em ambos os espaços, os quais refletem no modo como acessamos determinados arquivos.

De acordo com o que destaquei, proponho entender como, por meio desse “efeito de estruturação”, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR pode também, conforme é pretendido em seu espaço físico, (res)significar a(s) história(s) e (re)construir a(s) memória(s) dos sobreviventes do acontecimento histórico no/pelo espaço digital. Para isso, apresento uma sequência de dez imagens que são apresentadas na galeria virtual dessa instituição e que encaminham o sujeito visitante para determinados modos de circulação que linearizam essa forma de exposição museu/público.

Imagem 21 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (1)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 22 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (2)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 23 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (3)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 24 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (4)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.



Imagem 25 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (5)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 26 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (6)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 27 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (7)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 28 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (8)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 29 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (9)



Fonte: Adaptado do *site* Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 30 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (10)



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Nessa galeria virtual, os recursos visuais também significam não só por direcionarem o sujeito visitante para outros lugares, mas, concomitantemente, para delimitar o que pode/deve ser exposto. Nesse espaço digital também está também imbricada a desfronteirização como

efeito da contemporaneidade, embora o “efeito de estruturação” do Museu do Holocausto – PR esteja atravessando pelos modos como a circulação do conhecimento acerca do acontecimento histórico é gerida pelas políticas de acervo. Entrementes, compreendo como a imagem também sustenta direcionamentos de sentidos, contribuindo com esse “efeito de estruturação” da instituição, depreendido nas/pelas relações espaço-temporais. As imagens também colaboram para esse empreendimento, pois implicam nas múltiplas interpretações (ORLANDI, 2009).

Então, ainda que o “efeito de estruturação” observado no/pelo espaço digital esteja vinculado às tentativas de controle, sempre há espaço para a deriva, visto que aquele “[...] que observa uma imagem [...] desenvolve uma atividade de produção de significação” (DAVALLON, 1999). Dessa forma, entre as imagens que compõem essa galeria e o sujeito visitante há uma espécie de “negociação” entre um “acontecimento histórico singular” e o “dispositivo complexo de uma memória” (PÊCHEUX, [1975] 1999), que tem um funcionamento específico, já que sua natureza é digital.

A construção de saberes sobre a *Shoá*, um dos principais objetivos do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, demanda o gerenciamento do poder em sua relação com a memória. As imagens que fazem parte dessa galeria, por exemplo, estão compostas de “som” e “silêncio”, de “cheio” e de “vazio”, de “presença” e de “ausência”, de “lembrança” e de “esquecimento” (CHAGAS, 2002). É nesse batimento entre o que é e o que poderia ser que a memória é gerenciada e organizada, posto que a galeria apresentada nesse espaço digital também pode construir um percurso de memória, no qual há a tentativa de regularização dos sentidos. É delimitado o lugar a partir do qual advém a voz institucional e, concomitantemente, o lugar ocupado pelo sujeito que acessa esses saberes, em um processo, como já disse, de antecipação. É por isso que a memória e o esquecimento, nesse caso, estão a serviço do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, dado que tanto a instituição quanto os visitantes são constituídos na/pelas práticas sociais.

Na galeria, no batimento entre a memória e o esquecimento, o sujeito que ocupa a posição de visitante é capturado pela digitalidade e, assim, nessa incursão, observa as imagens e o que é dado a ver/ler em uma reconstituição do real que promove a aderência de efeitos de sentido pretendidos, mas que se abre para que tantos outros venham a se inscrever. Enquanto práticas de significação (ORLANDI, 2014), esses espaços simbólicos de produção de sentidos contribuem para o “efeito de estruturação” do Museu do Holocausto de Curitiba – PR que se dá na/pela digitalidade, e, por isso, essa instituição é também afetada pelas relações de poder e pela conjuntura sócio-histórica e ideológica.

Na galeria apresentada, as imagens dispostas podem produzir conhecimentos sobre a *Shoá*. Tal processo se dá no/pelo imagético, em razão de haver a produção de um retrocesso temporal, como se em um instante o sujeito visitante fosse arremessado ao passado e, com a mesma velocidade, capturado pelo presente. Que tempo é esse? No momento da captura, há a insurreição da tridimensionalidade temporal, e, desse modo, a prospecção de um passado, a insurgência de um presente e a prospecção de um futuro, como se esse sujeito – já velho – e as crianças representadas nessas imagens estivessem suspensos em um tempo que não pode ser mensurado. Não podemos contar as horas/os horrores que não vivemos. Esses sujeitos estão “[...] divididos entre si em si” (ORLANDI, 2017, p. 330). Há um modo de relação que está posto com a alteridade. O modo de individuação dos sujeitos está, nesse caso, diretamente ligado ao discurso eletrônico (ORLANDI, 2017), digital (DIAS, 2016), das tecnologias na conjuntura contemporânea e ao “efeito de estruturação” do Museu do Holocausto de Curitiba – PR nesse espaço.

Essa imagem capturada e digitalizada aprisiona um tempo impossível de ser (de)marcado, mas que não cessa de produzir discursos, discursividades, assim como qualquer outra forma de linguagem. Se não há discursos sem sujeito, o visitante que acessa essa galeria – sujeito em tela – também é afetado pelos efeitos da conjuntura tecnológica que coloca em movimento algo que é da ordem do estanque, da dor, da paralisia. A memória coloca em movimento o tempo no espaço ou o tempo, em seu movimento, coloca em funcionamento a memória de/em um determinado espaço?

Devemos lembrar, assim como postulou Pêcheux ([1975] 1997), que a materialidade discursiva diz respeito às condições verbais de existência dos objetos em uma dada conjuntura histórica. Imagem também é objeto. Se o discurso determina a relação com a exterioridade, sua historicidade, as relações entre o espaço, o tempo e a contemporaneidade fazem com que o digital – ou a língua, conforme Pêcheux ([1975] 1997) – seja parte “[...] *das condições de existência dos objetos* no desdobramento das discursividades, em uma conjuntura dada” (ORLANDI, 2017, p. 331, grifos da autora). O espaço digital, como insisto, modifica a relação com a memória, com o texto, com a narratividade, com a posição-sujeito do gestor/mediador e com a posição-sujeito visitante, de modo a impulsionar a (re)produção de efeitos de sentido, uma vez que “[...] o digital tem este estatuto de deslocamento da relação sujeito e sentido” (ORLANDI, 2017, p. 331).

Trata-se de deslocamentos que provocam rupturas, que suspendem uma imagem no tempo e um tempo na imagem. Tudo o que se tem são pedaços, e os deslocamentos provocam a possibilidade de ver, pelas frestas, as lascas expostas de um tempo não vivido e não

experimentado, porém, um tempo que existiu e precisa ser discursivizado. A imagem em que se projeta a retrospectiva ao passado, a insurgência ao presente e prospecção ao futuro projeta o simbólico no tempo e no espaço, os quais não podem ser demarcados. O presente é sempre já passado. A memória, por isso, diz respeito também ao que está por vir a saber sobre o acontecimento histórico. O digital assume, assim, um lugar de sustentação da memória porque presentifica a história pela memória, pela linguagem e pela arte, que são mediadas “[...] por tecnologias e o corpo dos sujeitos” (ORLANDI, 2017, p. 332), colocando em funcionamento “[...] outras formas de relação do sujeito com o saber, com as coisas-a-saber” (DIAS, 2017, p. 272).

Estrutura-se, desse jeito, um espaço significante “[...] dentro do qual tem lugar o acontecimento” (MUÑOZ; PETRI; BRANCO, 2017, p. 26) que é configurado justamente pelo encontro entre o sujeito que assume a posição de visitante e o que é dado a ver/ler nesse espaço. Para ilustrar como isso pode ser observado dentre as imagens que são apresentadas nessa galeria, promovendo o direcionamento para outros lugares, retomo a primeira delas.

Imagem 31 – Museu do Holocausto de Curitiba – PR: galeria (1)

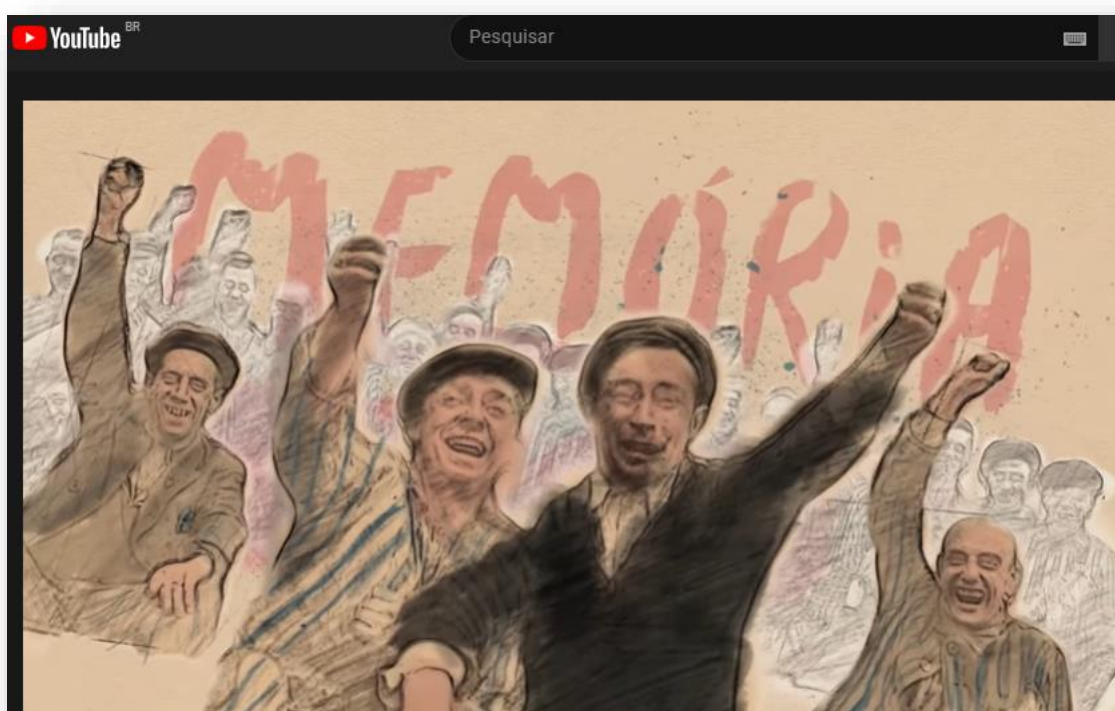


Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Embora sejam verificados os deslocamentos espaciais e temporais, a proposição de funcionamento dessa galeria aponta para alguns trajetos de leitura específicos, mesmo que possam ser empreendidos outros percursos e, com isso, produzidos efeitos sentidos não pretendidos. Essa primeira imagem da galeria, “Luz sobre o caos – Discussões atuais sobre a

Shoá”, demonstra como o “efeito de estruturação” do Museu do Holocausto de Curitiba – PR comprova um movimento de desfronteirização que se dá pelo espaço digital, instituído como endereço eletrônico. Com esse destaque, explícito como o sujeito, mesmo sem sair do lugar, movimenta-se por outros trajetos virtuais, relacionando-se com uma memória que é institucional e digital. Nesse caso, ao clicar na imagem, o sujeito visitante é encaminhado para outra plataforma digital, de compartilhamento de vídeos, o *YouTube*.

Imagem 32 – *Luz sobre o caos (You Tube)*



Fonte: Adaptado do canal do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, no *You Tube*.

No *You Tube*, é apresentada uma *playlist* composta de dezoito episódios, os quais fazem parte do projeto “Luz sobre o caos”. Nesses vídeos, são propostas algumas discussões em relação à história e memória da/sobre a *Shoá*. O primeiro deles, ilustrado na imagem, é intitulado “Luz sobre o caos: nazismo, direitos humanos e consciência negra”. Os demais vídeos, na ordem como são apresentados, trazem à baila temáticas que estão de alguma forma relacionadas com o acontecimento histórico, com especial enfoque no combate às formas de discriminação, intolerância, preconceito e ódio. Com isso, entendo que a instituição, independentemente do local em que está situada, está diretamente ligada às atividades

arquivísticas, em razão de esses vídeos funcionarem como documentos e envolverem uma prática de poder, conforme mencionei anteriormente.

Na organização desse arquivo, há uma relação necessária entre o que é dito e as condições de produção desse dizer institucionalizado para “lançar luz sobre o caos”. É materializado o funcionamento do político na digitalização dessa instituição, o que demonstra também a divisão do sujeito que, por meio das práticas de seleção e de escolha, produz determinados efeitos de sentido, na medida em que outros são silenciados. Compreendo, juntamente com Venturini (2009, p. 69), que esse gesto de seleção também determina uma ruptura ou continuidade do discurso. Nessa direção, lembro o que afirma Henry (1990, p. 24): “[...] o instrumento da prática política é o discurso”, dado que “[...] a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”. Em virtude disso,

[...] as visibilidades e os apagamentos efetivados não são da mesma ordem, visto que cada instituição, apesar de ter o mesmo objeto discursivo, funciona diferentemente: os sujeitos investidos da posição de locutores ocupam diferentes posições-sujeito e são afetados por formações discursivas heterogêneas. A memória que as constitui e a emergência da formação social faculta a transformação de um lugar material em lugar de memória pelo arquivo. Há um processo seletivo de constituição do arquivo, que evidencia ou silencia e apaga fatos, de acordo com a inscrição do sujeito responsável pelo dizer, a uma ou outra formação discursiva que invade a formação discursiva da rememoração/comemoração (VENTURINI, 2009, p. 69).

Em outras palavras, nesse “efeito de estruturação” do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, na/pela transição de um lugar ao outro, “[...] não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, em uma relação com a exterioridade, com uma direção histórico-temporal que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico” (ORLANDI, 1998, p. 75). Essas práticas estão articuladas ao funcionamento da musealização, já que o processo de constituição do arquivo evidencia ou silencia e apaga determinados fatos em detrimento de outros. À vista disso, direciono minha atenção para outra seção apresentada no espaço digital dessa instituição, “O Museu”, que encaminha para a subseção “Nosso Acervo”<sup>56</sup>.

Em “Nosso Acervo”, o *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR disponibiliza algumas informações sobre a sua exposição permanente, que contém 56 objetos expostos e aproximadamente 300 fotos e vídeos (o que corresponde a 5% do total de seu acervo). Para

---

<sup>56</sup> Nessa mesma subseção, são disponibilizados dois *links* a partir dos quais o visitante pode realizar a doação de algum material ao museu ou mesmo registrar a história de um sobrevivente do Holocausto.



ilustrar o que é disponibilizado na referida subseção, apresento uma imagem de dois documentos que fazem do acervo acessado virtualmente.

Imagem 33 – Subseção *Nosso Acervo*



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Nesse recorte, é observada a imagem da “Carteira de Identidade Para Estrangeiro”, em nome de Sala Reiss, com data de 04/01/1949, em Belo Horizonte – MG, pelos Estados Unidos do Brasil, com registro de nacionalidade apátrida. No documento, além do que é dado a ver nessa imagem apresentada, constam algumas informações, tais como: a data e local do embarque e a data em que recebeu a autorização de permanência definitiva no Brasil, por exemplo. Nessa digitalização do acervo e de determinados documentos, entendo que a perspectiva da musealização reside na patrimonialização, e, assim, esses documentos são ressignificados pela sua relevância histórica, social e cultural. Diante dessa constatação, emerge uma questão: “[...] o sujeito que vê a potencialidade de um arquivo, sua incompletude, seu temporário silêncio, é capaz de dar a esse arquivo a possibilidade de ‘vida’, de anunciação, de enunciação? (SCHERER; OLIVEIRA; PETRI; PAIM, 2013, p. 117, grifo das autoras)<sup>57</sup>.

Compreendo que ao reunir esses arquivos em seu acervo, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR rompe com o silenciamento que é também próprio do arquivo, sobretudo,

<sup>57</sup> Retomo o artigo “Arquivo, memória e acontecimento em uma política de Fundos Documentais”, no qual as autoras refletem sobre a política de arquivos para Fundos Documentais, a partir da criação do Fundo Documental Neusa Carson, em 2011, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, localizado no Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem – CORPUS. Atualmente, o Fundo Documental Neusa Carson encontra-se no Centro de Documentação e Memória da UFSM – Silveira Martins.

composto pelos testemunhos de sobreviventes do Holocausto. O arquivo também possibilita discursivizar os percursos de vida e de superação dessas testemunhas que vieram morar no Brasil. Quando recuperados esses arquivos pessoais, conforme destacado, há uma possibilidade de contribuição na/para a (re)construção dessa(s) memória(s) “guardadas” nas mais variadas materialidades, de forma que essa insituição, independentemente do espaço considerado, “[...] possa promover a anunciação/enunciação daquilo que já foi dito em outro momento e sob condições de produção outras” (SCHERER; OLIVEIRA; PETRI; PAIM, 2013, p. 117), sendo recuperado para que possa (re)significar.

As mesmas autoras recuperarem o que dizem Guilhaumou e Maldidier (1994, p. 81) em relação ao arquivo: “[...] o novo se situa em outra parte, no retorno ao arquivo”. No (re)encontro com o arquivo, então, é instaurado o efeito de ineditismo: quem é esse sujeito, sobrevivente? O que o arquivo anuncia/enuncia dele/sobre ele? Como, nesse acesso, o arquivo também funciona na construção de uma memória do/sobre o Holocausto? Definitivamente, nesse caso, é pelo arquivo que temos acesso aos rastros da história do sujeito sobrevivente, o que diz muito sobre a (res)significação da(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e a (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto. O museu pode, assim, ser entendido em sua dupla designação: enquanto instituição e “[...] como parte do processo de produção de arquivos, ou seja, discursivamente, como discurso documental” (ORLANDI, 2014, p. 2).

Quando Pêcheux ([1982] 1994, p. 59) sublinha que o arquivo pode ser entendido enquanto campo discursivo de “[...] documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, esse entendimento diz muito sobre o fato de que há “[...] maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo”. Além disso, tal como destacam Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 170), o arquivo possui uma forma material, bem como uma heterogeneidade lhe é constitutiva, sendo “[...] ordenado por sua abrangência social”. Em razão disso, posso afirmar que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, em seu espaço digital, também pode ser entendido como “[...] parte do processo de produção de arquivos, ou seja, discursivamente, como discurso documental” (ORLANDI, 2014, p. 03), posto que envolve uma “prática de significação” e os efeitos de sentido entre interlocutores.

Outrossim, também percebo que o acesso aos arquivos digitalizados permite que eles sejam “manuseados” com menos restrições. De certa forma, a tensão estabelecida entre a preservação e o uso é colocada em suspenso porque sabemos como esses materiais podem ser frágeis. Por isso, o virtual dispensa esse tipo de preocupação. Nesse caso, a constituição dos arquivos tem relação com a memória institucional. Em outras palavras, é disponibilizado um arquivo “[...] que se constitui ao legitimar certos saberes para que não sejam esquecidos,

construindo uma unidade institucionalizante estabilizada das coisas-a-saber” (DIAS, 2017, p. 269). O sujeito visitante, por sua vez, é quem realiza um gesto de leitura que se dá pela relação da língua com a discursividade (PÊCHEUX, [1982] 1994), mas isso não ocorre sem confrontos entre o arquivo e os efeitos do interdiscurso (ORLANDI, 2009).

Nessa direção, também podem ser (res)significadas e (re)construídas determinadas versões da história e da memória. Por essa razão, focalizo minha atenção na seção “O Holocausto”, que encaminha para duas outras subseções, “Depoimentos” e “Registro de Sobrevivente”, as quais apresento a seguir.

Imagem 34 – Seção *O Holocausto*



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Nessa seção, há um questionamento que centraliza aquilo que é dado a ver/ler em relação às narrativas que produzem efeitos de sentido do/sobre o acontecimento histórico, de maneira que o Holocausto seja discursivizado de modo particular. Trata-se de um percurso em que há a tentativa de estabilizar determinados sentidos na relação entre o espaço digital e o sujeito que assume a posição de visitante. Nesse caso, o discurso institucionalizado é definido justamente na determinação da língua pela história, de modo a afetar duplamente o sujeito que ocupa a posição de visitante, uma vez que essa narratividade é determinada histórico-ideologicamente, produzindo efeitos na/para o sujeito que é também um “[...] lugar de

significação historicamente constituído” (ORLANDI, 2009, p. 37), afinal, é na relação do sujeito com o sentido que há a inscrição da língua na história.

Além disso, as relações espaço-temporais também exercem sua influência na (res)significação dessa(s) história(s) e na (re)construção dessa(s) memórias, pois, mesmo que sejam legitimados os testemunhos de sobreviventes do acontecimento histórico, é inalcançável a verdadeira história do passado. Trata-se, mais uma vez, de versões da história e da memória (KRÜMMEL, 2019), e, assim, “[...] a memória e o esquecimento se ajeitam nas versões que são um modo de se poder conviver com as muitas maneiras como o sujeito se diz naquilo que ele conta, e que o conta” (ORLANDI, 2017, p. 329).

Então, com vistas à (res)significação dessa(s) história(s) e na (re)construção dessa(s) memórias, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, em seu espaço digital, explicita a importância de legitimidade dessas histórias e memórias, constituindo um lugar de escuta e de registro desses testemunhos, que podem ser acessados pela subseção “Depoimentos”, conforme pode ser observado na imagem a seguir.

Imagem 35 – Subseção *Depoimentos*



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Quando é construído um percurso em que é dado a ver/ler do/sobre o Holocausto, ao mesmo tempo em que o testemunho legitima a história e a memória do sobrevivente, nessas narratividades são tecidos sentidos que vão muito além de nossa compreensão, porque não

ocupamos essa posição de sobrevivente (KRÜMMEL, 2021). Ademais, os sentidos “[...] erram no duplo sentido, porque não representam modelarmente e porque se movimentam, circulam. Em uma palavra: desorganizam” (ORLANDI, 2008, p. 26). Esses testemunhos também são lugares de memória (NORA, 1993) e constituem, muitas vezes, uma forma de apagar as lacunas da história, inserindo nessa brecha algo que não estava inscrito, mas que ressurgiu e emerge na/pela memória discursiva.

São as testemunhas que corroboram para a tentativa de construção de algo que não está – e que nunca estará – finalizado, pois, como reitera Levi (2004), as “[...] verdadeiras testemunhas dos horrores padeceram, mas são lembradas pelos sobreviventes que falam por elas para que não sejam esquecidas juntamente com o acontecimento”. Conforme já atestei (KRÜMMEL, 2019), os testemunhos, tanto quanto puderem ser ouvidos, registrados, expostos, estudados, etc., constroem redes de sentidos que, no espaço digital dessa instituição, apontam para o funcionamento digital dessa memória e também da história, em suas constantes tensões, porque essas versões apontam, inclusive, para um imaginário acerca do acontecimento histórico: o sujeito sobrevivente, na posição de testemunha, por meio do seu discurso testemunhal (o testemunho), produz um “[...] efeito de memória” (COURTINE, 1999).

Nesse limiar, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR disponibiliza alguns desses testemunhos para fomentar o seu principal objetivo que é a construção de uma memória da *Shoá*, via personificação. Nesse ínterim, conforme já afirmei em outro momento,

[...] pela narração – pelo ato mesmo de testemunhar –, o próprio gesto interpretativo, pelo viés histórico, auxilia no processo de produção de sentidos, ou seja, há um movimento coletivo de resistência. Há uma necessidade de discursivizar para que todos saibam; o dizer, o narrar, o explicitar é um imperativo ao sujeito que viveu tais práticas sociais. É preciso ouvir e deixar serem ouvidas essas vozes que, insistentemente, foram jogadas ao esquecimento, mas que permaneceram, por meio de sua memória, concretizadas no discurso, significando (KRÜMMEL, 2019, p. 186).

Sendo assim, para os sobreviventes (nessa posição-sujeito de testemunha), permanecer vivo é resistir. As suas narrativas demandam um esforço de resistência e sobrevivência, uma vez que “[...] viver o presente é aceitar a contradição de se estar entre o passado e o futuro no mesmo instante paradoxal de ser e não ser mais e, ainda, vir a ser em um outro lugar e tempo” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 25). Ademais, o espaço digital funciona também como um efeito de transbordamento da instituição, como já disse, instaurando um movimento de desfronteirização, sobretudo porque permite a incorporação de mais histórias de sobreviventes (por meio de testemunhos, documentos, fotos, etc.) que imigraram para o Brasil. Com isso, a instituição legítima – ao mesmo tempo – a importância tanto do testemunho quanto da

testemunha, de modo que a personificação da *Shoá* dependa dos testemunhos, das histórias que carregam o nome e o sobrenome daqueles que foram perseguidos ou discriminados pelos nazistas ou por seus colaboradores durante os anos de 1933 e 1945 (sem, necessariamente, terem passado pela Segunda Guerra Mundial, pelos guetos ou pelos campos de concentração).

À vista disso, é necessário lembrar que o discurso da história está sempre atravessado por sentidos moventes, sujeitos à atualização. A própria historiografia recorre a múltiplos procedimentos semióticos com intuito de renovar as suas práticas. Assim como assinalou De Certeau (2002, p. 51, grifo do autor), “[...] ela mesma se lhe oferece como um objeto, na medida em que constitui um *relato* ou um discurso próprio”. Assim, ao contrário do que é experimentado na contemporaneidade – por muito tempo – a história deixou à margem muitos dos relatos, porque eles ameaçavam essa linearização pretendida dos fatos do passado. Nesse caso, os testemunhos dos sobreviventes, ao serem expostos pelo museu – independentemente de seu espaço –, fortalecem ou mesmo debilitam a história que, mesmo institucionalizada, nunca ultrapassa o *status* de uma versão.

Os testemunhos, nessa direção, funcionam e produzem sentidos conjuntamente, auxiliando na/para a construção da memória da *Shoá*, dado que as lembranças podem reconstituir os sentidos ou significados sobre o passado por meio de uma rede que instaura a coletividade. Enquanto “lugar de memória”, o museu, então, constrói uma memória a partir daquilo que não está necessariamente inscrito na história, “[...] mas que pode ressurgir pela memória discursiva, justamente a partir de testemunhos que estabelecem sentidos na memória coletiva sobre o Holocausto e constroem um imaginário sobre esse acontecimento histórico” (KRÜMMEL, 2019, p. 85), o que também configura uma versão.

Além dos vídeos com testemunhos, conforme destaquei brevemente, quaisquer tipos de documentos que tenham alguma relação com o sobrevivente podem ser enviados ao Museu do Holocausto de Curitiba – PR, conforme pode ser observado na imagem abaixo, que compreende um recorte da subseção “Registro de Sobrevivente”.

Imagem 36 – Subseção *Registro de Sobrevivente*

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL Modelo S. C. 139

FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Lilly Korper de Zunsztern

Admitido em território nacional em carácter **PERMANENTE**

Nos termos do art. 9 letra — do Dec. Lei 7967 de 18-9-45

Lugar e data de nascimento Berlin 30-3-1925

Nacionalidade boliviana Estado civil casada

Filiação (nome do Pai e da Mãe) Max Korper e Rosa Einhorn

Profissão D. domesticas

Residência no país de origem Empilio Gonzales 3350

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS	<u>Tomy</u>	<u>6 anos</u>	<u>masculino</u>
	_____	_____	_____
	_____	_____	_____
	_____	_____	_____

Passaporte n. 207 expedido Polícia de La Paz na data 30-1-1953

Consulado Geral do Brasil em \_\_\_\_\_



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Com isso, no espaço digital, é instaurada uma rede colaborativa que excede todos os limites que tradicionalmente foram impostos aos museus em sua história de constituição. Trata-se também de um espaço de compartilhamento em que os sobreviventes, sob a mediação de um familiar, de uma pessoa próxima ou mesmo de um profissional vinculado ao museu, pode submeter o testemunho, tornando visível a sua história. Em razão disso, os registros da história e da memória do passado podem ser anexados/arquivados por meio de um “clique”, funcionamento que aponta para o fato de que “[...] toda história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo” (LE GOFF, 1996, p. 51).

Definitivamente, isso mostra que o tempo não é mais compreendido na sua linearização cronológica, posto que é significado em sua espacialidade e promove um redimensionamento do homem e do espaço (DARÓZ; SOUSA, 2019). A contemporaneidade, nessa relação entre as instituições museológicas – físicas ou digitais –, comporta outras configurações de tempo e de espaço, nesse caso em função das novas tecnologias que emergem, colocando “[...] o tempo em uma rede de atualizações, repetições e rupturas des-fronteirizadas” (DARÓZ; SOUSA, 2019, p. 134).

O espaço digital rompe com a restrição imposta pelo acesso a determinados acervos, tais como explicitarei. Entendo, por tudo isso, que a musealização compreende um processo

estritamente relacionado à pesquisa, à comunicação e à preservação. Dessa maneira, os acervos museológicos que são disponibilizados virtualmente abarcam os acervos arquivísticos digitalizados desde que os documentos expostos não sejam apenas pesquisados ou preservados: é o digital que exige o empreendimento de estratégias que possam contribuir para que eles apresentem outros modos de arranjo nesse outro espaço. Não obstante, por meio desses procedimentos, sobretudo em função de o Museu do Holocausto de Curitiba – PR receber doações (tais como os testemunhos de sobreviventes), os documentos não constituem representações fiéis ou neutras e autênticas de um fato, mas uma construção, um produto decorrente de escolhas e interpretações (LE GOFF, 1996).

Frente às discussões empreendidas, o processo de interlocução pretendido por essa instituição explicita como são primordiais as visitas em seu(s) espaço(s). É a partir disso que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR pode cumprir, definitivamente, com o objetivo de “educar para que não se repita”, já que promove em seu espaço físico, por exemplo, visitas guiadas nas quais é construído um discurso da *Shoa*. Nesse viés, passo imediatamente para a próxima subseção apresentada em seu *site*, “Visitas”, que encaminha para outras três subseções, a saber: “Agendamentos”, “Making Of” e “Avaliação Trip Advisor”.

Imagem 37 – Seção *Visitas*



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.



Nessa seção, são disponibilizadas algumas informações sobre o funcionamento das visitas ao museu, sejam elas guiadas ou não. Além disso, é demarcado pela instituição que o acesso às suas dependências é público e gratuito, com restrição apenas à entrada de crianças menores de 12 anos. É interessante destacar também como há uma especial atenção à acessibilidade, visto que são mencionadas algumas características do espaço físico, tais como as rampas para o acesso aos núcleos que fazem parte da instituição e a possibilidade de utilização de cadeiras de rodas (quando solicitadas com antecedência). Não obstante, na referida seção, são elencadas algumas normas para a visita, dentre as quais destaco a restrição à prática fotográfica ou à prática de filmagem no interior das dependências do Centro Israelita.

Nas subseções “Agendamento”, “Making Of” e “Avaliação Trip Advisor”, por sua vez, conforme seguem as imagens, a instituição disponibiliza uma plataforma para acesso ou cadastro do usuário e um arquivo fílmico sobre a organização de uma determinada exposição, organizada pelos profissionais que atuam junto ao museu, assim como uma plataforma de avaliação do visitante.

Imagem 38 – Subseção *Agendamento*

**Todas as visitas são gratuitas**

Tipo do grupo \*

- Grupo Pequeno (1 a 15 pessoas)
- Grupo Grande (21 a 45 pessoas)
- Grupo Escolar (1 a 45 pessoas)

Guia \*

Não

---

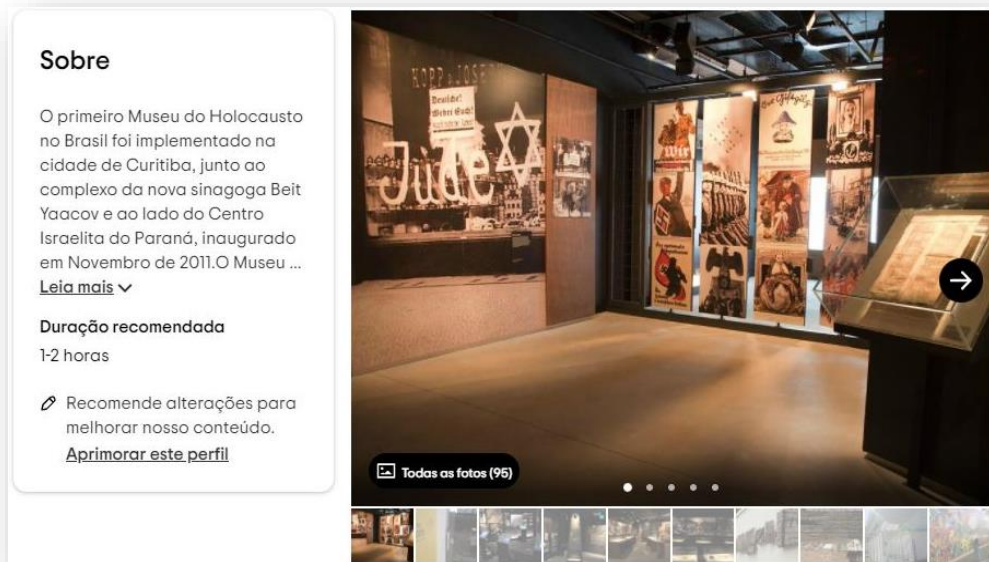
Clique em um dia/horário disponível para selecionar a data da visita

Hoje     Disponível     Esgotado     Fechado

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

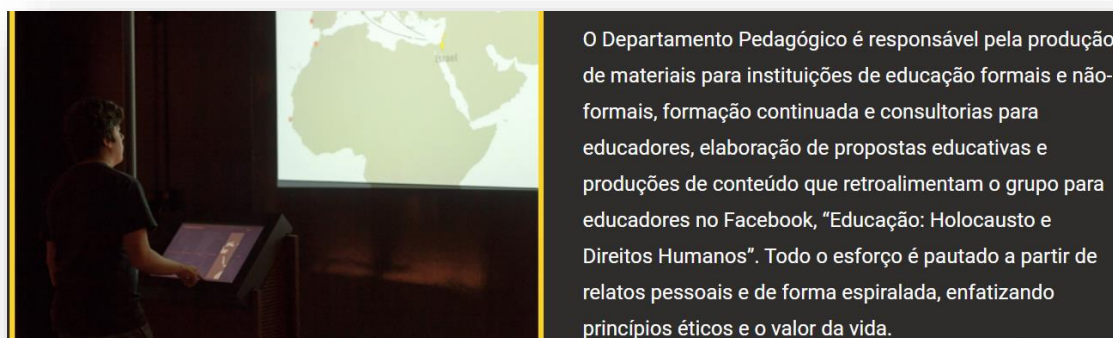
Imagem 39 – Subseção *Making Of*

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 40 – Subseção *Avaliação Trip Advisor*

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Nesse percurso de visitação, a seção “Educação” é a próxima a ser acessada, encaminhando para as subseções “Cursos”, “Material para Educadores” e “Exposições”. Detenho-me um pouco na primeira delas, conforme a imagem a seguir.

Imagem 41 – Seção *Educação*

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Conforme Krümmel e Venturini (2022), o Museu do Holocausto de Curitiba – PR apresenta uma nova forma de abordagem do acontecimento histórico com vistas à construção de uma memória. Nesse limiar, apesar de todas as mortes, essa instituição empreende o desvencilhamento desse modo de representação do passado em detrimento do processo de “personificação” da *Shoá*. Nessa direção, com seu projeto educativo, “[...] a legitimidade e a importância atribuídas aos sujeitos que vivenciaram o Holocausto e permanecem vivos [...] contribuem com a (re)escrita dessa história, que significa diferentemente na atualidade” (KRÜMMEL; VENTURINI, 2022, p. 47), produzindo perspectivas de um devir mais comprometido com as práticas sociais.

Especificamente nessa seção, por meio do espaço digital, os professores podem acessar um guia educativo com inúmeras dicas e considerações metodológicas que fazem parte desse acervo da instituição, incluindo algumas sugestões de atividades a serem desenvolvidas com crianças e jovens em sala de aula, o que pode colaborar para “[...] sensibilizar o público para os perigos universais de racismo, ódio, intolerância e indiferença” e “[...] promover o respeito e a diversidade de toda vida humana” (MUSEU DO HOLOCAUSTO). Conforme complementam Krümmel e Venturini (2022, p. 40): “[...] o projeto educativo do Museu do Holocausto de Curitiba – PR compreende um processo de reumanização necessário das vítimas – assim como dos perpetradores dessa memória”, já que “[...] os testemunhos promovem, na incidência do passado no presente, a obrigação moral e o desejo de testemunhar, sinalizando que, apesar do sofrimento”, para eles, a possibilidade de recomeço é marcada pela felicidade.

Em função da preocupação com a educação da *Shoá*, calcada em uma perspectiva histórica, alguns materiais são desenvolvidos pelos profissionais que atuam na área pedagógica da instituição, sendo repassados para os educadores que se interessarem em trabalhar com as

temáticas que são abordadas pela instituição. Por essa razão, a subseção “Material para Educadores” apresenta alguns materiais que, quando requeridos, são disponibilizados pelo Museu do Holocausto de Curitiba – PR, conforme ilustrado nas imagens que seguem.

Imagem 42 – Subseção *Cursos*



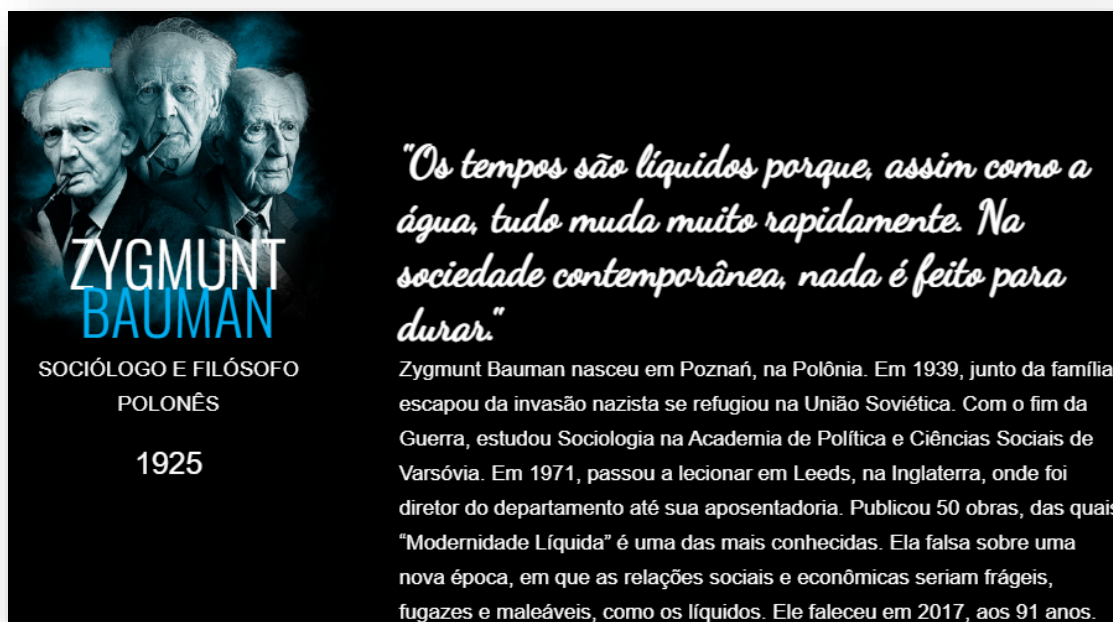
Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 43 – Subseção *Material para Educadores*



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Além disso, a seção “Educação”, conforme mencionei, ainda encaminha para uma última subseção: “Exposições”.

Imagem 44 – Subseção *Exposições*

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Por meio desse percurso de visitação virtual, percebo como há uma profusão de recursos digitais disponíveis. Os acervos digitais, por exemplo, funcionam em sua imaterialidade e produzem efeitos nos seus visitantes sob uma “[...] ilusão de sentidos ali inscritos” (DARÓZ; SOUSA, 2019, p. 37). Em outras palavras, são duas formas de significação por meio das quais as exposições produzem sentidos a partir do sujeito que assume a posição de visitante e acessa o *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Esses arquivos disponibilizados, em ambos os espaços, contudo, são acessados de maneiras distintas. No caso do espaço digital, há um público imaginário que pode percorrer um caminho (sobre)determinado. Há, como já destaquei, um trabalho ideológico na instituição, visto que a sua política vislumbra linearizar determinados sentidos que são regularizados por uma memória do dizer em relação ao que o visitante pode/deve ver/ler e, conseqüentemente, ao que o visitante pode/deve esquecer.

Nessas exposições, ainda que sejam disponibilizadas apenas algumas imagens no/pelo espaço digital, percebo como o discurso museológico está fundado em um passado (que é determinado) interpretado no presente, com vistas ao devir. A exemplo da exposição “Tão somente crianças – Infâncias roubadas no Holocausto”, o passado assume importância imperativa, já que a sua incidência no presente (porque esse sujeito visitante está materialmente localizado no presente), exerce a necessidade de tomada de posição diante da organização desse tempo pelo intradiscursos, apontando para aquilo que pode/deve ser lembrado e/ou aquilo que

pode/deve e ser esquecido. Por isso, concordo com Venturini (2009, p. 40) quando a autora parte da compreensão do museu como lugar de memória, assim como postulou Nora (1993), mas desloca essa concepção, definindo-a “[...] como dispositivo que organiza a repetição e as lembranças do passado”.

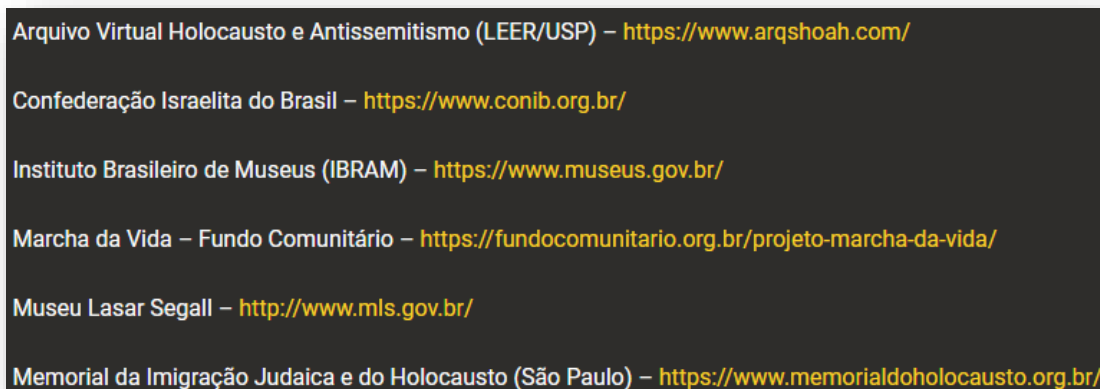
Por conseguinte, para dar segmento à incursão empreendida, a próxima seção a ser visitada é intitulada “Biblioteca”. Com o acesso à “Biblioteca Marian Grynbaum Burstein”, conforme pode ser observado na imagem que segue, são sugeridos alguns livros (leitura infanto-juvenil) que mantêm alguma relação com a temática do Holocausto. No entanto, no/pelo espaço digital, esse acervo não pode ser acessado, visto que demanda a visita ao espaço físico da instituição, mediante agendamento prévio.

Imagem 45 – Seção *Biblioteca*



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Não obstante, na subseção “Links”, o *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR apresenta uma série de endereços eletrônicos que podem ser consultados. Por meio deles, o sujeito visitante é direcionado para outras plataformas virtuais, outros *sites* de instituições, tais como museus e memoriais, a exemplo do Museu Judaico de São Paulo e o *Anne Frank House Museum from Holand*.

Imagem 46 – Seção *Biblioteca*

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Já na seção “Imprensa”, o *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR disponibiliza ao sujeito visitante algumas formas de contato com a instituição, por meio das quais é possível obter maiores informações, entrevistas, materiais, bem como fotos que fazem parte de seu acervo, conforme a imagem a seguir.

Imagem 47 – Seção *Imprensa*

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Em sua subseção, “Museu na Mídia”, pode ser observado como o Museu do Holocausto de Curitiba – PR seleciona e apresenta alguns arquivos que foram veiculados pela mídia, cedendo espaço ao discurso em circulação sobre a instituição.

Imagem 48 – Subseção *Museu na Mídia*

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Por fim, na última seção apresentada no *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, “Campanhas”, estão vinculadas as subseções “Amigos do Museu”, “Entre Aspas” e “Sobrevivente”<sup>58</sup>. Na primeira delas, conforme a imagem abaixo, o sujeito visitante pode realizar doações à instituição.

Imagem 49 – Subseção *Amigos do Museu*

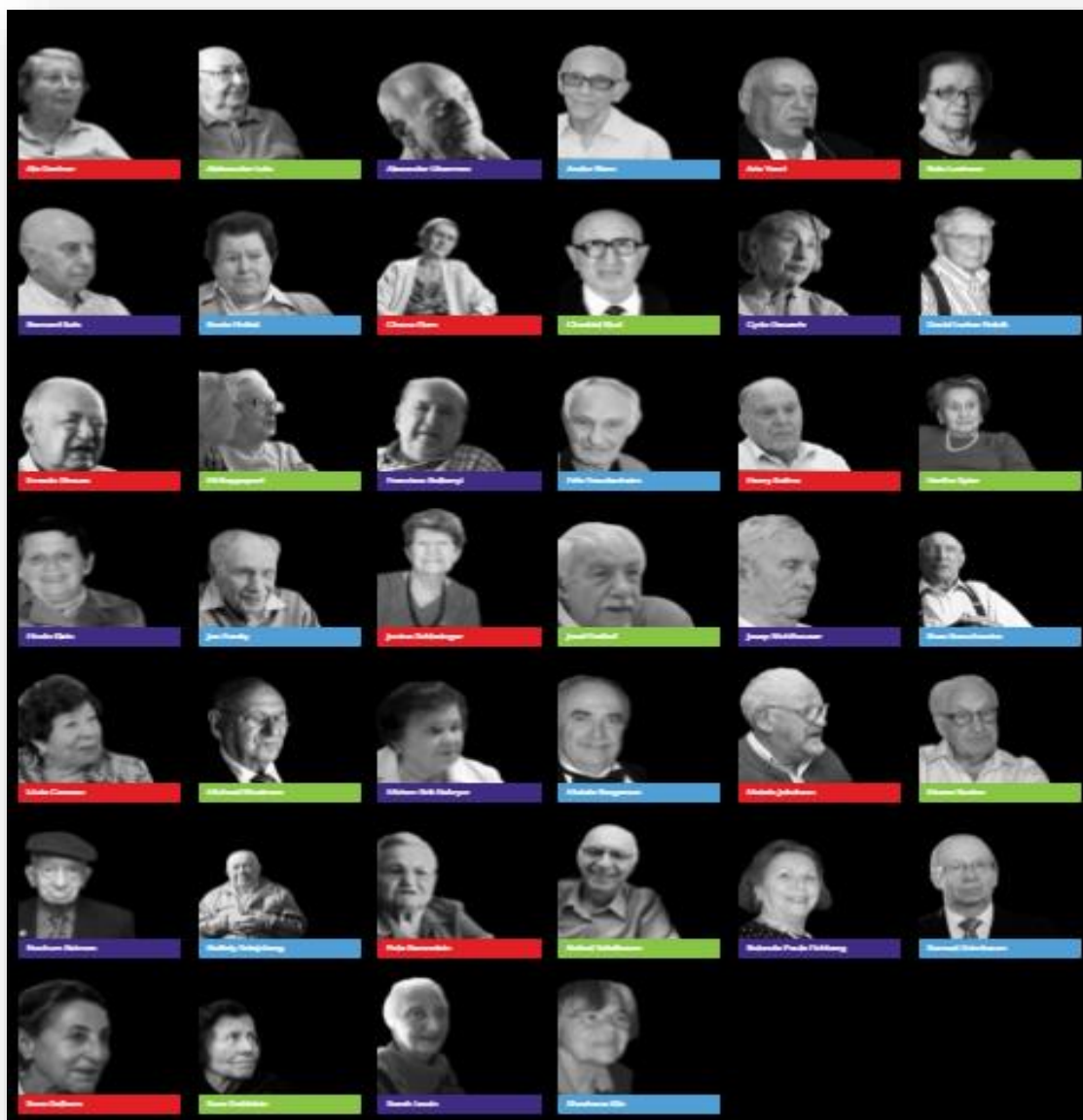
Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

<sup>58</sup> Não apresentamos nenhuma consideração ou recorte sobre essa subseção porque nas condições de produção da escrita, à época, seu acesso estava indisponível no *site*.



Por sua vez, a segunda subseção apresentada, “Entre Aspas”, possibilita ao sujeito visitante acessar integralmente todos 40 testemunhos de sobreviventes que fazem parte da Exposição Itinerante “Entre Aspas”.

Imagem 50 – Subseção *Amigos do Museu*

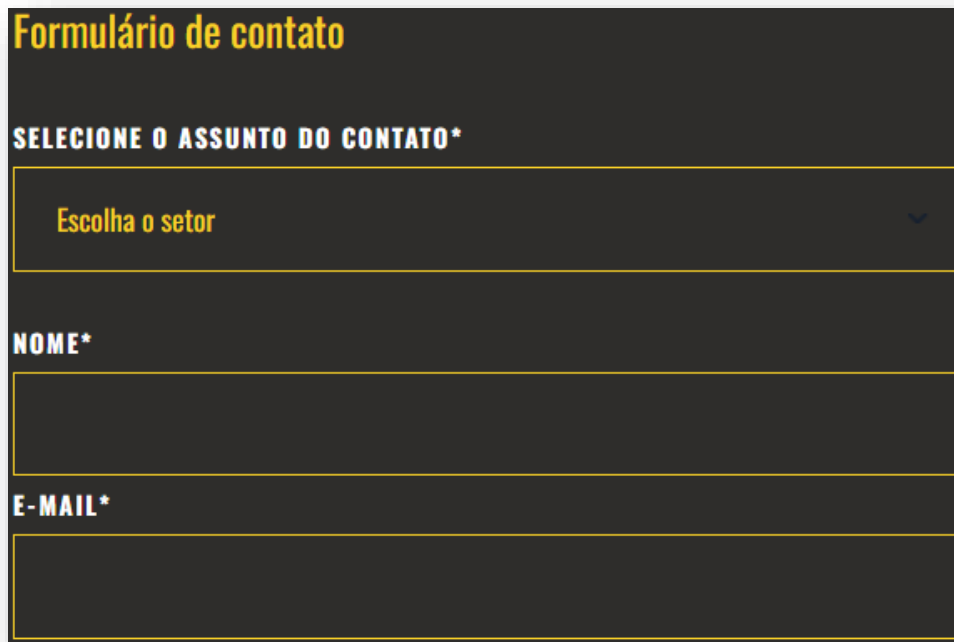


Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Finalmente, ao final desse percurso de visita virtual, é apresentada a seção “Contato”, que funciona como uma forma de interlocução com a instituição, como se figurasse enquanto mediadora, ainda que esse processo esteja atravessado, como já disse, por uma voz

institucional que também define, por meio de sua política, de que forma essas dúvidas e/ou questões serão “respondidas”.

Imagem 51 – Seção *Contato*



**Formulário de contato**

**SELECIONE O ASSUNTO DO CONTATO\***

Escolha o setor

**NOME\***

**E-MAIL\***

Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto, Curitiba – BR.

Indubitavelmente, nessas travessias virtuais pelo espaço digital do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, há uma possibilidade de compreender como se dá a constituição discursiva e política dessa instituição. Pelo “efeito de estruturação” no espaço digital – nesse outro lugar –, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR também consegue institucionalizar uma memória do/sobre o acontecimento histórico. Entretanto, é pelo “efeito de estruturação”, devido ao modo como a instituição é dada a ver/ler no espaço digital, constituindo saberes na/para a posição-sujeito de visitante, que os sentidos produzidos provavelmente não correspondem àqueles que podem emergir em uma incursão ao espaço físico, uma vez que consiste em uma outra experiência de interlocução.

A tecnologização de um museu, no espaço digital, promove diversas derivações na institucionalização museal. Está vinculada uma – outra – representação do museu que é determinada pelo modo como se dá o processo de interlocução com quem assume a posição-sujeito de visitante. Nesse “efeito de estruturação” se dá também o atravessamento da voz institucional que determina o que está ao alcance do visitante, isto é, o que pode/deve ser

acessado. Em outras palavras, não há garantias de que o espaço digital do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, assim como dos demais museus sobre os quais houve uma incursão, esteja diretamente relacionado ao modo como esse lugar é constituído e organizado em seu espaço físico, embora possa funcionar como um efeito de transbordamento da instituição que se dá, justamente, no/pelo digital.

Nesse limiar, pela perspectiva discursiva, ancorada em Pêcheux ([1988] 1990), Orlandi (2010, p. 7) assevera que há um deslizamento de algumas noções que podem ser mobilizadas quando considerado o espaço digital. A partir de um efeito metafórico mobilizado pela autora, compreendo que não falamos mais em “usuário”, mas em “sujeito”; não falamos mais “navegávamos”, mas “percorríamos relações”; não falamos mais em “dados”, mas em “fatos de linguagem”; não falamos mais em “interação”, mas em “gestos de interpretação”; não falamos mais em “transformações”, mas “derivações”; não falamos mais em “informações”, mas em “sentidos”; não falamos mais em “formato de texto”, mas em como “discursos são textualizados nas diferentes materialidades significantes”, tais como os textos verbais, as imagens, os sons e os vídeos.

De fato, observo esse movimento e parto dele para compreender como os museus são textualizados no/pelo espaço digital, por meio de diferentes materialidades significantes e como, da posição-sujeito de visitante, podem ser percorridos trajetos virtuais no/pelo espaço digital, considerados os gestos de leitura e de interpretação empreendidos. Ao mesmo tempo em que se textualizam, os museus apontam para os sentidos e para as marcas de textualização que constituem esse discurso digital (DIAS, 2016) ou discurso eletrônico (ORLANDI, 2010). É também pelo “efeito de estruturação” que o político pode ser pensado na (des)ordem do Museu do Holocausto de Curitiba – PR em seu espaço digital, dado que é pela política que se pode também começar a (des)ordem social (RANCIÈRE, 1996), produzindo perspectivas de um presente e de um devir que sejam mais comprometidas com as práticas sociais.

Não obstante, é pelo “efeito de estruturação” dessa instituição que há um movimento de alteração que sustenta a política museal e provoca a emergência do político, sobremaneira pela legitimidade conferida aos testemunhos de sobreviventes do acontecimento histórico. Nesse viés, são colocadas em circulação estruturas de aparente estabilidade lógica (PÊCHEUX, [1969] 1993), as quais estão expostas à interpretação a partir das diferentes formações ideológicas que estão atravessadas nas diferentes posições-sujeito assumidas por visitantes que, por sua vez, se identificam com uma determinada formação discursiva. Em cada incursão que se dá no/pelo digital, há a produção de um novo movimento pelo interdiscurso que permite aos visitantes se defrontarem com o real (PÊCHEUX, [1969] 1993).

Esse lugar de memória (NORA, 1993) está tensionado pelas relações de poder (CHAGAS, 2002), pois, mesmo com a construção de efeitos de verdade, essas evidências podem ser desfeitas. Ainda que o museu vigie e seja vigiado (CHAGAS, 2002), há reconstituições do real justamente no/pelo olhar do visitante que (re)produz e (re)ordena sentidos, em um jogo simbólico causado pelo “efeito de estruturação” da instituição que “[...] faz ver o que não cabia ser visto antes” (RANCIÈRE, 1993, p. 42), constituindo versões da(s) história(s) e da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto e determinando, institucionalmente, o que pode/não pode ser lembrado e o que pode/não pode ser esquecido, “[...] tecendo redes de significação pelo fio do discurso, [...] que sejam capazes, ao menos, de provocar a inquietação diante do devir” (KRÜMMEL, PETRI; 2020, p. 59).

## QUARTA TRAVESSIA

### 4 ENTRE O DISCURSO MUSEAL E O DISCURSO TESTEMUNHAL: A (RES)SIGNIFICAÇÃO DA(S) HISTÓRIA(S) E A (RE)CONSTRUÇÃO DA(S) MEMÓRIA(S) DO/SOBRE O HOLOCAUSTO

A que distância ficam aquelas montanhas azuis? Quão ampla é a planície que se estende na luz brilhante do sol de primavera? Um dia de marcha, para pés livres. Uma hora a cavalo, em trote rápido. Para nós é mais longe, muito mais longe, infinitamente longe. Aquelas montanhas não são deste mundo, não do nosso mundo. Pois entre nós e as montanhas há os fios.

Nosso anseio, a batida selvagem dos nossos corações, o sangue que corre na cabeça, de nada adianta. Afinal, entre nós e a planície há os fios. Duas carreiras de fios, sobre os quais brilham suaves lâmpadas vermelhas, como sinal de que a morte nos espreita, a todos nós que estamos presos aqui neste quadrado de duas carreiras de fios de alta tensão e um muro alto, branco.

Sempre a mesma imagem, sempre a mesma sensação. Ficamos nas janelas de nossos blocos ansiando pela sedutora distância e nosso peito ofega de tensão e impotência. [...] Eu me debruço para fora da janela quando anseio pela liberdade distante [...] (WIND, 2019, p. 7-8)<sup>59</sup>.

A que distância ficam aquelas montanhas azuis? Talvez, essa pergunta tenha perpassado muitos dos questionamentos das vítimas do Holocausto quando, nos campos de concentração, naquela “[...] terra que jazia a frieza da morte” (WIND, 2021, p. 9), tentavam compreender o que estava acontecendo, mirando o horizonte e ansiando pela liberdade que nunca puderam usufruir. Mesmo após esse genocídio, os sobreviventes passaram a experimentar uma nova tensão que se instalou devido à condição de testemunha. É no/pelo testemunho que são (re)produzidos os sentidos acerca do que “[...] pode acontecer quando o preconceito e o ódio imperam em uma sociedade” (WIND, 2021, 17).

Cercados, “[...] os judeus tinham a ilusão de que talvez tudo não fosse tão ruim, que tinham sido retirados da sociedade, mas em algum momento retornariam de seu isolamento” (WIND, 2021, p. 10). Infelizmente, eles nunca voltaram. Pelo menos não da forma com que sonharam. Quem saiu, esqueceu de apagar as luzes. O brilho, mesmo tímido, dessa retomada

---

<sup>59</sup> Este é um trecho de “Última parada: Auschwitz: meu diário de sobrevivência”, de Eddy de Wind (2019), o único relato escrito por um sobrevivente do Holocausto ainda dentro do campo de extermínio da Alemanha Nazista, na Segunda Guerra Mundial.

da(s) palavra(s) carrega a lembrança e (re)produz a (in)certeza de que esse acontecimento histórico não sustentou vencedores e/ou vencidos, mas vítimas. Na Alemanha, uma canção muito popular começava assim: “Quando a guerra acabar / E a gente de novo para casa voltar”. Ninguém retornou ao mesmo lugar. Ninguém partiu do mesmo lugar. Auschwitz, que era “[...] apenas uma palavra sem conteúdo, nem bom nem mau” (WIND, p. 13), está travestida agora com sentidos manchados pela violência simbólica de um acontecimento que ritualizou a passagem do ser humano para a condição de prisioneiro e, mais tarde, para a condição de sobrevivente – que não deixa de ser um prisioneiro que remenda, pelos retalhos do passado, o tecido da memória.

Saíram e esqueceram de apagar as luzes. “Nos campos de concentração, uma pessoa podia viver várias horas felizes por dia. Então, as lâmpadas eram apagadas, a energia desligada e os fios cortados” (WIND, 2021, p. 36). Após tanto ler e ouvir sobre os testemunhos dos sobreviventes, o que ressoa para mim são os desejos de que essa luz fosse apagada. “A vida é um círculo que consiste em dois períodos: do gongo matinal ao gongo noturno e do gongo noturno ao gongo matinal, e quando soa o gongo matinal, os sentidos se tornam vívidos e a alma é acorrentada” (WIND, 2021, p. 36). Embora, no Museu do Holocausto de Curitiba – PR, os sobreviventes do acontecimento histórico discursivizem a necessidade de (re)dizer sobre o que aconteceu e, sobretudo, de alertar para o potencial de repetibilidade desse passado, as luzes não foram apagadas. Penso que nunca houve uma libertação: uma vez proibida a vida, o que restou é uma sobrevida.

Não esqueço que, para os alemães, “[...] a palavra deveria substituir a realidade” (WIND, 2019, p. 50). Se o testemunho, assim como afirma Levi (2004), é uma forma de resistência, embora as luzes insistem em produzir seu brilho, é necessário usar da palavra para provocar outros efeitos de sentido na/para a realidade, isto é, na/para as práticas sociais, de modo a (re)organizar as narratividades que foram interditas devido às insurgências de um silenciamento duplamente violento: tanto das vítimas que, por medo, não quiseram dizer o que aconteceu, quanto dos perpetradores que, em uma estratégia de negação, tentaram impedir que o acontecimento viesse a se inscrever na história.

Reside em cada testemunho apresentado pelo Museu do Holocausto de Curitiba – PR os desejos de que nenhum outro ser humano seja transformado em sobrevivente, pelo menos não da forma com que eles foram. Em alguns testemunhos, como sublinham Wind (2021) e Levi (2004), ser sobrevivente já demanda muito esforço. À vista disso, retomo o que afirma Le Goff (1996, p. 477): “[...] a memória, onde cresce a história [...] procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a

libertação e não para a servidão dos homens”. Nessas testemunhas e em seus testemunhos, está em funcionamento “[...] a subjetividade e a sua relação com a memória por meio da discursivização do lembrar” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 21). “Somos condenados a viver o presente, nos diz o tempo”, ao passo que a Análise de Discurso nos diz que [...] somos condenados a interpretar” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 21).

É a partir disso que, em minhas travessias pelos corredores da memória, trilho uma vereda em direção ao que dizem os sobreviventes do Holocausto. Para tanto, selecionei três dos testemunhos que são apresentados pelo Museu do Holocausto de Curitiba – PR, em seu espaço digital, todos transcritos e apresentados na íntegra, sem quaisquer alterações. Em meus critérios teórico-metodológicos, priorizo a categoria de tempo e como está posta em relação ao passado, ao presente e ao devir (ROBIN, 2016; VENTURINI, 2017; LEVI, 2004). Com isso, apresento os testemunhos dos sobreviventes e proponho reflexões nas quais incidem, por exemplo, as noções de sujeito, de ideologia, de discurso, de efeitos de sentido e de formações discursivas (PÊCHEUX, [1988] 1990, [1975] 1997, [1983] 1999; ORLANDI, 2009, 2012, 2017).

Além disso, considero outro critério teórico-metodológico que é imbricado pela relação do eu com o outro (ORLANDI, 2017). Essa relação é pensada tanto na interlocução do sujeito-visitante com os testemunhos de sobreviventes do Holocausto quanto na relação do eu-sobrevivente com o outro, nas narratividades, como aquele alimenta, que salva, que abriga. Nesse limiar, observo como os testemunhos de sobreviventes corroboram na/para a (re)significação da(s) história(s) e para a (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto.

#### 4.1 TESTEMUNHAS E TESTEMUNHOS EM EVIDÊNCIA: A(S) HISTÓRIA(S) E A(S) MEMÓRIA(S) NA/PARA A PRODUÇÃO DE (EFEITOS DE) SENTIDO

Imagem 52 – Testemunho de Sara Goldstein



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

**(00:00:09) DESCRIÇÃO:** *As lembranças de Sara do início da guerra estão marcadas pelo medo. Era setembro de 1939 quando os alemães invadiram a cidade de Wadowice.*

**(00:00:17) SARA:** *No dia em que estourou a guerra, foi um rebuliço, medo,*

**(00:00:23) SARA:** *muito exército, muitas sirenes de bombardeio.*

**(00:00:29) SARA:** *Já estavam bombardeando e a gente ficou com muito medo.*

**(00:00:33) DESCRIÇÃO:** *A sinagoga da cidade foi bombardeada, a sua família expulsada de casa. Sara primeiramente trabalhou como doméstica e depois numa fábrica de uniformes alemães. Em maio de 1943, ela foi levada para o campo de trabalho de Gabersdorf, na Tchecoslováquia.*

**(00:00:47) SARA:** *Eram barracos já com 300 moças trabalhando,*

**(00:00:53) SARA:** *pegado a uma fábrica de fiação movida a carvão.*

**(00:00:59) SARA:** *Lá já tinha lugares esperando por nós – as beliches,*

**(00:01:04) SARA:** *sempre numa cama pequena para duas.*

**(00:01:08) SARA:** *Eu e minha amiga Mariana recebemos uma.*

**(00:01:11) SARA:** *Tinha uma cozinheira no campo, inclusive tinha lá uma cozinheira*

**(00:01:17) SARA:** *moça muito decente*

**(00:01:20) SARA:** *Ela viu o meu estado, porque eu fiquei muito doente no fim da guerra.*

**(00:01:25) SARA:** *e ela me deixava num lugarzinho uma panela com sopa.*

**(00:01:30) SARA:** *Ela se chamava Hania Tafet, e me salvava mesmo, realmente.*

**(00:01:41) SARA:** *Me deixava comida, porque eu fiquei com febre muito alta*

**(00:01:45) SARA:** *e não se sabia bem por que.*

**(00:01:49) DESCRIÇÃO:** *Sara conseguiu sobreviver nesse campo até o final da guerra.*

Nesse testemunho, assim como nos demais, que discursivizam sobre o que é uma catástrofe histórica, está em funcionamento uma complexa política de memória, dado que as



testemunhas se apoiam umas nas outras para que, juntas, possam (re)significar essa(s) história(s) do passado no presente e, com isso, (re)construir essa(s) memória(s) com vistas ao devir, de modo a promover perspectivas mais comprometidas com as práticas sociais. Quando esses testemunhos (re)dizem sobre os embates entre o horror e a possibilidade de sobrevivência, tensionam as redes de significância porque produzem sentidos que não estão estabilizados na construção da história institucionalizada acerca do acontecimento histórico que, conforme menciona Rancière (1994), é sempre contada sob a ótica dos vencedores, em razão de haver uma memória coletiva construída socialmente.

Robin (2016) e Levi (2004), cada um ao seu modo, alertam que é preciso legitimar esse espaço da testemunha. Em sua introdução, aqueles que ocupam essa posição sempre apresentam uma versão (ORLANDI, 1996) e, por isso, devemos tomá-los lembrando que “[...] a imaginação é chamada como arma que deve ir ao auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72). Contudo, emerge um paradoxo, em razão de esses sujeitos serem os únicos que podem narrar sobre os horrores vividos no Holocausto, pois são os “porta-vozes”, embora o seu testemunho sempre constitua apenas mais uma versão possível, como assinala Robin (2016, p. 246-247):

[...] a narrativa dos sobreviventes é esartejada entre uma narrativa não diretiva e espasmos, irrupções de incongruência que são os momentos de verdade. São temporalidades diferentes que se chocam e rangem. Não somente o ato de rememoração, o momento presente que olha para o passado, mas o centro do próprio passado, o antes e o depois, correntes de casualidade, de explicações e descrições; e momentos que estão como fora do tempo, suspensos, que vêm de outro tempo, sem temporalidade, de um absoluto não simbolizável que não possui palavras.

Essa narração, que “[...] se realiza a partir de lembranças, de vivências” (VENTURINI, 2009, p. 80), constituindo o que é o testemunho, é atravessada pelas ausências, pois as temporalidades estão em embate e influenciam no modo como são simbolizadas, no dizer do sujeito, as suas experiências, como aponta Robin (2016). A testemunha, por isso, vai “[...] resistir, hesitar, dizer frases sem sintaxe, voltar sobre suas formulações” (ROBIN, 2016, p. 250). Entretanto, quando esses testemunhos e, principalmente, quando a importância do sobrevivente é legitimada pelo Museu do Holocausto de Curitiba – PR, esses dizeres podem contribuir para a (re)significação dessa(s) história(s) e para a (re)construção dessa(s) memória(s) por meio da “[...] discursivização do lembrar” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 21) que traz o passado para o presente e, nessa incidência, produz efeitos de sentido do/sobre o devir, pois “[...] a materialidade da memória traz os sentidos, presença significativa, significada” (ORLANDI, 2017, p. 287).

À vista disso, o que o testemunho apresentado reforça é que existem sempre versões da história e da memória. Há um constante movimento de (re)tomada da memória do acontecimento que tende a absorvê-lo para que o sujeito que ocupa essa posição de testemunha possa discursivizá-lo. Quando, em sua narração, Sara Goldstein menciona os efeitos das primeiras medidas tomadas pelo Regime Nazista, como em “No dia em que estourou a guerra, foi um reboiço, medo, muito exército, muitas sirenes de bombardeio. Já estavam bombardeando e a gente ficou com muito medo”, leva-nos à leitura de que os efeitos dessas primeiras medidas agem sobre a memória do acontecimento, porque tantos outros sobreviventes testemunham os horrores diante do início das perseguições, das prisões, dos encaminhamentos para os campos de concentração. Por isso, reside sobre o testemunho também “[...] a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ [...] se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas, de efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 52, grifos do autor).

Entendo, desse modo, como é estabelecida uma determinada regularização discursiva que, no entanto, está “[...] sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, quem vem perturbar a memória: a memória que tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se, conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 52). Esse “estouro” da guerra, quando narrado por meio da testemunha, está marcado pelos sentidos do medo. Há um “[...] jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 53), o que institui determinado efeito de regularização, veiculado com os implícitos – “reboiço”, “medo”, “muito exército”, “sirenes de bombardeio” – que se mantêm estáveis por meio de redes parafrásticas nessa integração com o acontecimento.

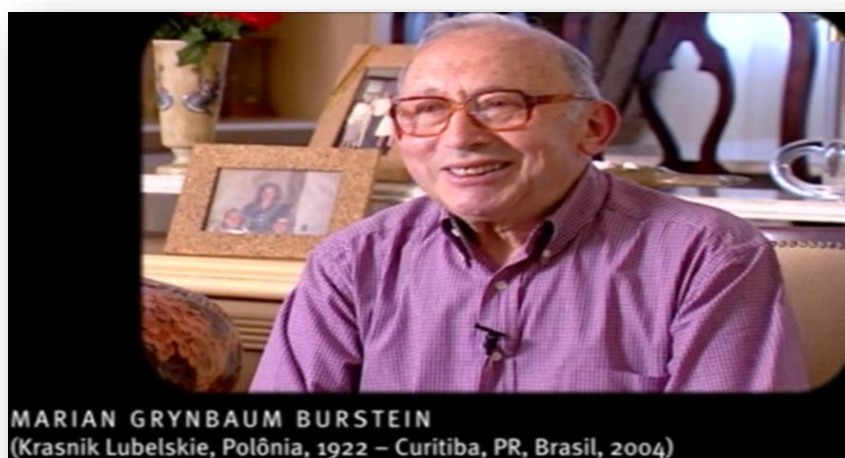
Está em funcionamento a interpelação ideológica, dado que no interior desses sentidos que são emanados pela formação discursiva do Holocausto, o sujeito, na posição de testemunha, por meio do interdiscurso, mobiliza sentidos que são recorrentes em outros testemunhos de sobreviventes (KRÜMMEL, 2019). É por esse trajeto de leitura que afirmo haver versões da(s) história(s) e da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto. Ademais, nesse testemunho, quando é mencionada a importância vital da “panela de sopa”, é simbolizado o ponto crucial entre a vida e a morte, pois esse sujeito, que está na condição de dominado, quase sucumbe à ideologia que lhe é dominante, posto que está fadado à morte.

Esse efeito de sentido é “[...] da ordem da evidência, de uma direção de sentidos proposta pelo discurso dominante em outro momento sócio-histórico” (BRUST, 2017, p. 33). Nessas condições de produção, ele se inscreve em um processo de significação de exclusão

social. É o prisioneiro que padece no espaço que é representado como “[...] uma imagem transformada em ameaça” (FOUCAULT, [1973] 2002, p. 123). Contudo, é salvo e, por isso, essa memória emerge com tanta significância. Entre a vida e a morte estava a “panela de sopa”, objeto simbólico que carrega consigo os sentidos que significam na/para a memória. Muitos outros sobreviventes também foram salvos em condições semelhantes, por esses outros sujeitos – “a cozinheira” – que eram responsáveis pelos cuidados com os prisioneiros feridos e/ou doentes.

Sendo assim, compreendo que essa memória da *Shoá*, construída pelo Museu do Holocausto de Curitiba – PR, está alicerçada nesses discursos *sobre* o acontecimento, por sua vez, constituídos pelos discursos *de* testemunhas. Não deixam de ser versões, como já disse, porque elas compartilham da “[...] repartição das partes e dos lugares se funda na partilha dos espaços, tempos e tipos de atividade que determinam propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte dessa partilha” (RANCIÈRE, 2005, p. 15, grifo ao autor). De fato, nessa instituição, há uma partilha que é sensível em relação ao acontecimento para falar do/sobre o Holocausto, o que coloca em funcionamento, na/pela legitimidade conferida aos testemunhos dos sobreviventes, um “[...] sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (RANCIÈRE, 2005, p. 15, grifos do autor). À vista disso, apresento o próximo testemunho selecionado:

Imagem 53 – Testemunho de Marian Grynbaum Burstein



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

**(00:00:09) DESCRIÇÃO:** *No começo da Segunda Guerra, Marian fugiu da prisão e dos trabalhos forçados e juntou-se a um grupo de partisans.*

**(00:00:14) ENTREVISTADOR:** *Como era o dia a dia dos partisans na floresta?*

**(00:00:23) MARIAN:** *Na floresta...*

**(00:00:24) MARIAN:** *não sei por onde começar...*

**(00:00:30) MARIAN:** *Estávamos escondidos e a noite tínhamos que arranjar comida.*

**(00:00:35) ENTREVISTADOR:** *Como vocês arranjavam comida?*

**(00:00:44) MARIAN:** *Os alemães pegavam contribuições dos camponeses para eles.*

**(00:00:54) MARIAN:** *E nós também pegávamos e deixávamos recibos*

**(00:00:59) MARIAN:** *de que os partisans pegaram*

**(00:01:04) MARIAN:** *então os camponeses não precisavam dar contribuição para os alemães*

**(00:01:07) MARIAN:** *porque já tinham contribuído.*

**(00:01:10) ENTREVISTADOR:** *Dos camponeses?*

**(00:01:12) MARIAN:** *Camponeses.*

**(00:01:15) ENTREVISTADOR:** *Como é que vocês carregavam tudo?*

**(00:01:22) MARIAN:** *Tínhamos carroças, porcos, vacas, tudo.*

**(00:01:24) ENTREVISTADOR:** *E havia mulheres no grupo?*

**(00:01:29) MARIAN:** *Mulheres costuravam de parachutas (pára-quedas) que caíam*

**(00:01:34) MARIAN:** *com eles costuravam cuecas e camisas para nós*

**(00:01:40) MARIAN:** *e serviam como cozinheiras.*

**(00:01:41) DESCRIÇÃO:** *A organização entre os partisans seguia ordens rígidas e uma disciplina militar.*

**(00:01:51) ENTREVISTADOR:** *Como vocês recebiam armamentos?*

**(00:01:54) MARIAN:** *Armamentos eram jogados de parachutes.*

**(00:01:57) ENTREVISTADOR:** *Pára-quedas. Como é que vocês sabiam?*

**(00:02:02) ENTREVISTADOR:** *Que sinais eram esses?*

**(00:02:04) MARIAN:** *Sinais do comando.*

**(00:02:07) MARIAN:** *Não era cada um que podia fazer, era o comando,*

**(00:02:09) MARIAN:** *com rádio – quantos aviões vão mandar,*

**(00:02:15) MARIAN:** *nesse e nesse lugar, que sinal...*

**(00:02:17) ENTREVISTADOR:** *Que sinais faziam?*

**(00:02:19) MARIAN:** *Nós tínhamos que fazer sinal de onde ia jogar,*

**(00:02:22) MARIAN:** *fazíamos fogueira, aí eles jogavam*

**(00:02:25) MARIAN:** *e de manhã nós tínhamos que pegar cavalos e um parachutes.*

**(00:02:35) MARIAN:** *De um para o outro eram quilômetros,*

**(00:02:39) MARIAN:** *não era um só lugar, entende?*

**(00:02:45) MARIAN:** *Com os cavalos tínhamos que recolher*

**(00:02:47) MARIAN:** *e procuramos e juntamos armas russas.*

**(00:02:54) DESCRIÇÃO:** *Marian lutou na resistência até a libertação dos partisans pelo exército russo, ao final da guerra, em 1945.*

De fato, quando o Museu do Holocausto de Curitiba – PR legitima a importância das testemunhas e de seus testemunhos na/para a construção de uma memória da Shoá, conforme objetiva a instituição, emergem essas memórias que foram por muito tempo “clandestinas”. Elas ressurgem como uma forma de protesto contra o tempo linear da história, instituindo sentidos e saberes que foram marginalizados. Deve-se lembrar que a política de extermínio nazista procurou transformar a Shoá em um acontecimento sem rastros. Sendo assim, por meio

desse testemunho, é revelada a constante luta pela sobrevivência. Quando é mencionado por Marian Grynbaum Burstein o dia a dia dos *partisans*<sup>60</sup> nas florestas, entendo que a construção da memória da *Shoá* não pode ser desvinculada das histórias das vítimas, da versão do sobrevivente.

A história institucionalizada é contada sob uma perspectiva crítica, mediante a escolha de fatos que integram o saber histórico, conforme assevera Rancière (1994). Sendo assim, esses testemunhos compreendem os rastros da história que foram desconsiderados em detrimento de outros. Com isso, é a testemunha que tem o papel de reconstruir as lacunas deixadas pela história (FOUCAULT, 1999). Quando mobilizo a noção de saber histórico pela perspectiva discursiva, entendo que há “[...] processos de produção de sentidos, em determinados momentos sociais e históricos, que continuam imaginários” (PETRI, 2017b, p. 81). Sabe-se que, na/pela história, existiram práticas de resistência à ideologia nazista, e o testemunho apresentado pelo Museu do Holocausto de Curitiba – PR é um exemplo disso. A história, por isso, é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, sendo que é “[...] pela noção de historicidade que aquilo que é exterior à língua passa a significar no discurso” (PETRI, 2017b, p. 81).

De certa forma, quando o sujeito que ocupa a posição de testemunha discursiviza sobre as lembranças dos *partisans*, “[...] o rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Essa memória é, então, tensionada pela presença e pela ausência: “[...] presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Ainda que o testemunho sobre as histórias dos *partisans* não seja o único que permite construir uma memória da *Shoá*, a construção desse saber por meio do testemunho legitima a testemunha porque é ela quem auxilia na construção do saber histórico.

Em razão disso, pela visibilidade, pelo espaço e pela possibilidade de escuta do que a testemunha tem a dizer podem ser (res)significadas a(s) história(s) e a(s) memória(s) da/sobre a *Shoá*. Embora sempre constituam uma versão da história e da memória, elas apontam também para os modos pelos quais esse corpo do sujeito, nos *partisans*, se torna errante, deslocado, posto à margem e à deriva, considerados os processos de significação que se dão na/pela língua, porque o corpo também significa discursivamente. Com vistas ao que afirma Venturini (2009, p. 124), percebo que “o real [...] é o impossível de ser dito, de ser representado; só ocorre pela ilusão do sujeito de poder dizer tudo”.

---

<sup>60</sup> Na sua maioria, os *partisans* eram grupos de guerrilheiros judeus que escapavam dos guetos ou dos campos de concentração e formavam os seus próprios grupos de combate em áreas densas de floresta.

Em seu testemunho, o sujeito assume a posição-sujeito de testemunha e, dessa forma, narra o inenarrável. Seu testemunho, por isso, só existe, “[...] sob o signo de seu colapso e de sua impossibilidade” (SELIGMANN-SILVA, 2008, 67). De fato, os sentidos não estão colados somente às palavras. Podem ser construídos também no/pelo corpo. Nesse limiar, a hesitação da testemunha, marcada na escrita pelas reticências, é um exemplo disso. Conforme é visualizado em vídeo, a possibilidade de incompreensão, o riso nervoso, o movimento das mãos e da cabeça, tudo pode significar e produzir outros efeitos de sentido.

É preciso, pois, nomear e mostrar esse sujeito que resistiu e sobreviveu. Se, para Orlandi (2012), a normatização de um mundo logicamente estabilizado começa na relação do sujeito com seu próprio corpo e com aquilo que o cerca, esse corpo, na perspectiva que assumo, é um “[...] corpo falado pelas palavras, pela língua” (FERREIRA, 2013, p. 100), isto é, parte da materialidade que constitui o sujeito na sua relação com a linguagem, com os sentidos, no tempo e no espaço que o situa e condena a (res)significar. Corpo exemplar, mostrado e exposto. Mas, como lugar de inscrição, esse corpo é também polissêmico. Há a errância do corpo e dos sentidos.

O corpo é, em minha leitura, lugar de poder, uma vez que nele são estabelecidas as relações práticas de viver em sociedade: um corpo limite para o poder ilimitado. Esse poder é, sobretudo, poder sobre si, sobre seus gestos. Logo, é propriedade de si, efeito de autonomia, não sendo o corpo do sujeito o lugar do outro. É lugar de dizer, porque dizendo o sujeito significa a si, produz gestos de identificação, assume a sua condição de sujeito e apaga, pela evidência de sua liberdade, a sua ineficácia diante da ideologia que o domina, que o interpela e que o produz. Corpo que também é, como corpo-sobrevivente, lugar de ancoragem do social na/pela trama entre o sujeito e o seu corpo, como único meio que lhe resta naquela condição para resistir, para encontrar o lugar de si. Indivisível. Corpo sem destino certo, dadas as condições de seu isolamento e de sua dominação. Corpo que significa na trajetória dos sujeitos que se mostram e se escondem em sua vulnerabilidade mostrada, evidenciada, mas ilusória. A exposição do corpo vulnerável é, nessa trajetória de si, parte de uma estratégia de dominação que, pretendendo subjugar-lo, lhe permite uma resistência ao avesso – silenciada a voz, significa em silêncio aparente, habitando um corpo que sussurra, que resta. Corpo que insiste em existir e resistir nesse avesso da história, da memória, conforme é observado no próximo selecionado:

Imagem 54 – Testemunho de Marian Grynbaum Burstein



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

**(00:00:09) DESCRIÇÃO:** *Em junho de 1941, os alemães bombardearam a sua cidade natal. No esforço para sobreviver, sua família ficou 495 dias escondida no celeiro da casa de uma senhora tcheca.*

**(00:00:17) BUNIA:** *A sujeira era enorme, não tínhamos como nos lavar,*

**(00:00:21) BUNIA:** *quem é que podia sonhar de escovar os dentes,*

**(00:00:30) BUNIA:** *quem é que podia sonhar de lavar com sabonete as mãos ou o rosto,*

**(00:00:32) BUNIA:** *não existia.*

**(00:00:34) BUNIA:** *Nós ficamos 495 dias naquele buraco.*

**(00:00:39) ENTREVISTADOR:** *Como vocês conseguiam contar os dias?*

**(00:00:43) BUNIA:** *Meu pai marcava dia a dia, tinha um “luach” (calendário judaico)*

**(00:00:51) BUNIA:** *e ele marcava, todo dia ele fazia um risco.*

**(00:00:57) BUNIA:** *E ele marcou todos os dias que nós ficamos lá.*

**(00:01:01) BUNIA:** *A comida, claro, não tinha o que comer, isso não resta dúvida.*

**(00:01:04) BUNIA:** *A tcheca, no fim éramos 12 pessoas,*

**(00:01:10) BUNIA:** *não era fácil ela alimentar tanta gente.*

**(00:01:12) BUNIA:** *Ela fazia uma sopa rala.*

**(00:01:16) BUNIA:** *De manhã ela trazia um pão que era mal assado*

**(00:01:21) BUNIA:** *e isso a gente comia.*

**(00:01:26) DESCRIÇÃO:** *A vida dos resistentes exigia um esforço sobre-humano, dia após dia.*

**(00:01:31) BUNIA:** *Eu quero dizer também que o medo do dia a dia,*

**(00:01:38) BUNIA:** *e medo de cada hora, de sermos pegos e fuzilados era pior que tudo.*

**(00:01:49) BUNIA:** *A gente sempre tava de prontidão, esperto,*

**(00:01:54) BUNIA:** *porque não sabia o minuto que isso pode acontecer.*

**(00:01:59) BUNIA:** *Podia acontecer agora, daqui meia hora, daqui um dia*

**(00:02:03) BUNIA:** *e a gente não tava certa que ia sobreviver a tudo isso.*

Com vistas ao testemunho apresentado, concordo com Venturini (2017, p. 66, grifos da autora) quando afirma que o presente, em seu funcionamento no museu, consiste na “[...]”

constituição de redes de memórias e de discursos que ressoam, preenchendo ‘furos’, decorrentes de ausências-presenças, que significam em/nos sujeitos”. Com a constituição dessas redes de memórias e de discursos, no presente que é sempre já passado, o sobrevivente pode assumir a posição-sujeito de testemunha, de maneira que contribua na/para a construção da memória da Shoá. Em sua legitimidade, esse testemunho produz sentidos no presente e aponta para o fato de que, como sublinha Levi (2004, p. 17), “[...] em nenhum outro tempo e lugar se assistiu a um fenômeno tão imprevisto e tão complexo: jamais tantas vidas humanas foram eliminadas num tempo tão breve, e com uma tão lúcida combinação de engenho tecnológico, de fanatismo e crueldade”. É isso que intervêm nas práticas sociais: os alertas de que há potencial de repetibilidade e, por isso, ainda é necessário (re)dizer do/sobre o Holocausto.

De certa forma, as lembranças do/sobre o acontecimento revelam algumas das facetas do horror. Compreendendo como a dominação ideológica subjuga os dominados, vejo como os judeus precisavam dessa submissão à ideologia dominante (nazista), dada a constante procura por espaços que oferecessem abrigo, mesmo que provisório, o que é simbolizado pelo “buraco”. É também uma memória interdita pela dominação ideológica. Por isso, no caso desse testemunho, são as lembranças vivenciadas que permitem ao sujeito estabelecer uma ligação possível entre a memória e o sentimento de medo. Trata-se de uma sobrevivente que ocupou uma posição-sujeito submissa às leis nazistas e, com isso, procurou por lugares em que poderia abrigar-se.

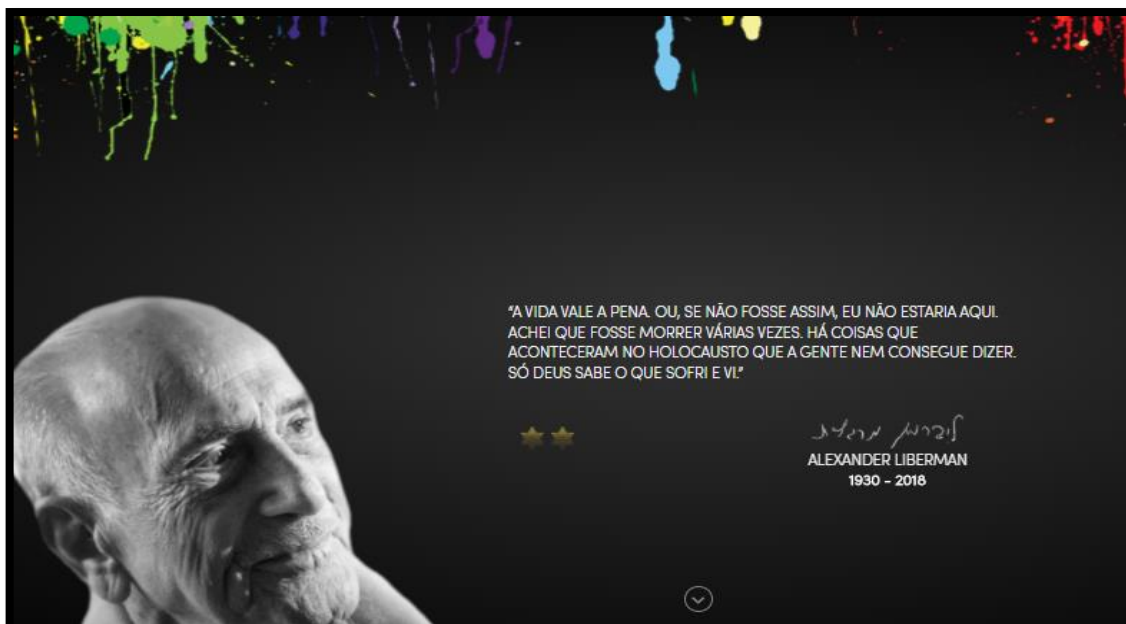
Nesse limiar, o sujeito que se identifica como judeu e, por isso, assume essa posição para discursivizar enquanto testemunha do Holocausto, irrompe com a memória traumática, com a memória que é também dominadora e, assim, pelo testemunho, resiste. Além disso, é trazida à baila uma memória por muito tempo proibida, que emerge e reivindica a sua importância, seja na/para a (re)significação da(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico ou na/para a (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto. Conforme já afirmei, com vistas ao que explicita Foucault ([1969] 2008), “[...] é a condição de sobrevivente do Holocausto que lhe permite recuperar lembranças e colocar em funcionamento uma memória que é coletiva e que, em função da interpelação ideológica, reúne, via discurso, sentidos que são próprios de outros testemunhos” (KRÜMMEL, 2019, p. 123).

Em outras palavras, são (re)atualizados, pelo discurso testemunhal, os sentidos do/sobre o acontecimento histórico, pois “[...] não há enunciado que, de uma forma ou outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 1995, p. 113). É o que pode ser observado, conforme supracitado, na Exposição Itinerante “Entre Aspas”, por meio da reunião de alguns dos testemunhos de sobreviventes que imigraram para o Brasil, os quais são disponibilizados



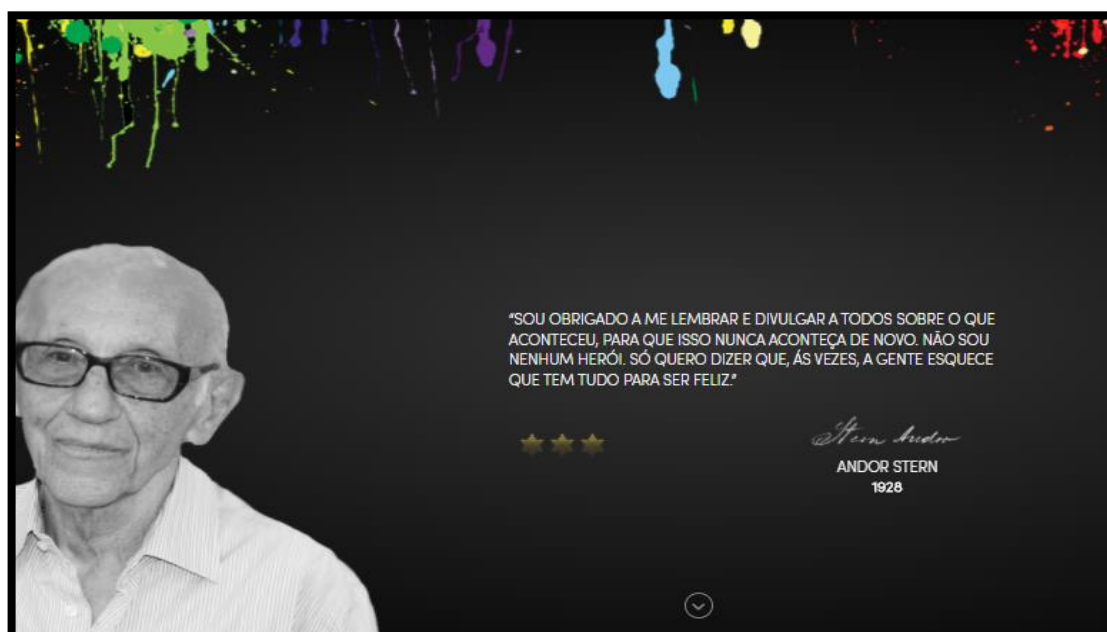
no espaço digital do Museu do Holocausto de Curitiba – PR. Proponho focalizar a minha atenção em seis deles, conforme são apresentados a seguir.

Imagem 55 – Testemunho de Alexander Liberman



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 56 – Testemunho de Andor Stern



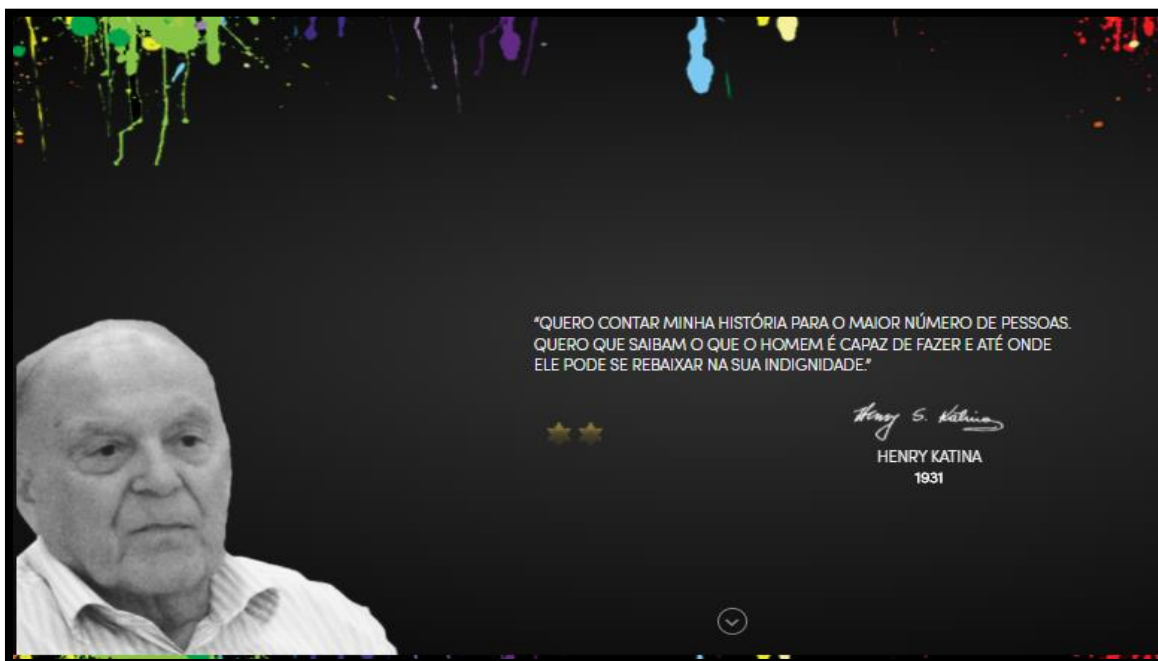
Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR

Imagem 57 – Testemunho de Bunia Finkiel



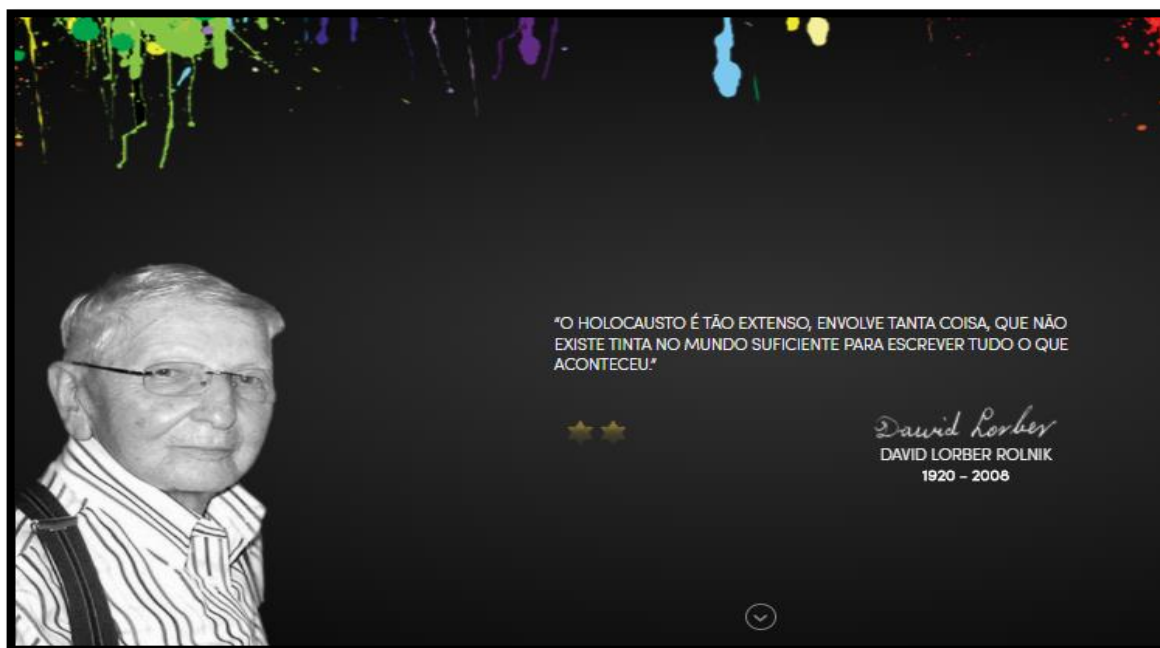
Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR

Imagem 58 – Testemunho de Henry Katina



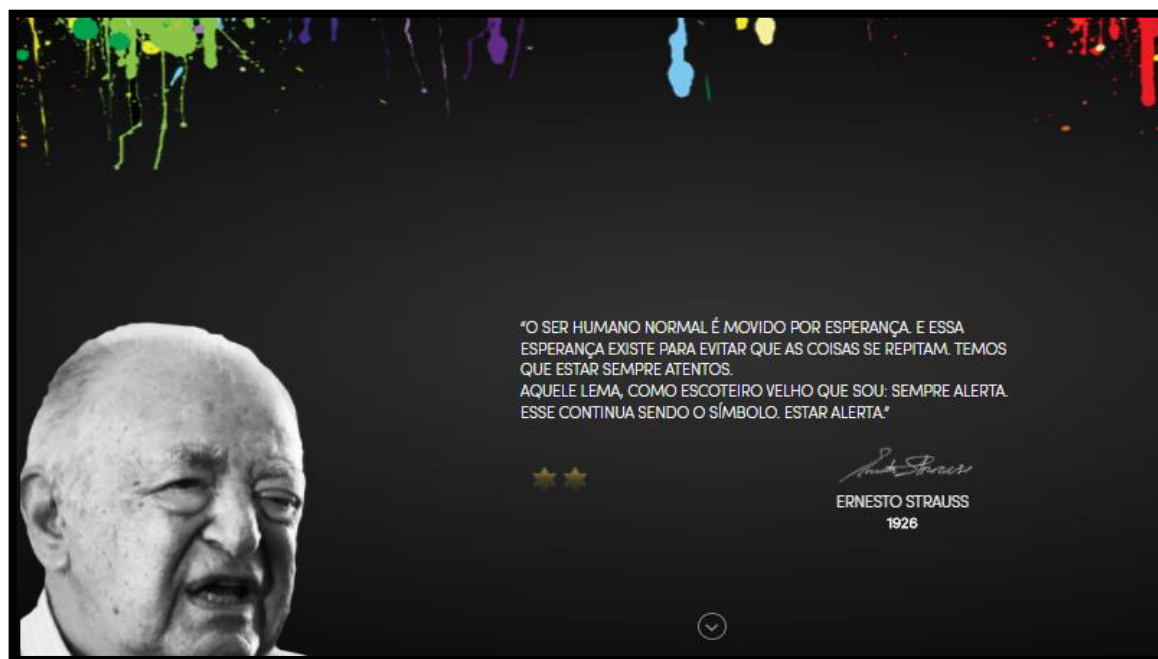
Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 59 – Testemunho de David Lorber Rolnik



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 60 – Testemunho de Ernesto Strauss



Fonte: Adaptado do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Entendo, a partir de Pêcheux ([1988] 1990, p. 17), que os testemunhos dos sobreviventes do Holocausto persistem na figura do “porta-voz”, como “[...] ator visível e testemunha ocular

do acontecimento”. Essas testemunhas, por meio de seus testemunhos, (re)produzem alguns dos efeitos do passado no presente ao mesmo tempo em que, nessa posição-sujeito, presentificam e discursivizam o acontecimento histórico para que os horrores não sejam esquecidos e, sobretudo, para evitar o retorno dessa crueldade nas práticas sociais contemporâneas. Então, por meio desse processo de personificação da *Shoá* (REISS, 2018), é instaurado um espaço de memória que se dá pela legitimidade conferida aos dizeres, o que contribui com a proposta educativa dessa instituição.

Embora esse percurso memorial não seja explícito no/pelo espaço digital do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, a referida exposição apresenta um percurso de visitação por meio do qual o sujeito que ocupa a posição de visitante pode conhecer as histórias desses sobreviventes que imigraram para o Brasil e, além disso, é também problematizada a desumanização e a erradicação dos testemunhos do Holocausto, sobre os quais houve a construção de um imaginário que generalizou o genocídio. Dessa forma, a exposição colabora com a construção da memória da *Shoá*, posto que, pelo fio do discurso testemunhal, são recuperados inúmeros dizeres que resgatam essa memória do acontecimento.

A exemplo dos textos-imagem que apresento, ressoam nesses testemunhos os efeitos de sentido do horror vivenciado durante o Holocausto, mas também as perspectivas de que esse genocídio não retorne no presente e/ou no devir. São vítimas, cada uma com seu nome e sobrenome, que falam do/sobre o passado, em nome dos tantos outros que não tiveram a oportunidade de falar, sucumbindo em meio ao caos (LEVI, 2004). Além disso, ao enfrentarem a dor e a contradição, ao testemunharem sobre o acontecimento, destacam a necessidade de fazê-lo porque é algo que não pode ser esquecido, dado o medo de retorno. Assim,

[...] esses sujeitos, cujos nomes e sobrenomes contam as suas histórias de vida, ao testemunharem sobre o que lhes foi imposto, mas, sobretudo, à sua resistência – permanecendo vivos, ao contraporem com tudo aquilo que é sabido sobre o Holocausto –, instauram um espaço profícuo de reflexão. Reedificam e legitimam o seu lugar, não são como sobreviventes, mas como sujeitos que têm direito   liberdade. Resistência, cuja maior ferramenta é, afinal, o seu testemunho (KRÜMMEL; PETRI, 2020, p. 56-57).

Sendo assim, enquanto um lugar de memória que também se organiza pela repetição, como explicito ao trazer à baila alguns dos testemunhos dos sobreviventes do Holocausto que são apresentados em vídeos, ressoam as dores e lembranç as do passado. Quando esses sujeitos se transportam ao passado para discursivizar, no presente, aquilo que vivenciaram, essa memória que constroem pode auxiliar com a produção, ao menos, de efeitos de alerta no/para o devir. Nesse retorno do passado, o Holocausto   (res)significado no presente, e essas

narrativas exercem sua potencialidade de escancarar, concomitantemente, a possibilidade de (re)começo.

Há, conforme destaquei, um efeito de conjuração entre o corpo e a palavra desses sobreviventes, processo inscrito no tempo e espaço, quando os tempos desjuntados vão se acumulando, construindo uma narratividade nem sempre aceita, posto que colocam em cena corpos e palavras que testemunham, que perturbam a ordem, que propõem outras versões (KRÜMMEL, 2021). Na interpelação do indivíduo em sujeito, já está inscrita a relação do eu com o outro, afinal, o sobrevivente fala por/para tantos outros: é na/pela materialidade de seu testemunho que abriga, ao mesmo “tempo, tempo, tempo, tempo”<sup>61</sup>, algo que é sempre um efeito cronológico, e a significância de seu dizer estabelece o elo necessário para que possa produzir sentidos – sempre outros, em razão do passado que incide no presente e, nessa discursivização, movimenta o ressoar de tantas outras vozes, instaurando o(s) seu(s) lugar(es) de legitimidade na história, ao evocar(em) sua(s) memória(s) (KRÜMMEL, 2021).

São, pois, os sobreviventes do Holocausto, isto é, o “corpo-testemunha”, a “palavra-testemunho” (KRÜMMEL, 2021), que empreendem as relações com os sentidos, com a alteridade. A exemplo do que discorre Orlandi (2017), acredito que em seu processo de assujeitamento, quando ocupam a posição-sujeito de testemunha, quando sua voz funciona como um grito de alerta ao devir, embora muitas vezes silencioso, esse sujeito se constitui e, ao mesmo tempo, constitui os outros, cujas vozes também ecoam em seu discurso. Além disso, ao prezar pelas histórias de vida e de superação, legitimando o espaço da testemunha, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR instaura relações de entremeio entre o eu (sobrevivente) e o outro (que acessa, na posição-sujeito de visitante, esses testemunhos), de maneira que nesse entremeio, as relações “[...] juntam e dividem, um significado em relação aos outros” (ORLANDI, 2017, p. 299). Portanto, essas relações estão em funcionamento também entre o(s) sobrevivente(s) e o(s) visitante(s) que acessam o espaço digital dessa instituição.

Quando é desmantelado o tempo cronológico, na relação entre o eu e o outro, os tempos desjuntados significam: estabelecem, acredito, o paradoxo de uma distância que nunca esteve tão próxima, como se estáticos, guiados pela voz, víssemos ao longe um passado que cada vez mais se arrasta, insistindo em se instalar no presente. Esse efeito de distância marca a proximidade entre o eu e o outro: uma ligação que se dá na/pela memória. “Há os outros, há o Outro” (ORLANDI, 2017, p. 300) – beiram as falhas, as incompletudes, os equívocos. Eles se ajustam, se acomodam, perturbam o curso linear da história, a instabilidade da memória, em

---

<sup>61</sup> Verso de Caetano Veloso em “Oração ao tempo”.

suma, (des)juntam o tempo, afinal, como destaca Robin (2016, p. 40), “[...] o presente não é um tempo homogêneo, mas uma estridente articulação de temporalidades diferentes, heterogêneas, polirrítmicas”.

Há muitos outros/Outros! “Pela observação da narratividade flagramos a inscrição do(s) outros(s) no discurso do sujeito, assim como a determinação mais ampla da voz do Outro (interdiscurso, ideologia) presente no espaço de interpretação do sujeito individuado” (ORLANDI, 2017, p. 309). É esse funcionamento que pode ser observado por meio dos testemunhos que apresento. Haveria, sob o prisma da Análise de Discurso, como ser diferente? Definitivamente não. O funcionamento da memória do Holocausto é instaurado na/pela narratividade, no/pelo testemunho, no/pelo sujeito e, conforme já expliciti:

[...] a testemunha – pelo corpo e palavra – circula em outros espaços e temporalidades, significando diferentemente na atualidade, fazendo movimentar a memória, no deslize dos sentidos. Situando o corpo do sujeito como parte de sua materialidade, abre-se espaço para a atuação da ideologia como seu elemento constitutivo, marcando e definindo sua inscrição na posição-sujeito de testemunha do Holocausto, por meio da designação, atemporalmente imposta, como *sobrevivente do Holocausto* (KRÜMMEL, 2021, p. 235, grifos do autor).

Com isso, dado o processo de (res)significação da(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e de (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto, que também é(são) institucionalizada(s) nesse espaço virtual, esbarramos com um funcionamento específico da memória, em seu âmbito digital. Essa memória, na construção dos arquivos, vai tensionar as relações entre o esquecimento e o não-esquecimento e, como consequência, constituir a “memória como arquivo” (DIAS, 2017). São, pois, os efeitos dessas novas tecnologias, seja na constituição dos sujeitos, das sociedades ou das relações sociais contemporâneas, de modo geral, que marcam a digitalidade como “[...] a unidade significativa correspondente a diferentes processos de significação cuja matéria significante é o digital” (DIAS, 2016, p. 14).

## 4.2 “APESAR DE TUDO, AINDA ACREDITO NA BONDAD E HUMANA”: UMA TRAVESSIA NO/PELO ESPAÇO FÍSICO DO MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA – PR

Imagem 61 – Apesar de tudo, ainda acredito na bondade humana<sup>62</sup>



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Infelizmente, a desigualdade é um princípio em latência nas práticas sociais contemporâneas. Como resultado, emerge a agudização da exclusão social que promove a desarticulação na formação social. O princípio do Holocausto foi marcado pela indiferença aos outros. “As guerras não poderão terminar enquanto os povos viverem em tão diversas condições de existência, enquanto as valorações da vida individual diferirem tanto entre uns e outros e os ódios, que os separam, representem forças instintivas anímicas tão poderosas” (FREUD, 2009, p. 5). Na Segunda Guerra Mundial, o Holocausto representou uma das catástrofes mais

---

<sup>62</sup> Agradeço ao diretor geral do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, Carlos Reiss, pela autorização de uso das imagens que apresento a partir daqui.

traumáticas ascendidas pelo homem, quando milhões de pessoas foram perseguidas e assassinadas em detrimento de suas características sociais, culturais, étnicas e religiosas.

Em suas condições de produção, pode ser verificado um processo de exclusão particular movida pela privação dos direitos humanos da forma mais atroz imaginada, marginalizando a periferia, o gueto e todos aqueles que não congregavam as representações sociais dominantes. Quando despojadas a subjetivação, a dignidade e a liberdade, a sucumbência é o único caminho a ser seguido. No momento em que, pelo gesto de escrita, deixo a emoção se apossar de minhas palavras, “[...] a atmosfera está opressiva, sonolenta e pesada como chumbo” (FRANK, 2011, p. 192)<sup>63</sup>. Sei que já deveria estar acostumado, devido às práticas sociais contemporâneas que estão permeadas novamente pela desigualdade e pela indiferença, em função das “[...] disputas serem ocorrências diárias, mas não estou, e nunca estarei” (FRANK, 2011, p. 66).

As práticas sociais contemporâneas escancaram o retorno do extremismo e da sensação estapafúrdia da realidade. Quando acostumamos a desprezar a existência humana? “[...] A maioria está sendo assassinada” (FRANK, 2011, p. 78), as minorias foram e estão sendo assassinadas. “[...] Os horrores são tão dilacerantes (FRANK, 2011, p. 78). “[...] O mundo continuará sem mim e, de qualquer maneira, não posso fazer nada para alterar os acontecimentos!” (FRANK, 2011, p.248). Mesmo antes da pandemia dos vírus ideológicos, as práticas sociais estavam encobertas pelo espanto. O Holocausto, embora não possa ser aproximado com a pandemia, também produziu fragmentos da realidade devastadores.

Contudo, há “[...] esperanças voltadas para depois da guerra” (FRANK, 2011, p. 376) ideológica que insiste em propagar a destruição, nas suas mais variadas ordens. Hoje, “[...] temos muitas razões para esperar uma grande felicidade” (FRANK, 2011, p.421). No Holocausto, muitas das vítimas foram acometidas pela violência porque perdurava nelas a esperança. Inúmeros pesquisadores discutem se houve resistência. Acredito que essas vítimas não tiveram tempo de arquitetar um movimento de resistência porque nelas habitava o sentimento de esperança para “[...] enfrentar todos os golpes com coragem” (FRANK, 2011, p. 413). Por que somos também escolhidos para viver enquanto tantos outros são escolhidos para morrer? “Qual é a diferença entre nós? Porque estamos agora tão distantes?” (FRANK, 2011, p. 204). É preciso (re)pensar acerca disso na contemporaneidade.

---

<sup>63</sup> Faço questão de trazer, inúmeras vezes, o que escreve Anne Frank, pois acredito que, na atualidade, muitos dos efeitos de sentido produzidos pelo que discursiviza podem ser (res)significados, tendo em vista as condições de produção que atravessam as práticas sociais. Suas palavras, em consonância com as minhas, tracejam considerações importantes sobre o que é vivenciado, sobretudo no Brasil e explicitam que, de fato, determinados aspectos que permearam o Holocausto podem ser aproximados e comparados (REISS, 2018) com o que é vivenciado e experienciado no presente.



O Museu do Holocausto de Curitiba – PR, por isso, está alicerçado em políticas que possam, ao menos, provocar a inquietação e a (re)atualização das práticas sociais do tempo presente, mas também prospectá-las ao horizonte do devir, porque muitos ainda continuam a “[...] serem atirados no chão” (FRANK, 2011, p. 98). De fato, há potencial de repetibilidade do Holocausto. Tudo começou com a desigualdade e com a indiferença. Nesse limar, os sobreviventes do Holocausto, quando são legitimados pela instituição, discursivizam com uma inquietação muito bem delimitada: anseiam o retorno de práticas extremas de violência e, por isso, fazem de seu testemunho um alerta para que a repetição da crueldade que experimentaram não seja sentida pelas formações sociais da atualidade. “Discutimos muitas vezes o futuro, o passado e o presente, mas, como já te disse, sinto falta de algo mais autêntico e, no entanto, sei que existe!” (FRANK, 2011, p.413).

É, pois, no Museu do Holocausto de Curitiba – PR que repousa essa possibilidade de retrospectão ao passado para (re)conhecer, no presente, os (des)limites do ser humano. Trata-se de uma luz sobre o caos porque há “[...] vontade de trazer à luz do dia” (FRANK, 2011, p. 429) as testemunhas e os testemunhos que permitem construir uma memória do/sobre o acontecimento histórico, mas também (res)significar essa(s) experiência(s) no modo como o tempo segue o seu curso e a vida convoca à (re)existência, pois permaneceram vivos e demonstram que um (re)começo pode ser trilhado nas/pelas (trans)formação sociais. Eu queria que as palavras atravessassem os muros, fizessem saltar fechaduras, abrissem janelas (FOUCAULT, 1987).

Na contemporaneidade, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, em minhas travessias<sup>64</sup>, representa, assim, “[...] um caminho para as verdades resvalantes” (KRÜMMEL; VENTURINI, 2022, p. 27), porque essas “verdades incômodas” que constituem os testemunhos do/sobre o acontecimento histórico encontram um caminho em que possam produzir sentidos no/pelo tempo presente. Nessa instituição, essas “verdades incômodas” “[...] são (res)significadas no batimento entre a história e a memória, reclamando sentidos que são também lacunares” (KRÜMMEL; VENTURINI, 2022, p. 29). Desse modo, “[...] o passado recordado não compreende uma cadeia temporal em funcionamento contínuo, mas as verdades que resvalam são aquelas que causam um incômodo no curso sempre imprevisível da história e da memória, notadamente no que se faz/constitui em discurso” (KRÜMMEL; VENTURINI, 2022, p. 29).

---

<sup>64</sup> A visita presencial ao Museu do Holocausto de Curitiba – PR foi realizada entre os dias 25 e 28 do mês de abril de 2022.

Nessa incursão no Museu do Holocausto de Curitiba – PR, há um modo de organização das exposições que é realizado por meio de um percurso de constante movência: sujeitos e sentidos podem sempre produzir outros efeitos por meio de uma visita que é (in)completa e metonímica. “Com a colagem de pequenos fragmentos que são organizados por uns e reorganizados por outros, temos um efeito de continuidade (im)previsto, e, por isso, o(s) museu(s) concernem espaços sempre sujeitos à (re)invenção” (KRÜMMEL, 2021, p. 252). Em minha visita, compreendi como “[...] são (re)atualizados os sentidos, no batimento entre a história e a memória, constituindo os (re)dizeres e, assim, também o museu em (dis)curso” (KRÜMMEL, 2021, p. 252).

Nesse percurso de visitação, muitas paradas foram necessárias. Houve até mesmo a necessidade de deixar o espaço. A confrontação entre o percurso imaginado e a latência de materialidades que clamavam como em uma reivindicação, aguardando os olhares, mesmo embaçados, exigiram a permanência de um gesto de leitura e interpretação que capturava, concomitantemente, os horrores provocados pelo Holocausto e as sutilezas das palavras de quem (re)existiu, permanecendo vivo. Há que se destacar que nessa imersão os sentidos são aguçados... Há sons de vidros quebrando... Há vozes que sussurram como se quisessem revelar um segredo... E o som “[...] provém da lacuna” (AGAMBEN, 2008, p. 47).

Imagem 62 – Cronologia do Holocausto



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Nessa incursão, conforme pode ser observado, é proposta uma “Cronologia do Holocausto” e, em razão disso, “[...] sob um efeito de evidência, os dizeres/sentidos (re)produzidos ao longo dos tempos, se regularizam numa relação intrínseca entre a história e memória” (DARÓZ; SOUSA, 2019, p. 133), sobrepondo (re)formulações, razão pela qual os museus compreendem “práticas de significação” (ORLANDI, 2014). A constituição discursiva do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, por isso, está muito atrelada às formas de (re)dizer do/sobre o acontecimento histórico, posto que há, de acordo com o que assevera Veyne (1998, n. p.) um “[...] grande número de lacunas no tecido histórico” que estão localizadas, assim como destaca Orlandi (2014, p. 7) “[...] no confronto da memória constituída pelo esquecimento e na memória de arquivo, que não se esquece”.

Nesse percurso de visitação, em suas exposições permanentes, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, apresenta doze *banners*, os quais constroem um discurso do/sobre o acontecimento histórico, promovendo uma (res)significação da história “[...] por meio também da possibilidade de movência e instauração de lugares que não guardam o já-significado” (KRÜMMEL; PETRI, 2020, p. 56), de maneira que mesmo os arquivos produzidos pela insituição sejam sempre “[...] arquivos em processo” (VENTURINI; PETRI, 2019, p. 6). Esse modo de organização demonstra como o(s) museu(s) contemporâneos, especificamente aqueles que estão incumbidos de representar a história e a memória dos genocídios, selecionam os vestígios do passado e organizam discursos para promoverem e veicularem as suas representações do/sobre o passado, o presente e o que deverá permanecer para o devir, (res)significando a(s) história(s) e (re) construindo a(s) memória(s).

Os *banners* que constroem o trajeto de visitação no Museu do Holocausto estão intitulados da seguinte forma: 1. “O Museu do Holocausto de Curitiba”; 2. “A Alemanha no entre-guerras e os judeus: perseguição e marginalização”; 3. “A Segunda Guerra Mundial: o início da perseguição aos judeus na Polônia e a criação dos guetos”; 4. “O avanço da ocupação nazista no Leste Europeu: a Operação Barbarossa e o início do assassinato em massa”; 5. “O campo de extermínio e a indústria da morte”; 6. “Os justos entre as nações”; 7. “Os movimentos de resistência”; 8. “As marchas da morte”; 9. “*Sherit Hapleitá*: o retorno à vida”; 10. “O Brasil na Segunda Guerra Mundial”; 11. “As ondas migratórias para o Paraná e a formação da Comunidade Judaica em Curitiba”; 12. “A que ponto chegamos no século XX”.

Em cada uma dessas paradas, como proponho designar, o que constitui esses lugares são objetos, documentos, discursos em tela, um visível “[...] jogo da memória e da história” (NORA, 1993, p. 22) que possibilita o confronto com o que é sabido acerca do acontecimento histórico e aquilo que é construído, pelo fio do discurso, quando o museu legitima um

determinado discurso do/ sobre o Holocausto. Temos o funcionamento dos efeitos de memória (COURTINE, 1999), que são contraditórios, frágeis e, por isso, sujeitos à interpretação. Cada vez que os museus (re)dizem do/sobre o Holocausto, à medida que também se (re)dizem frente aos processos de transformação da museologia, movimentam a memória que é contraditória, frágil e sempre sujeita à interpretação, entendida, então, “[...] nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, [...] da memória construída pelo historiador” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 50).

De maneira geral, como espaço significante, entendo que o Museu do Holocausto de Curitiba – PR vincula o acontecimento histórico com o(s) tempo(s) e, sob seus diferentes aspectos, nessas exposições, resulta em um dos maiores desafios memoriais do século XX: (res)significar essa história do/sobre o acontecimento histórico e alertar, com isso, “[...] sobre as consequências catastróficas dos regimes totalitários e o perigo das ideias racistas” (TUCCI CARNEIRO, 2000, p. 5). À vista disso, no presente, que não entendo como um tempo homogêneo, resulta esse (entre)cruzamento constante de diferentes temporalidades, e, assim, essa insituição também se configura como um lugar de confrontos marcados pelas relações entre a história, a memória e os efeitos da contemporaneidade.

Ademias, em muitas dessas paradas, o visitante pode interagir com recursos tecnológicos e, por meio deles, (re)conhecer diversos testemunhos de sobreviventes do Holocausto. Imediatamente, por meio disso, percebo que está em funcionamento uma dualidade. Por um lado, pensar no/sobre o Holocausto implica no envolvimento emocional com histórias “[...] de morte em massa, fome e degradação humana em todos os níveis” (TUCCI CARNEIRO, 2000, p. 7) – um passado que muitos não querem lembrar. Por outro lado, pensar no/sobre o Holocausto também compreende refletir sobre a vida que continuou, mesmo que marcada pelo sofrimento.

Como insisto, são os testemunhos dos sobreviventes que “[...] escancaram a possibilidade de (re)começo” e “[...] (re)constituem os sentidos ou os significados sobre o seu passado” (KRÜMMEL; PETRI, 2020, p. 17). Tal como sublinha Schwarzstein (2001), a maior contribuição dos testemunhos dos sobreviventes é a maneira como a memória é (re)construída porque demarca uma necessidade da contemporaneidade em (res)significar o passado. É o que pode ser observado na imagem abaixo, das cabines telefônicas, nas quais há ecos e vozes de um passado que ressurgiu e provoca, no presente, inquietações diante do devir.

Imagem 63 – Cabines telefônicas



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

À vista disso, compreendo que um museu não designa “[...] um lugar ou um espaço físico determinado” (AGAMBEN, 2007, p. 73). Afirmo isso porque alguns desses testemunhos também são apresentados no espaço digital dessa instituição que desfronteiriza os limites impostos na configuração da museologia ao longo de seus séculos de existência. É, assim, na/pela digitalidade que emerge um movimento de desterritorialização das instituições museológicas. De fato, está em funcionamento um “efeito de estruturação” que se dá pela (re)configuração de um espaço pleno de significância, posto que não há uma correspondência entre o que é dado a ver/ler no espaço físico de uma instituição museológica e o que é dado a ver/ler no espaço virtual. Em outras palavras, o que há é uma amplificação na produção dos sentidos, justamente em função desse gesto efeito de transbordamento, (re)produzindo discursividades que significam e são significadas na/pela digitalidade.

Não obstante, ainda que a história seja lacunar (RANCIÈRE, 1994) e mesmo que todo discurso seja constituído de memória e esquecimento, frente aos embates entre sentidos que vão sendo tecidos (PÊCHEUX, [1975] 1997), os museus podem organizar discursos a fim de (re)significarem o passado, promovendo perspectivas de um devir, porque já carregam em si um determinado trajeto de leitura e demandam – primordialmente – os gestos de interpretação que decorrem da interlocução com o público visitante. Desse modo, os museus (re)constroem uma memória do/sobre o acontecimento e visam produzir determinados efeitos de sentido que, no entanto, estão em constante mudança. Não há controle possível, embora realizem um trabalho de mediação no quadro museológico que envolve estratégias de interlocução do público visitante com o que lhe é dado a ver nessas instituições (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p 52).

Nesse limiar, também (re)conhecemos rostos e/ou nomes e sobrenomes desses sobreviventes, além de documentos que ajudam a (re)constituir suas histórias e experiências de vida, conforme pode ser observado nas imagens abaixo.

Imagem 64 – Documentos



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Imagem 65 – Nomes e sobrenomes



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Cada história estabelece, com tantas outras, uma rede de memória: são nomes registrados em documentos, nomes projetados em telas, nomes que representam uma história (sobre a qual, a exemplo das cabines telefônicas, podemos ouvir maiores detalhes). Esses nomes próprios constituem um espaço de saturação da memória, pois desconstroem o imaginário sobre o número de 6 milhões de judeus mortos para abrir espaço para a singularidade de cada uma das testemunhas e para cada um dos testemunhos. Em razão disso, é “[...] por meio da aliança do corpo e da voz que os sobreviventes do Holocausto significam e são significados na/pela instituição museológica” (KRÜMMEL; VENTURINI, 2022, p. 35). Em conformidade com o que afirma Rancière (1994, p. 79), são os testemunhos que “[...] permitem reconstruir uma rede de relações sociais e seu húmus sensível”. Desse modo, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR é um lugar “[...] em que se inscrevem e institucionalizam efeitos de memória” (DARÓZ;

SOUSA, 2019, p. 140). Sobremaneira, por produzirem, constituírem e colocarem em circulação sentidos, produzindo modos de significação que depreendem sempre dos tempos e espaços nos quais estão localizados, concordo com Venturini (2020, p. 34, grifos da autora), quando destaca que:

[...] o museu só existe se houver uma sustentação pela história e pelo simbólico, construindo interesses comuns que se inscrevam no simbólico ou na história e trabalhem para a construção de uma narratividade que ‘sustente’, ‘legitime’ e, mais do que isso, que ‘emocione’ os sujeitos de uma formação social. Sem sustentação, sem legitimidade e sem emoção, o museu deixa de ser um museu, tendo em vista que esses espaço guardam objetos de interesse de uma comunidade, relacionados à história.

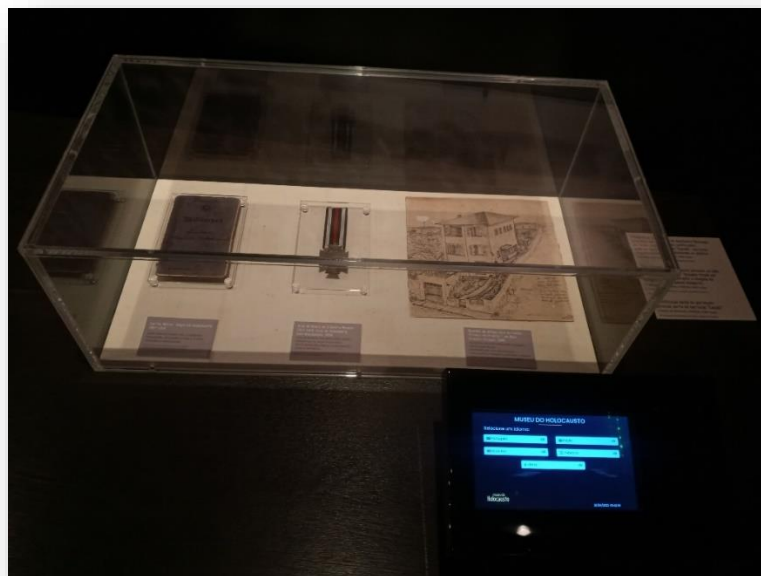
Com isso, história e memória, em suas tensões, não comportam somente o acontecimento, mas também o que se pode saber/dizer, dado que a memória construída sobre o Shoá é sempre construída na enunciação (ACHARD, 1999) e constantemente (re)atualizada no/pelo discurso museológico. Por esse motivo, concordo também com Orlandi (2014, p. 2), quando sublinha que o museu pode ser entendido sob uma dupla designação: enquanto instituição e como “[...] parte do processo de produção de arquivos, ou seja, discursivamente, como discurso documental”.

É a partir de um percurso que sustenta, legitima e emociona os sujeitos de uma formação social, depreendendo gestos de leitura e de interpretação, que há a (res)significação da(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e (re)construção da(s) memória(s) do/sobre o Holocausto, processo que se dá porque o Museu do Holocausto possui uma forma material, é heterogêneo em sua constituição e é ordenado a partir de sua abrangência social. Compreendo, em razão disso (seja o arquivo tomado como memória ou a memória tomada como arquivo), que o entrelaçamento do espaço digital e do espaço físico dessa instituição “[...] constroem materialmente o desejo de memória, perpetuando-a em arquivos. Em outras palavras, a memória é esse fio de condução por meio do qual são costurados – e mesmo remendados – os arquivos” (KRÜMMEL; PETRI, 2020, p. 56). E, nessa desfronteirização, o museu vai se (res)significando na história, na medida em que também vai (res)significando-a.

Como forma de ilustrar esse funcionamento, apresento, na imagem a seguir, alguns dos objetos que são expostos pelo Museu do Holocausto de Curitiba – PR, em um modo de organização que promove uma aliança com a tecnologia e, com isso, com as próprias demandas da contemporaneidade, porque ao visitante é possível não somente contemplar o acervo exposto, mas empreender essa interlocução por meio de vídeos e áudios que (res)significam a(s) história(s) e (re)constroem a(s) memória(s) dos sobreviventes do Holocausto.



Imagem 66 – Objetos de sobreviventes do Holocausto



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Compreendo, nesse limiar, enquanto um efeito direto da evolução tecnológica diretamente relacionado com o(s) tempos e o(s) espaço(s), que os recursos tecnológicos e a digitalidade dessa instituição desacomodam a própria concepção contemporânea de museologia, pois impedem com que sejam estagnados os sentidos de museu, visto que estamos diante de um “[...] jogo entre o mesmo e o diferente”, no espaço das derivas, na direção do entendimento da historicidade do sentido a fim de que sejam explicitados determinados processos de significação” (DIAS, 2016, p. 9). São nas/pelas (re)invenções e (re)dizeres do/sobre os museus, por meio dos efeitos do tempo e espaço e pelos batimentos entre a história e a memória, que emerge uma nova configuração museológica, produzindo sentidos e também constituindo o museu em (dis)curso. Na contemporaneidade, o espaço digital também é ocupado por essas instituições, desfronzeirizando as aparentes fronteiras e instituindo outros modos de circulação e significação.

Instigado por essa visitação ao espaço físico do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, posteriormente   incursão em seu espaço digital, compreendo que esse movimento de desfronzeiriza o   potencializado na contemporaneidade, via rede mundial de computadores. Nessas travessias, diante de aparentes fronteiras, os sentidos do/sobre o Holocausto são construídos no/pelo discurso digital, mas também pelos objetos que são expostos pelo museu, e são essas rela oes que permitem, em meu gesto de leitura e interpreta o, compreender mais e melhor como se d  a constitui o política e discursiva da institui o. Entendo, por exemplo,

o porquê de observar um sapato e não uma pilha deles: é, afinal, na sua incompletude que o museu extravasa, na contemporaneidade, seus próprios limites.

Em suma, retomo e destaco mais uma vez, juntamente com Baudrillard (1991, p. 15-16), que “[...] o museu, em vez de estar circunscrito como lugar geométrico, está agora em toda a parte, como uma dimensão da vida”. É o que pode ser verificado, por exemplo, no objeto apresentado na imagem a seguir, porque essa “dimensão da vida” é também vislumbrada no modo como significam e produzem efeitos de sentido os objetos expostos, explicitando que, na contemporaneidade, assim como assevera Venturini (2020), os museus só existem se houver uma sustentação pela história e pelo simbólico, em um funcionamento da narratividade que legitime e emocione os sujeitos de uma formação social.

Imagem 67 – Uma boneca



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Essa imagem me arrebatou. Entendo que ela explicita como o museu converge, em seus objetos, um tempo e um espaço. Ela provoca e convoca à reflexão de que a grande maioria dos testemunhos que temos acesso e, por isso, os sobreviventes – mesmo os mortos – que deixam seus testemunhos, discursivizam e colocam em funcionamento uma memória da infância. O tempo e, principalmente, o trauma, provocam a desconforto dos efeitos de sentido do que foi vivenciado durante a Segunda Guerra Mundial. Que efeitos de sentido a imagem supracitada

pode provocar? O objeto, ao contrário do sobrevivente, permanece como intacto ao tempo, à medida que os sobreviventes envelhecem e, naturalmente, padecem. Penso que há uma memória presa no objeto, ao passo que a memória desses sujeitos é, pois, coletiva, porque é construída por todos, já que muito dela diz da alteridade. O choque diante da boneca é como um confronto: o sobrevivente, assim como a memória, é composto desses restos do passado... Da maneira como significam no/pelo presente... Restos que compõem o presente, como se o tempo precisasse, em sua (re)atualização, derramar os fragmentos que servem como pontos de intersecção e, com isso, provocar, ao menos, as inquietações diante do devir.

Ademais, é nessa incursão que percebo como a contemporaneidade provoca a emergência da necessidade de (re)atualização dos museus. Entre os anos de 2019 e 2020, quando empreendi uma visita ao espaço digital do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, conforme apresentado na Figura 2<sup>65</sup>, há um modo de organização dessa instituição que passa pelo processo de (re)formulação entre os anos de 2022-2023. À vista disso, posso afirmar que o “efeito de estruturação”, além de promover um efeito de transbordamento museológico, empreende deslocamentos e desdobramentos a partir do surgimento das tecnologias digitais, uma vez que afetam as fronteiras que estão fragmentadas em sua constituição. A seguir, apenas para ilustrar, apresento uma imagem da página inicial do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Imagem 68 – Página inicial do *site* do Museu do Holocausto de Curitiba – PR



Fonte: Adaptado do site do Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

<sup>65</sup> A Figura 2 está explicitada na página 98 do texto, quando proponho organizar o modo como as seções apresentadas no *site* da instituição encaminham o visitante para subseções.

Esse processo de inserção do digital nas práticas museológicas contemporâneas desfronteiriza essas instituições justamente pelo modo como são colocados em circulação os saberes que sustentam a construção de uma memória da *Shoá*. Com a emergência da virtualidade, assim como menciona Robin (2016), há uma perturbação nas práticas socioculturais, o que demarca uma perspectiva de preservação na/pela (re)atualização desse – outro – lugar que está, inevitavelmente, propenso à iminente ameaça de obsolescência. À vista disso, podem ser observadas, concomitantemente, “[...] novas práticas, específicas do universo digital, que modificou profundamente as modalidades tradicionais de exercício do discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 159), devido ao “[...] entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico” (INDURSKY, 2011, p. 73) na constituição das discursividades que sustentam o Museu do Holocausto de Curitiba – PR.

Nesse movimento de (re)atualização, então, retomar não significa repetir. Por isso, tendo em vista o movimento de desfronteirização explicitado, os sentidos podem ser sempre outros, embora seja empreendido um esforço em regularizar como significam, no presente, a(s) história(s) do/sobre o acontecimento histórico e a(s) memória(s) do/sobre o Holocausto. Nesse batimento entre esses espaços, estão em latência as derivas, os efeitos metafóricos e os deslizamentos, sempre em funcionamento ao mesmo tempo em que a memória constituída pelo esquecimento e a memória de arquivo, isto é, aquela que não se esquece (ORLANDI, 2014) e que impulsiona, pelo viés da Análise de Discurso, outros modos de leitura e de interpretação.

## T RAVESSIA FINAL

### UM EFEITO DE PARADA: TRACEJOS DOS RASTROS E(M) CAMINHOS PROSPECTADOS AO DEVIR

Durante quanto tempo deveremos esperar até que os outros se tornem também pacifistas? É difícil dizê-lo, mas talvez não seja uma esperança utópica a de que estes dois fatores – a atitude cultural e a angústia justificada perante as consequências da guerra futura – ponham fim aos conflitos bélicos num prazo previsível. É-nos impossível adivinhar por que caminhos ou desvios se conseguirá tal fim. Por agora, só podemos dizer: tudo o que fomenta a evolução cultural atua contra a guerra (FREUD, 2009, p. 49).

Como é árdua a tarefa do analista de discurso! De fato, “[...] ser analista de discurso implica uma rede complexa de elementos e atributos que vão se entrelaçando e compondo o tecido que veste e reveste *a forma-sujeito do analista de discurso*” (FERREIRA, 2018, p. 89). Escrever o texto apresentado demandou, muitas vezes, (per)seguir outros caminhos que exigiram um esforço de resistência às adversidades impostas pelas condições de produção de um momento sócio-histórico que modificou o andamento de pesquisas no âmbito científico. Indubitavelmente, a “[...] questão da resistência é atravessada diretamente pelo caráter material que constitui os sentidos”. Os traços de minha caminhada explicitam como ao “[...] analista cabe não somente admitir a resistência, mas operar com conceitos de língua, de sujeito e de história que reconheçam, nos fatos do discurso e nos gestos de resistência” (FERREIRA, 2018, p. 89) o real que é próprio a cada uma das noções advindas da Análise de Discurso as quais atravessam os gestos de leitura e de interpretação.

Em minhas travessias pelos corredores da memória, com o intuito de compreender como se dá a constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR, houve a necessidade de, retomando o que afirma Pêcheux ([1975] 1997, p. 304) “[...] pensar por si mesmo”, posto que as pesquisas que se concentram na abordagem dos museus sob uma perspectiva discursiva estão em pleno desenvolvimento. Talvez, a grande contribuição da Análise de Discurso, não apenas para esse empreendimento, mas para as práticas sociais contemporâneas, seja encorajar o sujeito a “desconfiar das obviedades, da imposição do senso comum, das histórias contadas como verdades” (FERREIRA, 2018, p. 91).

Em pleno século XXI, com o atravessamento da temática do Holocausto nas pesquisas, se configuram novos modos de resistência em relação na atualidade, dados os retornos de

práticas extremistas de controle das formações sociais. Sempre haverá, mesmo rachada, esburacada, ensanguentada, uma memória a ser construída (ROBIN, 2016). Sob o véu postíço de uma segregação velada, são distribuídas estrelas que encobrem as práticas sociais contemporâneas e fazem com que sejamos “[...] construídos nesse território de lutas e questionamentos que se marcam na língua, o que acaba nos moldando e preparando para os embates, tanto de ordem teórica, como política e institucional, que enfrentamos em nossa área de pesquisa” (FERREIRA, 2018, p. 92). Entender como se dá a constituição discursiva e política do Museu do Holocausto de Curitiba – PR é também empreender um “[...] estudo histórico das práticas repressivas ideológicas”, identificando “[...] um fio interessante a seguir, para que se comece, enfim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica” (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 280) que emerge por meio da (res)significação desse passado no presente, com o objetivo de promover um devir que esteja permeado de práticas sociais que desfaçam as “[...] ilusões mantidas pela classe dominante” (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 280), de modo a desfazer as ilusões “atrás-das-cortinas”, porque, como explicitam os testemunhos dos sobreviventes, o Holocausto apresenta potencial de repetibilidade.

Nesse limiar, em sua forma de organização que é dotada de dinamicidade, o Museu do Holocausto de Curitiba – PR permite observar como as reivindicações sócio-históricas direcionam as transformações museais, afetando os sujeitos e os sentidos de uma formação social. “Eu evoco. Eu reconstruo. Eu imagino”. Essas são palavras de Régine Robin (2016) que provocam em mim a compreensão de que essa instituição pode, pela incidência do passado no presente, ao menos suscitar as perspectivas de um devir que seja mais comprometido com as práticas sociais de tipo novo, sobretudo porque é o digital que (res)significa determinadas práticas de relação do sujeito com o mundo, do sujeito com a história, do sujeito com a memória, do sujeito com a linguagem e do sujeito com o próprio museu e do sujeito com a própria realidade, porque “[...] a verdadeira morte é o esquecimento” (ROBIN, 2016, p. 176).

Na circunscrição da epígrafe em que ressonam as palavras de Freud (2009), acredito que, assim como o Museu do Holocausto de Curitiba – PR, “[...] tudo o que fomenta a evolução cultural atua contra a guerra”. Há – ainda – muito a saber sobre o Holocausto. Em razão disso, o que tento fazer – no texto apresentado – é, em minhas travessias, “[...] pelo avesso, indistinguir o dentro/fora, instaurar o imprevisto, perceber traços apagados de um discurso outro, não-ditos inscritos no interior do discurso” (FERREIRA, 2018, p. 98). Talvez, por isso, essa parada não produza os efeitos de sentido necessários à finalização de um texto que, na verdade, é constituído pela incompletude, porque tantas outras questões podem ser postas. Contudo, enquanto pesquisador e analista de discurso, os registros de despedidas ou de finalizações são

indiferentes, pois sempre produzem a abertura de novos caminhos pelos quais podem ser compreendidos outros traços em uma caminhada que não tem origem ou chegada determinadas.

“[...] Todo ‘ponto de vista’ é o ponto de vista de um sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 168, grifos do autor). Por isso, minha pesquisa está estreitamente relacionada ao modo como essa temática provoca em mim inquietações, posto que também sou descendente dos imigrantes alemães que vieram da Alemanha com o intuito de (re)construírem suas vidas. Os saberes do/sobre Holocausto estão em circulação em minha família, por mais velada que essa memória ainda possa ser, dado que a maioria já não consegue empreender narrativas acerca dos seus antepassados, pois houve – para eles – a necessidade de silenciar essa memória para que conseguissem seguir em frente.

De certa forma, o que faço é (per)seguir os rastros de um passado que está atravessado por histórias e memórias que, ao não dizerem de mim, contrariamente, colocam em circulação saberes que me constituem como sujeito. Em mim também estão os traços daqueles que sobreviveram e, em sua presença-ausência, eles provocam essa inquietação, pois despertam o efeito de que ainda há muito a ser dito. Entretanto, com a compreensão de que a falta é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, mesmo inquieto, acalmo esse tumulto das vozes e sigo sempre em frente, mirando as perspectivas no horizonte de projeção do analista de discurso, as quais sempre convocam à movimentação, e, assim, eu vou *nascer outra e outra vez, indefinidamente, como a planta sempre nascendo da primeira semente*<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Nos versos de Carlos Drummond de Andrade, no poema “Nascer”.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R. Memória, História e Coleção. In: Museu Histórico Nacional (Brasil). **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 37-65, 1996. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/index.php/artigos1/item/105-memoria-historia-e-colecao/105-memoria-historia-e-colecao>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ABREU, L. R. R. de; SANTOS, S. R. dos. “Nos braços de Mnemosine”: o espaço do museu como lugar de memória e educação. **EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação (Anais)**, PUCPR, s. p., 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18551\\_8073.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18551_8073.pdf). Acesso em: 28 fev. 2020.

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo?** Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2010.

AGAMBEN, G. **Profanações**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

AGOSTINHO, S. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ALMEIDA, M. C. B. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 162-185, 2016.

ANDREONI, R. Museu, memória e poder. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 169-179, 2011.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa, PT: Relógio d'Água, 1991.

BOSI, E. **Memória e sociedade – Lembranças dos velhos**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **A Produção da crença**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BRUHNS, K. Museus enquanto Aparelhos Ideológicos de Estado. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, v. 18, n. 21, p. 179-194, 2018.

BRUST, Viviane T. B. **O “Sertão” Quarta Colônia: travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro**. 2017. 366 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, SP: Editora da USP, 1998.

CARLAN, C. U. Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa. **História**, v. 27, n. 2, p. 75-88, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742008000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742008000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 fev. 2020.



- CATROGA, F. **Memória, história e historiografia**. Coimbra, PT: Quarteto Editora, 2001.
- CATROGA, F. **Os passos do homem como restolho do tempo**. Memória e fim do fim da história. Coimbra, PT: Almedina, 2009.
- CERTEAU, M de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2002.
- CERVO, L. M. **Língua, patrimônio nosso**. 2012. 196 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012.
- CHAGAS, M. **Memória e poder**: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/275598704/Memoria-e-poder-contribuicao-para-a-teoria-e-a-pratica-nos-ecomuseus>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- CHAGAS, M. Museus: Antropofagia da Memória e do Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. CHAGAS, M. (Org.). Brasília: MinC/IPHAN, n. 31, 2005.
- CHAGAS, M; GODOY, S. de S. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 27, 1995.
- COURTINE, J. O chapéu de Clémentis: Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Org.) Os múltiplos territórios da Análise de Discurso. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzatto, 1999, p. 15-22.
- DARÓZ, E. P.; SOUSA, L. M. A. No museu, o Amanhã no entrelaçamento entre história e memória. **Revista Letras Raras**, v. 8, n. 2, p. 133-149, 2019.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Tradução e Introdução: José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, p. 23-37, 1999.
- DESVALLÉES, A.; FRANÇOIS, M. (Ed.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução e comentários: SOARES, B. B.; CURY, M. X. São Paulo, SP, 2013.
- DIAS, C. **Sujeito, sociedade e tecnologia**: a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo, SP: Hucitec, 2012.
- DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentidos)**: a sala de bate-papo hiv. 2004. 176 p. Tese (Doutorado em Letras) – Unicamp, São Paulo, SP, 2004.
- DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. **REDISCO**, v. 10, n. 2, p. 8-20, 2016.
- DIAS, C. Memória como arquivo: sujeito, dados e circulação. In: VENTURINI, M. C. (Org.). **Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)Curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- DIAS, C. A memória e o valor do tempo: um enlace pelo discurso. In: SCHERER, A. et al. **Efeitos da língua em discurso**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 37-51, 2019.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. Tradução de André Telles. São Paulo, SP: Editora 34, 2017.

FELDMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (Org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo, SP: Escuta, 2000, p.13-71.

FERREIRA, M. de M. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 fev. 2020.

FERREIRA, M. C. L. Os desafios de um analista de discurso: um processo sem início nem fim. **Linguagem & Ensino**, v. 21, n. 2, p. 88-97, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15167>. Acesso em: 29 fev. 2020.

FERREIRA, M. C. L. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre, RS: UFRGS. 2001.

FERREIRA, M. C. L. O corpo enquanto objeto discursivo. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Org.). **Análise do Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: editora da UFSM, 2013.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nau, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a guerra e a morte**. Tradução de Artur Morão. Portugal, PT: Lusofonia, 2009. Disponível em: [http://www.lusosofia.net/textos/freud\\_sigmund\\_da\\_guerra\\_e\\_da\\_morte.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/freud_sigmund_da_guerra_e_da_morte.pdf). Acesso em: 30 jan. 2023.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar Esquecer Escrever**. São Paulo, SP, 2006.

GOUVEIA, I.; DODEBEI, V. Memórias de pessoas, de coisas e de computadores: museus e seus acervos no ciberespaço. **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Rio de Janeiro, 2007.

GUILHAUMOU, J. MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura. Da história no discurso**. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, SP: Edições Vértice – Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma**

introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Mariani et al. Campinas: Edunicamp, 1990. p. 13-38.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli et al. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 29-52. Tradução: José Horta Nunes.

HENRY, P. A história não existe? In ORLANDI, Eni P. (Org.) **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 29-53, 2014.

HERNÁNDEZ, F. H. **Planteamientos teóricos de la museología**. Espanha: Editora Trea, 2006. Disponível em: <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro, RJ: Aeroplano, 2000.

HUYSSSEN, A. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. In: **Memórias do modernismo**. Tradução de Patrícia Farias. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 1996.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2008.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

INDURSKY, F. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Signo y Señá**, n. 24, p. 91-104, 2013. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/3210>. Acesso em: 04 dez. 2020.

JESUS, A. S. de; BARRETO, F. S. O museu e o paradoxo da memória na contemporaneidade. **Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt-29/gt19-25/1043-o-museu-e-o-paradoxo-da-memoria-na-contemporaneidade-a-teoria-museologica-e-a-experiencia-memorial/file>. Acesso em: 28 fev. 2020.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a História do Museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC:IPHAN:DEMU; Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, p. 19-32, 2006.

KAHAN, E.; LVOVICH, D. Los usos del Holocausto en Argentina – Apuntes sobre las apropiaciones y resignificaciones de la memoria del genocidio nazi. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, n. 228, p. 311-336, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0185191816300502>. Acesso em: 05 dez. 2020.

KRÜMMEL, E. A. **Entre a história e a memória: uma análise discursiva do documentário “Sobreviventes do Holocausto”**. 2018. 247 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

KRÜMMEL, E. A.; PETRI, V. “Entre Aspas”: dos gritos... das gotas d’água... navegando por um percurso memorial. In: VENTURINI, M. C.; RASIA, G. dos S. (Orgs.). **Museus, Arquivos e Discursos: funcionamentos e efeitos da Língua, da Memória e da História**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 37-61, 2020.

KRÜMMEL, E. A. Laços significantes: a polissemia de “sobrevivente” no entremeio da história e da memória. In: PETRI, V.; GUASSO, K.; COSTA, T.; FREITAS, F. de. (Orgs.). **Dicionários em análise: palavra, língua e discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 151-175, 2020.

KRÜMMEL, E. A. Da (as)simetria entre o corpo e a palavra: a testemunha e o testemunho no processo de construção de uma memória do/sobre o Holocausto. **Leitura**, n. 68, p. 223-237, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11399/8391>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KRÜMMEL, E. A. Sob um prisma mosaico de museu: a (res)significação da história e a (re)construção da memória do Holocausto. **Interfaces**, v. 12, n. 2, p. 251-268, 2021. Disponível em: [https://revistas.unicentro.br/index.php/revista\\_interfaces/article/view/6918/4879](https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6918/4879). Acesso em: 10 jan. 2021.

KRÜMMEL, E. A.; VENTURINI, M. C. “Como uma luz na escuridão”: o Museu do Holocausto de Curitiba e(m) (dis)curso no(s)/pelo(s) funcionamentos da história, memória e educação. In: VENTURINI, M. C.; TEIXEIRA, M. C.; TAFURI, L. (Org.). **Museus, arquivos, patrimônio e espaço urbano em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022, p. 27-53.

LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MAGALDI, M. B. **A documentação sobre exposições em museus de arte: a musealização dos processos, a história da exposição e a museografia**. 2017. 297p. Monografia (Graduação – Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo, SP: Parábola editorial, 2015.

MEDEIROS, V. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. **Revista Rua**, n. 18, v. 2, p. 19-34, 2012. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/pdf/18-2/2-18-2.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

MELO, D. B. de; CARVALHO, R. de C. M. Relações entre patrimônio cultural e museus: um referencial teórico para o desenvolvimento. **Mosaico**, v. 7, n. 10, p. 1-18, 2016.

MENESES, U. T. B. de. Para que serve um museu histórico? **Como explorar um museu histórico**. Museu Paulista: Universidade de São Paulo, p. 1-06, 1992.

MUÑOZ, J. M. L.; PETRI, V.; BRANCO, N. L. História, memória e gestos de interpretação: uma experiência linguística no Museu de Cádiz. In: VENTURINI, M. C. (Org.). **Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)Curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 25-49.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo, SP: p. 7-28, 1993.

NUNES, José Horta. A cidade enquanto objeto do discurso enciclopédico. **Revista Rua**, 2014, p. 65-85.

OJEDA, C. M. Memória e história oral na contemporaneidade e seus usos para a história do tempo presente. **Aedos**, v. 6, n. 15, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/50948>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? **Série Estudos**, p. 9-26, 1984.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. As políticas no político: falas que preconcebem. In: MARIANI, B. (Org.). **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, n. 1, p. 73-81, 1998a.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. **Revista Rua**, n. 16, v. 2, p. 5-18, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638816>. Acesso em: 27 set. 2020.

ORLANDI, E. P. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso, Espaço, Memória**: Caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas: RG, 2011.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. Discursos e museus: da memória e do esquecimento. **Entremeios**, v. 9, p. 1-8, 2014.

ORLANDI, E. P. **Eu Tu Ele**: discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PAIXÃO, C.; FRISSE, G. M. **Usos da memória**: as experiências do holocausto e da ditadura no Brasil. São Paulo, SP: Lua Nova, p. 191-212, 2016.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, M e HAK, F. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2ª ed. Campinas: Pontes, [1969] 1993.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, [1983] 1999.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **Gestos de leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1982] 1994.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, [1988] 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1975] 1997.

PÊCHEUX, M. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, B. et al. (Org.) **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1981] 2016.

PETRI, V.; SCHERER, A. E. Memória e subjetividade: de um tempo para lembrar. **Revista Desenredo**, v. 12, n. 1, p. 21-29, 2016.

PETRI, V. Do funcionamento do “sabe-se que” às possibilidades de interpretação no discurso sobre museu. In: VENTURINI, M. C. (Org.). **Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)Curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 207-219, 2017a.

PETRI, V. O passado (também) dura muito tempo ou (re)invenções de um tempo. **Interfaces**, v. 8, p. 80-90, 2017b.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI V.; DIAS, C. (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. 1ª ed. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2013.

PETRI, V. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. **Conexão Letras**, v. 13, n. 19, p. 47-58, 2018.

PETRI, V. O que pode uma palavra? Reflexões sobre a história da palavra dicionarizada produzindo efeitos de sentido na contemporaneidade. In: PETRI, V.; GUASSO, K.; COSTA, T.; FREITAS, F. de. (Orgs.). **Dicionários em análise: palavra, língua e discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 37-62, 2020.

PIO, L. G. Musealização e cultura contemporânea. In: BITTENCOURT, J. N.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 2, 2006.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro, RJ: Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

POSSAMAI, Z. R. **Nos bastidores do museu**. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2001.

POULOT, D. **Museu e museologia**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, BH: Autêntica Editora, 2013.

RAMOS, F. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó, SC: Argos, 2004.

RANCIÈRE, J. **Os Nomes da História: Ensaio de Poética do Saber**. Tradução de Eduardo Guimarães e Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo, SP: EDUC/Pontes, 1994.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org., 2005.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

ROBIN, R. **A memória saturada**. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora UNICAMP. 2016.

RODRIGUES, A. R. O Museu Histórico como agente de Ação Educativa. **Revista Brasileira de história & Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 215-222, 2010.

SANTOS, M. S. dos. Museu Imperial: a construção do império pela república. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.

SANTOS, M. S. dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2006.

SANTOS, M. S. dos. Políticas da memória na criação de museus brasileiros. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, p. 115-137. 2002. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/36>. Acesso em: 29 fev. 2019.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

SCHERER, A. E.; TASCETTO, T. R. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os Estudos Linguístico-Discursivos. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, n. 1, p. 119-123, 2005.

SCHERER, A. E.; OLIVEIRA, S. de M. de.; PETRI, V.; PAIM, Z. M. V. Arquivo, memória e acontecimento em uma política de Fundos Documentais. **Gragoatá**, n. 34, p. 113-130, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/32962/18949>. Acesso em: 05 dez. 2020.

SCHWARZSTEIN, D. História oral, memória e histórias traumáticas. **História Oral**, Buenos Aires, v. 4, 2001. Disponível em:

<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=36>. Acesso em 29 fev. 2020.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas, **Psic. Clin.**, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SILVA, K. F. G. da. **Sobre a (re)produção de conhecimento: reflexões a partir do discurso de Michel Pêcheux**. 2017. 94 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13498/DIS\\_PPGLLETRAS\\_2017\\_SILVA\\_KELY.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13498/DIS_PPGLLETRAS_2017_SILVA_KELY.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, K. F. G. da. **Discursos que ressonam sentidos: por uma história das ideias discursivas a partir do autor Michel Pêcheux**. 2021. 194 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/22825/TES\\_PPGLLETRAS\\_2021\\_SILVEIRA\\_VERLI.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/22825/TES_PPGLLETRAS_2021_SILVEIRA_VERLI.pdf?sequence=1). Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, B. S. M. Percepções sobre a linguagem museológica do Museu Histórico de Londrina: a exposição “Cuidar, Curar, Lembrar – memória da saúde em Londrina” e as representações de mulheres. **Revista Antíteses**. Londrina – PR, v. 8, n. 16, p. 252-278, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/issue/view/1148>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

SOBRINHO, J. S. S. “A língua é o que nos une”: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. 133 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo, SP, 2011.

SOBRINHO, J. S. S. Museu da Língua Portuguesa: instrumento linguístico em tempos da ideologia do lazer. **Letras**, v. 23, n. 46, p. 307-315, 2013.

SOBRINHO, J. S. S. Discursos sobre Língua, Tecnologias e Efeitos de Memória no Museu da Língua Portuguesa. **Polifonia**, v. 22, n. 31, p. 101-114, 2015.

SOUSA, L. M. De presença e ausência: trilhamentos discursivos em dois museus. In: VENTURINI, M. C. (Org.). **Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)Curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 77-87.

SOUSA, L. M. **Exposições do Museu da Língua Portuguesa: arquivo e acontecimento e(m) discurso**. São Paulo, SP: Pedro & João, 2011.

SOUSA, D. S. P.; MORAIS, M. B. de; TAMANINI, P. A. O museu como espaço de memória: o espaço museológico e o ensino de história. **e-Mosaicos**, v. 9, n. 18, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/39148>. Acesso em: 29 fev. 2019.

TEIXEIRA, M. C. A memória e a história a partir de museus e da constituição de arquivos em torno do espaço urbano. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 932-943, 2017.



TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar: história, memória e política.** Tradução de Tiago Avó. Revisão: Lisboa, Unipop, 2012. Disponível em: < [https://kupdf.net/download/o-passado-modos-de-usar-enzo-traverso\\_5bf6853be2b6f5ae2edf5d58\\_pdf](https://kupdf.net/download/o-passado-modos-de-usar-enzo-traverso_5bf6853be2b6f5ae2edf5d58_pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2020.

TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a prática e a contradição.** Apresentação de Slavoj Žizek e tradução de José Maurício Gradel. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2008.

TUCCI CARNEIRO, M. L. **Holocausto, crime contra a humanidade.** Editora Ática. São Paulo: SP, 2000.

VASCONCELLOS, C. de M. **Turismo e museus.** São Paulo, SP: Aleph, 2006.

VEYNE, P. M. **Como se escreve a história;** Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VENTURINI, M. C. Mídia, ruído e silêncio tumular na constituição de um imaginário urbano. In: TASSO, I.; SILVA, É. (Org.). **Lingua(gens) em discurso:** a formação de objetos. Campinas, SP: Pontes Editora, p. 119-136, 2014.

VENTURINI, M. C. **Imaginário urbano:** espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009.

VENTURINI, M. C. Museus e espaços públicos no encontro/desencontro da memória histórica, e do corpo-memória/corpo documento: In: VENTURINI, M. C. (Org.). **Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)Curso.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 51-76.

VENTURINI, M. C; SCHON, S. M. Documentário, língua e o museu no/pelo olhar discursivo. In: **RUA.** v. 24, n. 2, p. 543-560, 2018. Disponível em: [https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/rua2/PDF/Revistas/12/revistaRua\\_12\\_117.pdf](https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/rua2/PDF/Revistas/12/revistaRua_12_117.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

VENTURINI, M. C. Museus em (dis)curso na/por uma história de ‘nunca acabar’. In: VENTURINI, M. C.; RASIA, G. dos S. **Museus, arquivos e discursos:** funcionamentos e efeitos da língua, da memória e da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 21-36.

WEINGARTEN, S. El deber de memoria. **Nuestra memoria.** n. 2, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/elivk/Downloads/Dialnet-ElDeberDeLaMemoria-3104390.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (Org.). **Sentido e memória.** Campinas, SP: Pontes, 2005 p. 93-116.

### Dicionário Consultado

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <https://www.docdroid.net/8C7Raqt/dicionario-etimolgico-da-lingua-portuguesa-text.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

**Obras Literárias Consultadas**

ANDRADE, C. D. de. No meio do caminho. In: ANDRADE, C. D. de (Org.). **Antologia Poética**. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 2012.

BARROS, M. de. **Livro sobre o nada**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1996.

BARROS, M. de. **Poesia completa**. São Paulo, SP: Leya, 2010.

FRANK, A. **Diário de Anne Frank**. Tradução de Alves Calado. Lisboa: Livros do Brasil, 2011.

JOFFO, J. **Os meninos que enganavam nazistas**. Tradução de Fernando Scheibe. 1ª ed. São Paulo, SP: Vestígio, 2019.

QUINTANA, M. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Aguilar, 2005.

SARAMAGO, J. **Viagem a Portugal**. Portugal: Alfragide, 23ª ed. Editorial Caminho, SA, 1995.

NUP: 23081.055440/2023-41

Prioridade: Normal

Ato de entrega de dissertação/tese

134.334 - Dissertação e tese

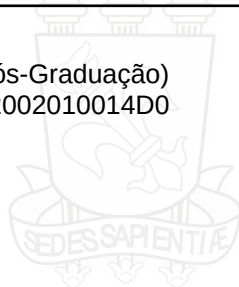
### COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
1	Tese de doutorado (134.334)	TESE - ELIVÉLTON ASSIS KRÜMMEL.pdf

### Assinaturas

17/04/2023 00:02:27

ELIVÉLTON ASSIS KRÜMMEL (Aluno de Pós-Graduação)  
08.10.03.01.0.0 - PG Letras - Doutorado - 42002010014D0



1960



1960

Código Verificador: 2638416

Código CRC: a66f5491

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

